UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ANA LUIZA DE OLIVEIRA E SOUSA

AS MULHERES NA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR: MARIA AUGUSTA THOMAZ E OUTRAS MEMÓRIAS

GOIÂNIA
2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[x] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Ana Luiza de Oliveira e Sousa

Título do trabalho: As mulheres na luta contra a Ditadura Militar: Maria Augusta Thomaz e outras memórias

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2]

Data: 14 / 03 / 2018

ANA LUIZA DE OLIVEIRA E SOUSA

AS MULHERES NA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR: MARIA AUGUSTA THOMAZ E OUTRAS MEMÓRIAS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Mestrado) da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás como requisito final à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Luiza Rodrigues Souza

GOIÂNIA
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

de Oliveira e Sousa, Ana Luiza
As mulheres na luta contra a Ditadura Militar: Maria Augusta Thomaz e outras memórias [manuscrito] / Ana Luiza de Oliveira e Sousa. - 2016.
CXXIII, 123 f.

Orientador: Profa. Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2016.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, fotografias, tabelas, lista de figuras.

1. Memória. 2. Ditadura Militar. 3. Gênero. I. Rodrigues Souza, Maria Luiza, orient. II. Título.

CDU 572

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

ANA LUIZA DE OLIVEIRA E SOUSA

No primeiro dia do mês de junho de 2016, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado da mestranda **ANA LUIZA DE OLIVEIRA E SOUSA**, intitulado *AS MULHERES NA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR. MARIA AUGUSTA THOMAZ E OUTRAS MEMÓRIAS*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Maria Luiza Rodrigues Souza (UFG/presidente), Luis Felipe Kojima Hirano (UFG/membro), Adriano Correia (Fafil-UFG/membro), e Camilo Albuquerque de Braz (UFG/suplente). A candidata apresentou o trabalho, os examinadores a arguiram e ela respondeu às arguições. Às ___ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pela qual foram atribuídos à mestranda os seguintes resultados:

(X) **Aprovado** ( ) Reprovado

Dr.ª Maria Luiza Rodrigues Souza _____

(X) **Aprovado** ( ) Reprovado

Dr. Luis Felipe Kojima Hirano _____

(X) **Aprovado** ( ) Reprovado

Dr. Adriano Correia _____

Resultado Final Aprovada

Reaberta a sessão pública, a presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Elder Pereira Dias, secretário do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, e pelos membros da Banca Examinadora.

Elder Pereira Dias _____

A Vera Silvia Magalhães, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Criméia Almeida, Lúcia Murat, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Zuzu Angel, Sônia Maria Haas, Dirce Machado e todas as mulheres que lutaram e lutam pela justiça e pela democracia.

A Maria Madalena e Izaura Evangelista Toledo, minha mãe e minha vó. Duas mulheres que me deram exemplos de superação e me inspiram a ser a mulher que sou hoje. Duas mulheres que me inspiram a seguir na luta contra o racismo e o machismo.

Às mulheres das próximas gerações que terão exemplos para seguir, assim como eu tenho.

A Maria Augusta Thomaz, pela coragem de lutar pelos próprios ideais.

AGRADECIMENTOS

Embora este trabalho tenha a mim como autora, ele não é só meu. E a cada um que contribuiu para que ele se tornasse uma realidade, quero deixar os meus sinceros agradecimentos. Agradeço imensamente aos meus pais, Euvaldo Pereira e Maria Madalena, por todo apoio e amor. Por sempre acreditarem em mim e por estarem ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Por aplaudirem minhas conquistas escolares, desde a alfabetização até a conquista do título de mestra. Aos meus irmãos queridos, Daniel, Lucas e Estêvão, por todo o carinho e apoio ao longo do mestrado.

Aos amigos, pela torcida de sempre. Em especial, a Marla Bastos, Thaís Cales, Pablyne Ribeiro, Leandro Rodrigues, Silvia Galvão, Vanessa Chaves, Betânia Santana, Deylla Nara, Katherine Alexandria, Marcelo Igor e Gabriela Leles. A Rodrigo Viana, por ser meu braço direito em Brasília. Obrigada por tudo! Aos meus afilhados, Heitor e Izabelly, por encherem a minha vida de alegria nos momentos mais tensos com seus sorrisos e bochechas tão fofas.

A Carlise Nascimento, Luciana de Castro, Paula Acotirene e Elisa Costa. Às minhas queridas Relações Públicas que tanto me auxiliaram em cada etapa do mestrado com revisões, dicas de leitura e uma torcida sincera e entusiasmada.

Aos amigos que fiz no PPGAS, por compartilharem suas experiências e por me mostrarem que no mundo ainda existem pessoas bacanas. Aos professores e professoras do PPGAS pelo conhecimento que adquiri, pelas aulas e pelos exemplos.

A Maria Luiza Rodrigues Souza, que nestes dois anos foi muito mais que minha orientadora; foi minha amiga, confidente e conselheira. Por ter acreditado no meu trabalho desde o começo. Por não ter desistido de mim. Por ter compreendido minhas fraquezas e aplaudido minhas vitórias.

Agradeço imensamente a Suellen Maciel por todo o apoio, presteza e atenção. A Marcantônio Dela Corte pela disposição e pelos livros que mudaram todo o rumo deste trabalho. A Criméia Almeida, Sônia Maria Haas e Cid Benjamin.

Agradeço também à toda a família Cabral pela hospitalidade, pela simplicidade e carinho com que me receberam na Fazenda Rio Doce. Em especial, agradeço à Dona Margarida (*in memorian*) por ter me recebido com tanto carinho, pela preocupação com o meu conforto e com o meu bem-estar.

À espiritualidade amiga e benfeitora que me amparou em cada momento!

Muito obrigada!

Em terra de latifundiário, a mulher pode ser tudo. Pode ser prostituta, alcoviteira, assassina. Tudo nos padrões da sociedade. Mas ser comunista era o fim da picada.

(Dirce Machado da Silva, ex-membra do PCB, camponesa, lutou pela posse da terra na região de Trombas-Formoso, ex-vereadora em Formoso/GO e presa política da Ditadura Militar de 1964)

RESUMO

Este trabalho problematiza a construção da memória das mulheres que lutaram contra a Ditadura Militar de 1964, tendo como eixo condutor a memória de Maria Augusta Thomaz, que era estudante de Filosofia da PUC-SP e membra do MOLIPO. Foi executada em 1973 e seus restos mortais permanecem desaparecidos até os dias atuais. Aqui, questiono se os binarismos de gênero influenciam ou não na construção da memória de Maria Augusta Thomaz e de outras mulheres presentes nesta pesquisa.

Palavras-chave: memória, gênero, Maria Augusta Thomaz, Ditadura Militar.

ABSTRACT

This paper discusses the construction of the memory of women who fought against the military dictatorship of 1964, having as a conductor axis the memory of Mary Augusta Thomas, who was a philosophy student at PUC-SP and MOLIPO member. She was killed in 1973 and her remains are still missing to this day. Here, I question whether the gender binaries influence or not the construction of the memory of Maria Augusta Thomaz and other women present in this research.

Keywords: memory, gender, Maria Augusta Thomaz, Military Dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Faixa etária dos membros do MOLIPO 48

Quadro 2 – Escolas com nomes modificados no estado do Maranhão 67

Figura 1- Retirada do busto de Costa e Silva 68

Figura 2 - Dirce Machado 70

Figura 3 - Maria Augusta Thomaz em Leme (SP) 75

Figura 4 - Maria Augusta após a prisão em Ibiúna (SP) 77

Quadro 3 – Militares do Exército Brasileiro chefes de órgãos de repressão em 1973 84

Quadro 4 - Chefes de Estado e militares da Polícia do Estado de Goiás em 1973 85

Quadro 5 - Agentes da repressão envolvidos na morte de Maria Augusta Thomaz 85

Quadro 6 – Agentes da repressão envolvidos na "Operação Limpeza" 86

Figura 5 - Pichação em memória de Maria Augusta em Goiânia (GO)

Figura 6 - Organograma da família Cabral

Figura 7 - Atual sede da Fazenda Rio Doce

Figura 8 - Local onde era a casa de Seu Eurípedes

Figura 9 - Local onde era a casa de Maria Augusta e Márcio Beck

Figura 10 - Local onde Maria Augusta e Márcio Beck foram enterrados em 1973

Figura 11 - Fazenda Rio Doce

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI	Ato Institucional
ALEGO	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANIGO	Associação dos Anistiados, pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CEMDP	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CEVMJ	Comissão Estadual de Verdade, Memória e Justiça
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
FCS	Faculdade de Ciências Sociais
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
GT	Grupo de Trabalho
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário 08 de outubro
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
OBAN	Operação Bandeirantes
PIC	Pelotão de Investigações Criminais

PP	Partido Progressista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiros
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
TUCA	Teatro da Universidade Católica de São Paulo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**

1 COMISSÕES DA VERDADE: APROXIMAÇÕES, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS **21**

1 .1 Comissão Nacional da Verdade: estrutura, grupos de trabalho e sua contribuição para a memória coletiva **27**

1.2 Comissão Nacional da Verdade: descobertas, encontros, reencontros e mudanças **30**

1.3 A Comissão Estadual da Verdade, Memória e Justiça de Goiás **33**

1.4 Considerações sobre o meu campo de pesquisa e a memória coletiva da Ditadura Militar de 1964 **35**

2 DITADURA MILITAR: BREVE PARECER HISTÓRICO, ESTRUTURA E APARATO DO GOLPE **37**

2.1 O início, o fim, o nome: porque é importante problematizar datas e terminologias **37**

2.2 Aparato legal da Ditadura Militar **41**

2.3 Grupos de resistência à Ditadura Militar: por que resistência e não oposição? **43**

2.3.1 A origem de alguns grupos de resistência **46**

2.3.1.1 Ação Libertadora Nacional - ALN 46

2.3.1.2 Movimento de Libertação Popular - MOLIPO 47

2.4 A esquerda e as minorias: como os grupos de resistência se posicionaram diante da diversidade **49**

2.4.1 A luta das mulheres no outro lado: como as mulheres lutaram pelo início da Ditadura Militar **54**

2.5 Por que falar sobre gênero em tempo de Ditadura Militar? 55

3 A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR: PROCESSOS, ENTRAVES E INICIATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DESTE PERÍODO NO BRASIL 60

3.1 Conceitos de memória coletiva e social 60

3.2 Porque é preciso falar sobre Ditadura Militar: a construção da memória coletiva 62

3.3 O que o Estado Brasileiro tem feito em prol do resgate e construção desta memória 65

3.4 Memória e gênero: as influências de conceitos paternalistas na narrativa das mulheres 69

4 MARIA AUGUSTA THOMAZ E SUAS MEMÓRIAS 74

4.1 Maria Augusta Thomaz antes da resistência 74

4.2 Maria Augusta Thomaz e a resistência 76

4.3 Maria Augusta na Rio Doce 81

4.4 A morte e o desaparecimento 82

4.5 A "Operação Limpeza" 82

***4.5.1 Agentes responsáveis pela morte de Maria Augusta Thomaz em 1973* 85**

***4.5.2 Agentes responsáveis pela "Operação Limpeza"* 86**

4.6 O atestado de óbito e as homenagens póstumas 86

5 CONHECENDO A FAZENDA RIO DOCE 90

5.1 A noite de 17 de maio de 1973 92

5.2 O que veio depois 95

5.3 O caso, segundo os descendentes de Sebastião Cabral **97**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **99**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **103**

ANEXO A – Mapa da Rua Maria Augusta Thomaz no Bairro Campo Grande no Rio De Janeiro (RJ) **109**

ANEXO B – Mapa da Rua Maria Augusta Thomaz na Vila Leopoldina em São Paulo (SP) **110**

ANEXO C – Mapa da Avenida Maria Augusta Thomaz no Bairro Barra Funda em Leme (SP) **111**

ANEXO D – Rua 236, Setor Universitário, Goiânia (GO) **112**

INTRODUÇÃO

Desde criança, tenho a vontade e uma imensa curiosidade de entender melhor alguns períodos da História Brasileira. Um período que sempre me chamou a atenção foi a Ditadura Militar. A primeira vez que li o termo "Regime Militar" foi num exemplar do dicionário Aurélio, que trazia a lista de todos os presidentes que o Brasil teve. Ao citar os presidentes entre 1964 e 1985, constava o termo "Regime Militar". Perguntei aos meus pais, que me explicaram que regime era esse. Desde então, nunca mais parei de ler e procurar informações sobre o assunto, nutrindo uma vontade imensa de pesquisar mais sobre a Ditadura Militar.

A Antropologia Social me permitiu estudar esse período, especificamente a questão da memória – algo que sempre questionei e nunca obtive as respostas. O meu campo de pesquisa ultrapassa as barreiras físicas. É um campo que vai além dos muros, cercas e portões. Estudar a problemática acerca da memória de Maria Augusta Thomaz é fruto de pesquisas empíricas, leituras – como *Não és tu, Brasil* (1996), de Marcelo Rubens Paiva – participações em movimentos sociais e conferências públicas ocorridas em 2009 e, principalmente, de inquietudes que me acompanham desde a infância. Criança curiosa que fui, sempre gostei de ler. Os livros e revistas de História do Brasil sempre me chamavam a atenção.

Algo que sempre questionei foi onde as mulheres estão inseridas e como as mesmas são representadas em narrativas sobre a Ditadura Militar. Não só as mulheres, mas também negrxs, indígenas e outros grupos que não se enquadram nos estereótipos ocidentais – homens, cisgêneros, brancos e ricos. Onde eles estavam, afinal, quando as lutas contra a Ditadura Militar começaram? Pesquisando a história de Maria Augusta Thomaz e de outras mulheres presentes neste trabalho, muitas perguntas surgiram. As memórias das lutas dessas mulheres foram invisibilizadas? Qual a causa dessa invisibilização? As questões de gênero estão ligadas a essa problemática ou não?

Essas perguntas norteiam toda a pesquisa aqui presente. Investigo como os padrões e conceitos patriarcais interferem na construção da memória acerca da Ditadura Militar de 1964. Com base nos relatos de mulheres que foram presas e torturadas, abordo a tortura como ato performativo pautado também pelos conceitos patriarcais.

Percorri um longo caminho. Entre uma pergunta e outra, uma troca de e-mails, visitas e muitas conversas, cheguei até ela: Maria Augusta Thomaz. Mas até encontra-la, conheci muitas outras mulheres, que assim como ela, estavam ocultas e invisíveis pelas imagens de seus companheiros, seus pais, seus homens. E a primeira delas foi Vera Silvia Magalhães, que participou ativamente do sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick. Isso motivou a elaboração do meu primeiro projeto, que tratava da representatividade feminina no filme *O que é isso, companheiro?* (Barreto, 1997), sobre o sequestro ocorrido em setembro de 1969. O filme foi baseado na obra homônima de Fernando Gabeira – que também participou do sequestro – e dirigido por Bruno Barreto.

Vera é representada no filme como Maria e Renê – interpretadas pelas atrizes Fernanda Torres e Cláudia Abreu. Assistindo ao filme, a caracterização das personagens acima citadas me causou um profundo incômodo. Durante a pesquisa, descobri que as duas eram a representação de Vera. Foi esse incômodo que me motivou a saber mais sobre Vera e me levou a falar com Cid Benjamin, que trabalhou na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Cid, em conversa via e-mail[1], disse que não identificou seus companheiros e tampouco se identificou na narrativa fílmica *O que é isso, companheiro?*. Quando liguei para ele, Cid me contou que "a Vera era muito mais que o filme mostrou. Uma mulher admirável". Li a história dela, assisti ao documentário produzido pela TV Câmara em 2004 intitulado *A história de uma guerrilheira* – que conta a história da Vera nos grupos de resistência à Ditadura Militar –, e constatei que Cid tinha razão: Vera Silvia Magalhães era uma mulher admirável. Ela faleceu em 2007, vítima de um infarto fulminante.

Em uma das conversas que tive com Renato Dias[2], fui presenteada com o livro *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares. Nele, Flávio narra as torturas a que foi submetido e como se deu o processo de troca dos presos políticos pela liberdade de Charles Burke Elbrick, no qual ele e mais catorze presos políticos foram libertados e transferidos para a Cidade do México. E foi lendo este livro que outra mulher entrou em meu caminho: Maria Augusta Carneiro Ribeiro

[1] E-mail recebido no dia 17 jul. 2014. Em uma outra ocasião, também em julho de 2014, conversei com Cid Benjamin por telefone.

[2] Autor do livro *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz* (2012) e irmão de Marcos Antônio Dias Batista, membro da VAR-Palmares que está desaparecido desde 1970.

Enquanto Vera foi a única mulher a participar do sequestro, Maria Augusta Carneiro foi a única a entrar na lista dos presos políticos trocados pela liberdade do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick. Maria Augusta fez parte da diretoria do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), foi presa e torturada, teve todos os dentes quebrados por seu torturador. No documentário *Hércules 56* (Darin, 2006), fica claro que Guta – como Maria Augusta era chamada pelos companheiros de luta – só entrou na lista para salvar um outro preso, Ricardo Villas Boas, e não pela sua militância no MR-8. O trecho a seguir é a fala de Franklin Martins justificando a inclusão do nome de Maria Augusta na lista:

> Vamo botar a Guta, que é uma mulher. Mas, pra colocar a Guta, eu tenho um problema. Pra eu colocar a Guta, eu tenho que colocar o Ricardo, porque eles caíram na mesma ação. Aparentemente, não foi uma ação que a polícia vinculou como uma coisa muito barra pesada, mas se ela sai, a barra dele pesa (HÉRCULES 56, 2004).

Após o fim da Ditadura Militar, Maria Augusta Carneiro foi a responsável pela fundação do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro e trabalhou na Petrobrás. Faleceu em 2009, vítima de um acidente de carro na cidade de Búzios, Rio de Janeiro.

Por indicação de minha orientadora, assisti a uma série de documentários e filmes sobre a Ditadura Militar. Um documentário me chamou atenção: *Que bom te ver viva* (1989), de Lúcia Murat. Lúcia Maria Murat Vasconcelos também foi militante estudantil – pertencia ao grupo Dissidência Estudantil da Guanabara –, presa no Congresso da UNE realizado em Ibiúna (SP) em 1969 e torturada. Ela também prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade[3] e ressaltou a necessidade de trazer à tona esse passado:

> 43 anos se passaram desses acontecimentos. Restaram pequenas cicatrizes no meu corpo, um problema de sensibilidade na minha perna direta e essa história. Uma história que compartilho com vocês não por desejo de vingança ou masoquismo, mas porque acredito que a única maneira de fortalecemos a democracia nesse país é conhecendo nosso passado. A única maneira de combater aqueles que ainda torturam por esse país afora, é mostrar que esse é – e sempre foi – um crime de lesa-humanidade.

Lúcia Maria Murat Vasconcelos é diretora de cinema e seus filmes têm a temática da Ditadura Militar. Em *Que bom te ver viva*, conheci histórias de mulheres incríveis e fortes,

[3] Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6090:depoimento-na-integra-de-lucia-murat-para-comissao-da-verdade-do-rio-de-janeiro&catid=64:ditadura>. Acesso em 13 jan. 2014

como a historiadora Jessie Jane e como Criméia Almeida. Tempos depois, pude conversar com Criméia Almeida rapidamente, após seu depoimento para a Comissão Nacional da Verdade, sobre sua participação na Guerrilha do Araguaia[4], prisão, tortura e o nascimento de seu filho, João Carlos Grabois. Foi nesse dia também que conheci Sônia Maria Haas, irmã de João Carlos Haas Sobrinho[5]. Sônia me contou a história de seu irmão e tudo que sua família sofreu (e ainda sofre) na busca pelos seus restos mortais.

Foi conhecendo a história dessa e de outras mulheres que vi a necessidade de pesquisar mais sobre esta temática: memória, gênero e Ditadura Militar de 1964. Fala-se muito em grupos, em homens, em estudantes. No entanto, esta luta é muito mais heterogênea, assim como a memória que se constrói dela. Santos (2003, p. 186) lembra que "escrever sobre memória é escrever, por um lado, sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade e, por outro, a relação entre passado e futuro".

Partindo dessa premissa, abordo, em cada capítulo deste trabalho: as relações entre o indivíduo e a sociedade que viveu durante a Ditadura Militar; a relação entre o passado ditatorial e o presente que ainda traz reminiscências da época do golpe militar; a participação das mulheres na luta contra a Ditadura Militar e o que isso traz para os dias atuais; o que a presença dessas mulheres significou para a luta e para a resistência.

É importante dizer que enquanto escrevi esse trabalho, ocorreram em todo o país vários protestos em que cidadãos levantaram cartazes e gritaram palavras de ordem que pediam a volta da Ditadura Militar. Outros pediam a intervenção militar como a única forma de combater a corrupção no sistema político brasileiro. Foi também enquanto escrevia esse trabalho que vi alguns parlamentares defendendo e homenageando militares em pleno Congresso Nacional, por seus "atos heroicos no combate ao comunismo", como enfatizou o deputado Jair Messias Bolsonaro, do Partido Progressista (PP)[6]:

> A sessão solene para debater os 50 anos do golpe militar de 1964, no plenário da Câmara nesta terça-feira (1º), foi marcada por tumulto e bate-boca, e teve de ser suspensa. Os deputados viraram as costas ao colega Jair Bolsonaro (PP-RJ), defensor ditadura militar, que subiu na tribuna para fazer um discurso a favor dos

[4] Audiência pública da Comissão Nacional da Verdade sobre a Guerrilha do Araguaia, realizada em Brasília no dia 12 ago. 2014.

[5] João Carolos Haas Sobrinho foi guerrilheiro na região do Araguaia e ficou conhecido como Dr. Juca. Gaúcho, da cidade de São Leopoldo (RS), João era estudante de Medicina. Foi morto durante a Guerrilha do Araguaia em 30 set. 1972. Seus restos mortais permanecem desaparecidos até os dias atuais.

[6] Disponível em:<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-04-01/faixa-parabenizando-militares-por-golpe-provoca-confusao-em-sessao-da-camara.html>. Acesso em 09 mar. 2016.

> militares. “Vocês vão ser torturados com algumas verdades aqui. Deixe-os de costas, presidente, por favor”, disse Bolsonaro diante das manifestações contrárias a ele. Mais cedo, a sessão também teve de ser suspensa após uma faixa que parabenizava os militares pelo golpe de 1964 ser estendida na galeria do plenário: “Graças a vocês o Brasil não é Cuba”. Também a decisão do presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), de limitar a 100 o número de convidados para acompanhar a sessão no plenário provocou debate entre alguns deputados e seguranças da Casa.

Foi também nesse período que uma jovem de vinte e três anos lutou para refundar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em entrevista ao site Rede Brasil Atual (RBA)[7], Cibele Bumbel Baginski – que na época era estudante de Direito – referiu-se às violações aos direitos humanos como atos isolados desconhecidos pelos presidentes militares, tratando-os como se fossem apenas problemas de consciência individual.

> **Vocês consideram positivo o regime militar (1964-1985) no Brasil?**
> Sim, teve várias coisas positivas, uma delas que infelizmente foi sucateada ao longo do tempo é o sistema ferroviário. Ele hoje funciona de maneira muito reduzida, poderia ser uma ferramenta de integração nacional para desenvolver outras regiões. É um investimento que a gente acredita que tem de ser feito. É um exemplo de coisas interessantes que eles fizeram, porque começaram a desenvolver em grande escala as malhas ferroviárias nos anos 70, o problema é que ninguém continuou depois. Tem a criação do Incra, sobre a questão da reforma agrária.
> **O que acha da tortura e dos assassinatos que o regime militar cometeu contra militantes de esquerda?**
> Acredito que todo governo tem seus problemas. Tanto esse governo, como o de Getúlio Vargas, quanto o governo atual, todos eles têm seus problemas. E não é uma coisa ruim que vai tirar os méritos de um governo. O governo FHC, o governo Luiz Inácio Lula da Silva, o governo Dilma, o governo Figueiredo lá para trás, todos esses governos têm coisas boas e ruins. A gente não pode medir o governo inteiro por atos de funcionários do sistema. Duvido muito que a presidente Dilma saiba o que um auditor da Receita Federal numa cidade do Sul, por exemplo, está fazendo. Assim como antigamente também garanto que o presidente não sabia. Não tem como personalizar a culpa.
> **Há informações de que o ex-presidente Ernesto Geisel sabia das torturas e torturadores frequentavam seu gabinete.**
> Se o governante sabia disso e deixava isso acontecer, aí a consciência dele é que pesa.

Esses são alguns dos muitos casos que vi. Algumas das várias manifestações de um passado que talvez não possa ser chamado de passado. A relação da sociedade brasileira com a Ditadura Militar de 1964 é intrigante e, por isso, os estudos sobre memória e Ditadura Militar são cada vez mais necessários. Falar sobre esse cenário pós-ditatorial é importante

[7] Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2013/09/jovem-e-de-direita-3418.html>. Acesso em 09 mar 2016.

para compreender a importância dos dizeres "para que nunca mais se esqueça. Para que nunca mais aconteça!"[8].

No primeiro capítulo desta dissertação, falo da minha experiência com a Comissão Nacional da Verdade, de como consegui acompanhar os seus trabalhos e das minhas idas às audiências públicas. Nesse capítulo, falo também sobre os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, Memória e Justiça de Goiás.

No segundo capítulo, trago informações sobre o aparato legal da Ditadura Militar de 1964, bem como os ideais e conceitos que embasaram o golpe não só no Brasil como também em outros países da América Latina.

Já no terceiro capítulo, falo sobre memória e gênero. Trago para esta pesquisa os conceitos de memória e discuto questões que contribuem para a construção da memória acerca da Ditadura Militar de 1964. É nesta etapa da pesquisa que falo sobre a tortura como ato performativo.

No quarto capítulo, apresento Maria Augusta Thomaz a partir de informações obtidas nos documentos oficiais do Estado Brasileiro no livro *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz* (2012) e também de depoimentos de pessoas que a conheceram.

No quinto capítulo, narro a minha experiência na Fazenda Rio Doce, local em que Maria Augusta foi executada. Nesse capítulo, falo da memória de Maria Augusta narrada pelos moradores e herdeiros da Rio Doce. Importante dizer aqui que a maioria das pessoas que conheci nesta fazenda não conviveu com Maria Augusta; alguns nem eram nascidos quando ela foi executada. Mas conversar com elas foi muito importante, pois me ajudou a compreender a construção da memória de alguém que não pode falar por si mesma.

Nas considerações finais, falo o que esta pesquisa me mostrou no que diz respeito à memória da luta das mulheres contra a Ditadura Militar, sobretudo à memória de Maria Augusta Thomaz.

Ao longo dessa dissertação, será possível notar que algumas questões que parecem ser tão contemporâneas, na verdade estão presentes em outras épocas. O feminismo, a presença das mulheres em espaços públicos e políticos, o enfrentamento, a resistência, a tortura, a maternidade e até mesmo, as relações afetivas usadas como instrumentos de dominação e poder pelo Estado Brasileiro. A construção da memória neste período pós-ditatorial nos conduz a dialogar com outras áreas da ciência, como a História e a Psicanálise. Analisar essa

[8] Esta frase é comumente usada por grupos e entidades voltadas para o resgate da memória deste período.

memória nos leva a questionar conceitos e padrões que, a princípio, soam como de um passado distante, mas que estão mais presente em nosso cotidiano do que se pode imaginar: a luta de grupos marginalizados, o machismo, o abuso de poder, desrespeito ao Estado democrático de Direito. Essas são algumas das questões abordadas na dissertação e vividas pelas pessoas aqui citadas. Questões que parecem não ter sido solucionadas outrora e que estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Por isso e muito mais, a luta continua!

Boa leitura!

1 COMISSÕES DA VERDADE: APROXIMAÇÕES, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Neste capítulo, trago informações sobre a Comissão Nacional da Verdade – como foi instituída, atribuições, estrutura organizacional, comunicação com a sociedade civil – e como acompanhei os trabalhos da CNV ao longo dos 31 meses em que ela esteve atuante. Além disso, apresento um debate sobre a contribuição da Comissão Nacional da Verdade para a construção e o resgate da memória da Ditadura Militar de 1964, sobretudo no que se refere à memória da luta das mulheres, uma vez que a CNV constituiu um Grupo de Trabalho (GT) específico para investigar as violações de direitos humanos ligadas às questões de gênero, o GT "Ditadura e Gênero". Neste trabalho, discuto as pesquisas desse GT, na medida em que apresentam informações importantes para os debates teóricos aqui presentes.

É importante salientar que a Comissão Nacional da Verdade não foi a única iniciativa do Estado Brasileiro para resgatar a memória referente a este período. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi criada em 1995 e é fruto da luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos que buscam por informações a respeito de seus entes queridos e o que ocasionou suas mortes. Esses mesmos familiares também buscam meios para que o Estado Brasileiro assuma sua responsabilidade sobre as mortes e os desaparecimentos daqueles cidadãos. A CEMDP é composta por membros da sociedade civil, familiares de mortos e desaparecidos políticos e representantes do poder público (Ministério da Defesa, Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e Ministério Público Federal). Mesmo tendo sido criada antes da Comissão Nacional da Verdade, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos buscou alinhar e colaborar com as investigações da CNV, conforme mostra o trecho a seguir[9]:

> A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos foi instituída em 1995, como uma das primeiras e principais conquistas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil em sua luta por medidas de justiça de transição.

[9] Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2014.

> Criada pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, é órgão de Estado, composta de forma pluralista e funciona junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Sua finalidade é proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de graves violações aos direitos humanos ocorridas após o golpe civil-militar (1964); envidar esforços para a localização dos corpos de mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial (1964-1985); emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados por familiares dessas vítimas; e adotar outras medidas compatíveis com suas finalidades que forem necessárias para o integral cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade.

Enquanto a Comissão Especial de Mortos e Desparecidos Políticos investiga os desaparecimentos e auxilia os familiares no processo de reconhecimento de desaparecimento e no resgate da memória, a Comissão Nacional da Verdade teve objetivos mais amplos, a começar pelo período investigado: 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988[10]. Isso significa que a CNV investigou graves violações de direitos humanos que ocorreram antes do golpe militar de 1964. A Comissão Nacional da Verdade foi composta pelos seguintes membros[11]:

1. **Claudio Lemos Fonteles:** Procurador-Geral da República entre 30 de junho de 2003 e 29 de junho de 2005. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília em 1969, tornou-se mestre em Direito em 1983. Foi estagiário da Defensoria Pública e assessor do MPF, onde ingressou por concurso em 1973. Na Procuradoria Geral da República, coordenou a área criminal (1991) e a antiga Secretaria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos (1987), na qual lutou pela demarcação de terras indígenas. Atua como voluntário em projetos de assistência a populações carentes e dependentes químicos. É professor de doutrina social da Igreja no curso de Teologia da Arquidiocese de Brasília. Foi o segundo coordenador da CNV, de setembro de 2012 a fevereiro de 2013. Fonteles foi membro da CNV até 17 de junho de 2013, quando renunciou ao cargo e foi substituído pelo advogado Pedro Dallari.

2. **Gilson Langaro Dipp**: vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça. Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exerceu a advocacia em Porto Alegre e foi escolhido, em 1989,

[10] Informação disponível no site da Comissão Nacional da Verdade. Fonte: <http://cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 12 jun. 2014.
[11] Fonte: <http://cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros.html>. Acesso em: 13 mai. 2015.

para integrar o Tribunal Federal da 4ª Região, onde foi presidente. Em 1998, passou a integrar o Superior Tribunal de Justiça. Em maio de 2007, passou a ocupar a função de coordenador-geral da Justiça Federal. Dipp foi coordenador geral do Conselho da Justiça Federal e corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Presidiu a Comissão da Reforma do Código Penal. Foi o primeiro coordenador da Comissão Nacional da Verdade, entre maio e setembro de 2012.

3. **José Carlos Dias:** advogado criminalista, formado em direito pela Universidade de São Paulo. Durante a Ditadura advogou em defesa de presos políticos, atuando diretamente na Justiça Militar. Sócio do escritório Dias e Carvalho Filho, Dias também já exerceu funções públicas: foi Secretário da Justiça de São Paulo, entre 1983 e 1986, durante o governo Franco Montoro, e Ministro da Justiça, no governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 e 2000. É conselheiro e foi presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Foi um dos autores da Carta aos Brasileiros, redigida em 1977, na faculdade de Direito da USP, repudiando a Ditadura Militar. Foi conselheiro da OAB/SP e da Fundação Padre Anchieta. Foi o quinto coordenador da Comissão Nacional da Verdade, exercendo a função entre agosto e novembro de 2013

4. **José Paulo de Cavalcanti Filho**: advogado formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi secretário-geral do Ministério da Justiça e Ministro (interino) da Justiça no governo José Sarney. Foi também Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), da EBN (depois EBC) e do Conselho de Comunicação Social (órgão do Congresso Nacional). Consultor da Unesco e do Banco Mundial, ocupa a cadeira 27 da Academia Pernambucana de Letras.

5. **Maria Rita Kehl**: psicanalista, formada em psicologia pela USP. Mestra em Psicologia Social pela USP e Doutora em Psicanálise pela PUC-SP, também é ensaísta e jornalista. Foi editora do Jornal Movimento, um dos mais importantes veículos da imprensa alternativa durante a Ditadura, e participou do grupo que criou o jornal Em Tempo, em 1978. Além de atender pacientes em psicanálise desde 1981, escreveu para diversos meios de comunicação e publicou vários livros, entre os quais: *Ressentimento* (Editora Casa do Psicólogo, 2004); *Deslocamentos do Feminino*, tese de doutoramento

(1997) editada desde 1998. *O tempo e o cão: atualidade das depressões* recebeu o Jabuti do Ano em 2010, na categoria de não-ficção. Também em 2010 recebeu o Prêmio Direitos Humanos do governo federal na categoria "Mídia e Direitos Humanos". Em 2011, publicou *18 Crônicas e mais algumas*. Em 2013, recebeu o prêmio do "Movimento Humanos Direitos" (MHuD), no Rio de Janeiro, por seu capítulo sobre camponeses e indígenas no relatório da Comissão da Nacional da Verdade.

6. **Paulo Sérgio Pinheiro:** doutor em Ciência Política pela Universidade de Paris, França. Professor Titular de Ciência Política e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo. Foi secretário de Estado de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso e integrou o grupo de trabalho nomeado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que preparou o projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade. Foi comissionado e relator dos Direitos da Criança da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Na ONU, onde tem desempenhado diversas funções desde 1995, preside atualmente a Comissão Internacional de Investigação para a Síria. Foi o terceiro coordenador da Comissão Nacional da Verdade, entre fevereiro e maio de 2013.

7. **Pedro Dallari:** formado em Direito (1981) pela Faculdade de Direito Universidade de São Paulo (USP) e em Administração de Empresas pela FGV-SP (1984). Mestre (1992), Doutor (1999) e Livre-Docente em Direito Internacional (2009) pela Faculdade de Direito da USP, Dallari se encontra vinculado àquela universidade desde 2002, sendo atualmente professor titular e diretor do Instituto de Relações Internacionais e coordenador do Centro Ibero-Americano. Ex-vereador constituinte e ex-deputado estadual em São Paulo, foi secretário de governo da gestão Luiza Erundina em São Paulo. De 2004 a 2008 foi juiz e presidente do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é atualmente membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). É autor de livros e artigos nas áreas de Direito Internacional e Relações Internacionais. Foi nomeado membro da CNV em setembro de 2013. Assumiu a função de coordenador da CNV em 25 de

novembro de 2013, cargo para o qual foi reconduzido em fevereiro e novamente em maio de 2014, quando foi definido que Dallari permaneceria na função de coordenador até o final do mandato da CNV.

8. **Rosa Maria Cardoso da Cunha:** advogada e professora universitária. Graduada em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1969, é mestre em direito penal pela USP e fez o curso de doutorado em ciência política pelo Iuperj, atualmente vinculado a UERJ. Criminalista, atuou em defesa de presos políticos no RJ, SP e no DF. Na advocacia, tem trabalhado particularmente nos delitos previstos na legislação penal especial. Integrou o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (1999/2002) e foi Secretária Adjunta de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (91/94). É professora concursada da UFF e convidada de diversas outras universidades. É autora de livros jurídicos e sobre política. Foi a quarta coordenadora da CNV, entre maio e agosto de 2013.

É importante citar a biografia dos comissionados para entender o que a Comissão Nacional da Verdade representa para essas pessoas. Embora quase todos os comissários tenham formação na área jurídica, a CNV não teve caráter punitivo. Além disso, nas biografias acima citadas, extraídas do site da Comissão Nacional da Verdade, é possível notar que nem todos os comissários atuaram e/ou participaram da militância contra a Ditadura Militar, talvez numa tentativa de deixar claro para a sociedade que a Comissão Nacional da Verdade não tinha caráter de revanche, como alguns veículos de comunicação[12] insistiram em dizer.

> Depois de dois anos e meio, a Comissão Nacional da Verdade encerra o seu trabalho — ou o que pretende seja a primeira fase, já que propõe a criação de uma comissão permanente. Concluiu que foram 434 os mortos e desaparecidos entre 1964 e 1985 e aponta 377 pessoas como responsáveis pelos crimes cometidos, incluindo os cinco presidentes do regime militar. O texto, de 1.400 páginas, propõe a revisão da Lei da Anistia, omite os crimes das esquerdas e comete o desatino de não incluir entre os mortos as 121 pessoas assassinadas pelos terroristas de esquerda. O documento foi entregue a Dilma, que reconheceu, emocionada, a importância do trabalho. Não obstante, a presidente fez a defesa da Lei da Anistia. Não existem comissões oficiais da verdade. Uma comissão oficial da verdade é, acima de tudo, uma comissão da

[12] Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/relatorio-da-comissao-nacional-da-verdade-resolveu-esconder-121-cadaveres-trata-se-de-mistificacao-revanchismo-e-farsa/>. Acesso em 09 mar. 2016.

> mentira oficial. E esta conclui o seu trabalho desrespeitando de maneira contumaz a própria lei que a criou. Como pode um ente não seguir o próprio estatuto que lhe dá legalidade e legitimidade? Por que digo isso? Vamos ver: Diz o Artigo 1º da Lei que criou a comissão que ela deve investigar os crimes ocorridos no país entre 18 de setembro de 1946 e a data da promulgação da Constituição. Isso foi feito? Não! Só se apuraram os crimes cometidos a partir de 1964. O parágrafo 1º do Artigo 2º da lei que criou a comissão define: '**§1º. Não poderão participar da Comissão Nacional da Verdade aqueles que: II – não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão**'. A comissão era composta apenas por esquerdistas, alguns deles notórios defensores do revanchismo.

Nesse ponto, é importante lembrar que na solenidade de entrega do relatório final, um militar aposentado invadiu a plenária e entregou aos comissionados o que ele chamou de "Lista dos órfãos e viúvas vítimas dos terroristas de 1964". Foi preciso que alguns seguranças retirassem o senhor do local, pois, ao ser vaiado pela plateia formada por ex-presos e ex-presas políticos, familiares de desaparecidos políticos e vítimas de torturas, o mesmo respondeu aos berros, chamando os presentes de "comunistas, terroristas, assassinos"[13].

Ao longo dos 31 meses em que esteve atuante, a Comissão Nacional da Verdade foi alvo de críticas. Além da revista Veja, outros veículos de comunicação acusaram a CNV de ser revanchista. A Comissão Nacional da Verdade recebeu várias críticas também por parte dos ex-presos políticos e familiares de desaparecidos políticos. Uma delas veio de Danilo Carneiro[14], ex-guerrilheiro do Araguaia, que prestou depoimento na audiência pública sobre a Guerrilha do Araguaia ocorrida em 12 de agosto de 2014 em Brasília. Danilo começou seu depoimento[15] citando a Comissão Nacional da Verdade com gestos similares a aspas:

> E pra falar sobre esse episódio específico do Araguaia, é preciso colocar minha posição de público que nós, marxistas, achamos que merecíamos passar para o povo. Nós achamos a Anistia uma farsa. A Comissão da Anistia uma farsa. A Comissão Nacional da Verdade uma farsa. Nós respeitamos esses membros da Comissão na qualidade de indivíduos, de seres humanos.

Outras críticas feitas à Comissão Nacional da Verdade estão ligadas à ausência de punição dos torturadores, uma vez que a CNV não teve caráter punitivo, fazendo do Brasil o único país da América Latina a não punir os torturadores e demais agentes da repressão que atuaram entre 1964 e 1985.

---

[13] Fato ocorrido na sede da OAB, em Brasília, no dia 10 dez. 2014.

[14] Danilo Carneiro era guerrilheiro no Araguaia. Preso em 1972, foi levado para a Casa Azul (casa localizada em Marabá, conhecida pela pintura azul) onde foi torturado.

[15] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BM04VC_fd00&list=PL9n0M0Ixl2jfhJwR89FzargkV662p7La&index=6>. Acesso em 12 fev. 2014.

O que se viu neste período em que esteve ativa é que a Comissão Nacional da Verdade não teve caráter punitivo tampouco de revanchismo. Mesmo sendo composta por pessoas capazes e capacitadas para cumprir as metas (investigar as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado Brasileiro entre 1946 e 1988), a CNV não teve tempo hábil para solucionar conflitos internos e externos – como o que houve com as Forças Armadas, que muitas vezes, impediram o acesso dos comissários a locais reconhecidos como pontos de torturas. Para Renan Quinalha (2014, p. 17), em artigo para a Revista *Cult*, a Comissão Nacional não teve apoio e respaldo por parte do Poder Executivo:

> Sem condições políticas para realizar os embates necessários para avançar, a CNV se viu isolada institucionalmente e deslegitimada publicamente por um Poder Executivo omisso e um Poder Judiciário que respalda a impunidade. Desdenhada por setores militares, quando não afrontada, a CNV teve de se legitimar por conta própria em um governo que não tomou para si o desafio de levar adiante os conflitos necessários para a apuração das graves violações de direitos humanos.

Ao mencionar tais conflitos, não pretendo desqualificar nem tampouco desmerecer o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Com isso, quero mostrar que falar sobre o tema e, principalmente, investigar tais violações não foi algo fácil. Ainda assim, impossível não reconhecer os avanços que a Comissão Nacional da Verdade obteve nesses trinta e um meses de atuação, como as comissões criadas em vários estados para apurar violações de direitos humanos. O Sindicato dos Jornalistas do Estado de Goiás, por exemplo, criou sua comissão da verdade para apurar as torturas e demais arbitrariedades sofridas pelos jornalistas goianos. Presidida pelo jornalista Pinheiro Salles, a Comissão da Verdade e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás foi composta pelos jornalistas Antônio Pinheiro Salles, Laurenice Noleto Alves, Elma Dutra e Renato Dias.

Essa comissão trabalhou em conjunto com outras entidades ligadas a ex-presos e ex-presas políticos, assim como também familiares de desaparecidos políticos, como o Comitê Goiano da Verdade, Associação dos Anistiados Políticos de Goiás, Fórum Goiano de Mulheres e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

> A Comissão vai fazer o levantamento histórico dos casos de violação dos direitos humanos dos jornalistas, como torturas, prisões, perseguições, desaparecimentos forçados, mortes e ocultação de cadáveres que tenham ocorrido no Estado, no período de 1964 a 1985. O levantamento goiano vai compor relatório nacional que será elaborado pela Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas Brasileiros, constituída pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). O relatório nacional será encaminhado à Comissão da Verdade, criada no

> âmbito do Ministério da Justiça, para investigar as violações de direitos humanos cometidas no país, durante a ditadura militar.[16]

Alguns estados também criaram suas Comissões Estaduais da Verdade, algumas das quais tiveram nomes de ex-militantes e pessoas ligadas à luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil. A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo leva o nome do deputado Rubens Paiva, desaparecido em 1970. A Comissão Estadual da Verdade de Goiás[17] leva o nome do deputado José Porfírio de Souza, o primeiro camponês eleito para um cargo legislativo no país, desaparecido em 1973. A Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco homenageia Dom Helder Câmara, arcebispo de Recife que lutou contra a repressão militar em Pernambuco.

1 .1 Comissão Nacional da Verdade: estrutura, grupos de trabalho e sua contribuição para a memória coletiva

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 1.2528/2011 e iniciou seus trabalhos em 2012. Ao todo, foram 31 meses de investigações sobre as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado Brasileiro entre os anos de 1946 a 1988 – período que vai da Era Vargas até a promulgação da atual Constituição Brasileira, conhecida como "Constituição Cidadã". Com escritórios em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade foram divididos entre os seguintes campos temáticos:

1) ditadura e gênero;
2) Araguaia;
3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964;
4) ditadura e sistema de Justiça;
5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical;
6) estrutura de repressão;
7) mortos e desaparecidos políticos;
8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas;

---

[16] Disponível em: <http://www.jornalistasgo.org.br/modules/news/article.php?storyid=62>. Acesso em: 15 abr. 2015.
[17] Falarei sobre a Comissão Estadual de Goiás no item 2 deste capítulo.

9) Operação Condor;

10) papel das igrejas durante a ditadura;

11) perseguições a militares;

12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e

13) o Estado ditatorial-militar.

A CNV manteve um diálogo com a sociedade civil através de suas redes sociais e também através das audiências públicas e seminários sobre casos, alguns conhecidos e emblemáticos (como o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva e do estudante Stuart Edgar Angel Jones), e outros pouco conhecidos (como o caso do camponês Epaminondas Gomes de Oliveira, um dos poucos desaparecidos políticos que teve suas ossadas recuperadas). A Comissão Nacional da Verdade também convocou agentes do período depor. Vale ressaltar que a Comissão Nacional da Verdade não teve caráter punitivo, ou seja, os depoentes poderiam expor o que sabiam sem que houvesse risco de serem presos ou punidos pelo Estado Brasileiro. Da parte dos militares, o que se viu foi a exaltação aos valores pregados pela Doutrina de Segurança Nacional, negação das violações de Direitos Humanos e até mesmo chacotas e risadas.[18]

Exemplo disso foi o depoimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi convocado pela Comissão Nacional da Verdade a depor em 10 de maio de 2014. Ustra se recusou a responder qualquer pergunta dos comissários, além de ter ido à audiência acompanhado pelo seu advogado. Com um documento que lhe garantiu o direito de permanecer calado, Ustra se limitou apenas a ler um texto no qual diz que combateu o comunismo em 1964. No texto lido por Ustra, ele ressaltou as ações dos militantes como "atos terroristas", que resultaram na morte de quase 70 pessoas, incluindo militares e policiais civis.

> Em fase disso tudo, o presidente da República elaborou uma diretriz de segurança interna, que deu poderes aos generais comandantes de área para combater o terrorismo. Assim, cada exército ficou, cada general de 4 estrelas, em sua área, ficou responsável pelo combate ao terrorismo. E ainda fruto dessa diretriz do presidente da República, em cada comando de área foi criado um conselho de defesa interna, um centro de operações de defesa interna e um destacamento de operações de

[18] É importante dizer aqui que houve militares que prestaram depoimentos para a Comissão Nacional da Verdade e contribuíram com as investigações, como o tenente Francisco Jesus da Paz e o soldado Eduardo Chuahy. Os depoimentos destes e demais militares estão disponíveis no site da Comissão Nacional da Verdade.

> informações (DOI). Sendo esse DOI um órgão de informações e de combate às organizações terroristas.[19]

Assim como outros agentes da repressão, Ustra reafirmou que todas as ações perpetradas pela Ditadura foram em prol da segurança nacional e que ele e seus homens apenas cumpriram ordens.

> Éramos homens prontos para o combate, cumprindo ordens diretas do comandante do 2º Exército. Eu era um agente do Estado, comandante de uma unidade militar, dentro da cadeia de comando. Durante o meu comando, nunca fui punido, nunca fui repreendido, recebi os melhores elogios da minha vida militar e recebi a mais alta condecoração outorgada pelo Exército brasileiro em tempos de paz, a Medalha do Pacificador, a qual eu estampo aqui com muito orgulho. Isso só é distribuído àqueles que cumpriram com o seu dever correndo risco de vida, (...) E com muito orgulho, eu digo aos senhores que eu cumpri a minha missão. (...) Nós estávamos lutando para preservar a democracia.[20]

Ustra faleceu em 15 de outubro de 2015, em decorrência de complicações cardíacas e de câncer de próstata. Nunca assumiu o que fez enquanto chefe do DOI-Codi em São Paulo, entre 1971 e 1974, e sempre que se referia à Ditadura Militar, usava o termo "Revolução" e reafirmava que combateu o terrorismo e o comunismo. Além de não ter sido punido pelas violações aos Direitos Humanos que praticou durante a Ditadura Militar, Ustra foi condecorado com a Medalha do Pacificador, uma honraria criada pelo Exército Brasileiro em 25 de agosto de 1953 – data do centésimo quinquagésimo aniversário de Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro – para homenagear militares e civis que "em tempos de paz, no exercício de suas funções ou no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se distinguido por suas atitudes, dedicação, abnegação e capacidade profissional".[21]

Neste ponto, é importante falar sobre o trabalho do GT "Ditadura e Gênero" – que foi sediado na cidade de São Paulo – por ser um grupo de trabalho que traz informações sobre as violências sofridas por mulheres, homossexuais, crianças e adolescentes, pautados pelos estudos contemporâneos sobre gênero. No relatório deste GT (BRASIL, 2014, p. 401), há informações sobre o que é gênero e, em seguida, seguem os relatos das violências praticadas pelo Estado Brasileiro.

---

[19] Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pWsv4EndpfY>. Acesso em 19 mar. 2015.
[20] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pWsv4EndpfY>. Acesso em 19 mar. 2015.
[21] Texto extraído do site da Secretaria Geral do Exército: <http://www.sgex.eb.mil.br/>. Acesso em 15 jul. 2015.

> É possível dizer, portanto, que gênero refere-se aos atributos, comportamentos, características de personalidade e expectativas associados ao sexo biológico de uma pessoa por determinada cultura, sendo construído e apreendido durante o processo de socialização ou, mais propriamente, representando uma combinação de determinantes biológicos e culturais. Gênero é, portanto, uma construção sociocultural que obedece a especificidades contextuais e temporais – o que equivale a dizer que as relações sociais de gênero criam normas de masculinidade e feminilidade que funcionam de forma compulsória sobre todos os indivíduos. Tais normas não constituem escolha individual, mas são reafirmadas e atualizadas na interação social entre homens e mulheres, expressando-se nos corpos e na construção das preferências e nos planos de vida. Identidade de gênero, por sua vez, refere-se ao sexo em que cada indivíduo reconhece a si mesmo.

Essa construção do gênero faz com que os indivíduos sejam identificados de acordo com o que possuem e com o que não possuem do outro gênero: "Uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição do gênero dentro desse par binário" (BUTLER, 2003, p. 45). No que se refere às torturas, o gênero de cada indivíduo era determinante para a disciplina dos corpos. No que diz respeito às mulheres, o que se vê é a presença da heteronormatividade e o uso da maternidade como instrumentos de tortura e silenciamento. A presença dos filhos das presas, o uso de instrumentos para esteriliza-las e a violência sexual tinham o intuito de silenciar essas mulheres e, consequentemente, suas memórias.

1.2 Comissão Nacional da Verdade: descobertas, encontros, reencontros e mudanças

Acompanhei a Comissão Nacional da Verdade em várias etapas, desde a sanção da Lei nº 1.2528/2011 – que garantiu a criação da CNV – até a entrega do relatório final, em dezembro de 2014. Segui a CNV nas principais redes sociais – *Youtube*[22], *Facebook*[23], *Twitter*[24] – e foi graças a isso que tomei conhecimento das audiências públicas. Foi através das redes sociais que tive notícias sobre os avanços num caso de que já tinha ouvido falar vagamente: o desaparecimento das ossadas de uma jovem chamada Maria Augusta Thomaz e de seu companheiro Márcio Beck Machado. Uma amiga havia me falado sobre um dossiê de mortos e desaparecidos políticos e me indicou a leitura. Tratava-se do livro *Direito à memória e à verdade*, elaborado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), órgão ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

---

[22] Perfil da CNV no *youtube*: <https://www.youtube.com/user/comissaodaverdade>.
[23] *Fanpage* da CNV no *facebook*: <https://www.facebook.com/comissaonacionaldaverdade/>.
[24] Perfil da CNV no *twitter*: <https://twitter.com/cnv_brasil?lang=pt>.

O que me causou espanto e incômodo foi ver a história de Maria Augusta narrada junto à história de Márcio Beck Machado, como se fossem uma única pessoa. Mesmo que eles tenham sido mortos na mesma noite, Maria Augusta era uma mulher, tinha sua própria história de vida, já era Maria Augusta antes do Márcio. Porque colocar a história dela junto à história dele? Além de Maria Augusta e Márcio, vi outros nomes como o de José Porfírio de Souza, João Carlos Haas Sobrinho, Stuart Edgar Angel Jones e Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

Foi a partir dessa leitura que intensifiquei a minha busca por mais informações sobre as ações do Estado Brasileiro para punir os responsáveis pelas violações de Direitos Humanos cometidas neste período e se havia alguma audiência voltada para a sociedade civil, para que eu pudesse participar. Assim, descobri que a Comissão Nacional da Verdade faria uma audiência pública em Goiânia sobre a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso.

Em 15 março de 2014, a Comissão Nacional da Verdade realizou uma audiência pública em Goiânia sobre o caso da Revolta Camponesa de Trombas e Formoso. A audiência foi realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Nesse dia, pude rever pessoas que conheci em tempos de militância no terceiro setor, como o ex-deputado estadual Mauro Rubem e Fábio Fazzion, que eram membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Na audiência, também conheci Marcantônio Dela Corte, que na época era presidente da Associação de Anistiados Políticos de Goiás (ANIGO). Consegui seu endereço de e-mail com Fábio Fazzion e, assim que lhe mandei e-mail, obtive a seguinte resposta: "cara AnaLu, não seria melhor você me encontrar na Anigo e gravar suas respostas?"[25]. E foi o que fiz: me encontrei com Marcantônio na Anigo. Ele me contou sua história, a de José Porfírio de Souza e de seus companheiros de luta. Falou de quando foi preso e torturado, e do caso de Marco Antônio Dias Batista – irmão de Renato Dias, morto e desaparecido aos 15 anos de idade. O caso de Marco Antônio chama atenção por se tratar de um adolescente – ele é o mais jovem desaparecido político do país.

> Não foi possível definir a data precisa de seu desaparecimento. As pesquisas em torno de informações sobre seu desaparecimento, inicialmente, indicaram que ele foi visto pela última vez em Porto Nacional, naquela época estado de Goiás, hoje Tocantins, por volta de março, abril de 1970. Depoimento de outro ex-militante da época informa que manteve encontro com ele numa praça de Araguaína, em maio. Segundo declarações do médico Laerte Chediac – irmão do ex-delegado da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, Hibrain Chediac – ao jornal

[25] Entrei em contato via e-mail com Marcantônio Dela Corte em 28 ago. 2014.

> Tribuna Operária, em 1981, Marco Antônio teria sido detido em maio de 1970 pelo "Grupo do capitão Marcus Fleury", e que, ao ter permissão para visitar a família, fugiu e provavelmente estaria morto. O delegado citado nada confirmou. Marcus Fleury era oficial do Exército, no 10º BC, e também comandou a Polícia Federal de Goiás naquele período. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, informa sobre Marco Antônio que era "líder secundarista goiano, preso e desaparecido em 1970 (BRASIL ,2007, p.129).

As conversas com Marcantônio não ficaram somente na Anigo. Ele me convidou para uma conversa em sua casa e lá ele me entregou alguns livros, entre eles *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz*, escrito por Renato Dias em 2012. Li esse livro em dois dias e fiquei impressionada com a história de vida dela. E novamente vi que a história dela continua atrelada às de seus companheiros, José Wilson Lessa Sabag e Márcio Beck Machado.

O livro de Dias traz informações importantes sobre a vida de Maria Augusta. Sua vida em Leme, sua cidade natal. A ida para a PUC-SP, a entrada na militância e seu envolvimento com a luta armada. Traz também informações sobre as condições em que sua morte foi perpetrada pelos agentes da repressão em 1973. Mas, ainda assim, Maria Augusta não deixou de ser filha, namorada de alguém. Ela ainda permanece no espaço doméstico e sua presença no espaço público e político está condicionada à presença de homens. Aquele incômodo que senti ao ver *O que é isso, companheiro*? surgiu outra vez e, por isso, acredito que falar sobre Maria Augusta Thomaz é contribuir para tornar a sua memória presente.

Estive presente na entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade. A cerimônia ocorreu em dois locais. A primeira foi no Palácio do Planalto, numa cerimônia restrita a parlamentares, familiares de vítimas da Ditadura Militar e membros da Comissão Nacional da Verdade. Nesta cerimônia, a presidenta Dilma Rousseff – que também foi presa e torturada durante a Ditadura Militar de 1964 – fez um discurso falando da importância de se resgatar a memória coletiva acerca deste período.

A segunda cerimônia foi na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Essa cerimônia foi aberta à sociedade civil e foi a cerimônia em que estive presente. Foi nela que conheci Suellen Maciel, que trabalhou no GT "Graves Violações de Direitos Humanos" – Mortos e Desaparecidos Políticos. Por uma coincidência feliz do destino, Suellen trabalhou no caso de Maria Augusta Thomaz e foi por meio dela que conheci a família Cabral Faria – dona da fazenda Rio Doce, onde Maria Augusta foi morta.

Dona Margarida, Seu Pedro e Anna Maria me receberam na fazenda Rio Doce. Me levaram ao local em que Maria Augusta foi morta e enterrada antes da "Operação Limpeza".

Me contaram como era Maria Augusta, ou melhor, me contaram como era a Neusa – um dos codinomes de Maria Augusta. Dona Margarida me perguntou se eu sabia o motivo que levara Maria Augusta e Márcio – lá conhecido como Raimundo – para a Rio Doce. "Ela era muito bonita e não parecia ser da roça mesmo. Tratava todo mundo bem. Meu pai nunca reclamou dela nem do Raimundo. Mas a gente nunca soube direito o porquê deles terem vindo pra cá", disse ela.

Contei a Dona Margarida que Maria Augusta fazia parte de um grupo que queria revolucionar o país do campo para a cidade. Que ela e o Raimundo queriam aprender mais sobre a rotina do camponês para depois falar sobre o ideal comunista e, assim, ter mais pessoas para lutar contra a Ditadura Militar e o capitalismo. Ela abriu um sorriso e disse toda contente: "ela ia aprender essas coisas da roça com a gente? Você ouviu, bem [Seu Pedro]? Ela queria saber mais da roça com a gente!". Conheci também o Seu Eurípedes, um dos poucos que testemunharam a execução de Maria Augusta Thomaz. Ele mora na Fazenda Rio Doce até os dias atuais. Alcoólatra e solitário, seu Eurípedes relatou tudo que viveu naquele 17 de maio de 1973.

Todo este caminho percorrido por mim teve o intuito de buscar informações sobre Maria Augusta Thomaz e, assim, compreender a construção da memória desta militante. Com isso, conheci outras mulheres, outros espaços físicos, ouvi diversas narrativas sobre a luta de resistência contra a Ditadura Militar e constatei que falar sobre a memória de Maria Augusta Thomaz é falar também sobre outras mulheres que fizeram parte desta luta. Em busca destas informações, descobri que em Goiás havia uma Comissão da Verdade.

1.3 A Comissão Estadual da Verdade, Memória e Justiça de Goiás

Seguindo o caminho oposto de outros estados, Goiás instaurou sua Comissão Estadual de Verdade, Memória e Justiça em janeiro de 2014, após o decreto assinado pelo governador Marconi Perillo. Enquanto a Comissão Nacional da Verdade tornou público todos os seus trabalhos, a CEVMJ de Goiás – que leva o nome do deputado estadual José Porfírio de Souza, desaparecido em 1973 – trabalhou em silêncio absoluto. Não houve audiências públicas. Até a conclusão deste trabalho, não foi encontrada nenhuma comunicação com a sociedade civil ou algum canal de comunicação com a Comissão Estadual da Verdade de Goiás.

Soube da existência da CEVMJ durante a audiência pública de Trombas e Formoso, ocorrida em março de 2014 na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Como mencionei, foi nessa audiência que conheci Marcantônio Dela Corte. Marcantônio integrou o GT de Mortos e Desaparecidos. Além de Marcantônio, o GT de Mortos e Desaparecidos Políticos foi composto pelo professor Pedro Célio Alves Borges, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Acreditei que o caso de Maria Augusta Thomaz estivesse na pauta desse GT, pois ela foi morta em Rio Verde, cidade localizada a 232 quilômetros de Goiânia, capital de Goiás.

Foi nas dependências da Faculdade de Ciências Sociais da UFG que conheci Pedro Célio Alves Borges, professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Ele me falou do trabalho da CEVMJ e dos casos investigados pelo GT de Mortos e Desaparecidos. Falou que eles trabalharam em três casos e que o caso de Maria Augusta Thomaz foi descartado. "Não temos muitos recursos financeiros e o caso dessa moça não tem mais o que ser feito. A CNV investigou e eles também não conseguiram nenhuma pista do paradeiro, nem nada de novo sobre ela e o namorado".

Na época, os esforços deste GT estavam voltados para um caso bastante complexo: o de Durvalino Porfírio de Souza, filho de José Porfírio de Souza. A data de seu desaparecimento não é exata. O que se sabe sobre o seu desaparecimento é que Durvalino tinha dezoito anos e desde 1973 nunca mais foi visto. As investigações da CEVMJ conseguiram encontrar um homem que tem as mesmas características de Durvalino, mas, até o final de 2015, a CEVMJ não conseguiu meios para provar a identidade desse homem. Ele não tem documentos e perdeu boa parte de sua memória – a hipótese é a de que essa amnésia tenha sido causada pelas torturas e espancamentos sofridos – e os exames de DNA não foram conclusivos. Até a conclusão deste trabalho, a CEVMJ não tinha conseguido provar a identidade desse homem, tampouco apresentou quaisquer relatórios para a sociedade goiana.

Informações sobre os membros da CEVMJ também não são públicas e até a conclusão deste trabalho, não encontrei nenhuma informação sobre os Grupos de Trabalho, casos investigados, local de atuação. Em 03 de dezembro de 2013, o site Brasil 247 publicou uma matéria sobre a criação da CEVMJ de Goiás e lá também não constam informações consistentes sobre esta comissão.[26]

---

[26] Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/goias247/122774/Perillo-cria-Comiss%C3%A3o-da-Verdade-em-Goi%C3%A1s.htm>. Acesso em 18 mar 2016.

> A Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça deputado estadual José Porfírio de Souza será composta por 17 membros. Os nomes serão designados pelo chefe do Poder Executivo. Os titulares ou representantes serão indicados pelo governo do Estado de Goiás, entidades de defesa dos direitos humanos, além de personalidades democráticas da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil deverão possuir reconhecida idoneidade moral e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como das instituições constitucionais e republicanas. Eles não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de interesse público.

Até mesmo no site da Secretaria de Estado da Casa Civil não há informações mais contundentes sobre a CEVMJ. Em 21 de fevereiro de 2014, foi publicada uma matéria neste site que cita o nome do presidente da CEVMJ, mas não deixa claro quem faz parte da comissão e os casos que seriam investigados.[27]

> A CEVMJ terá vigência concomitante com a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Presidência da República em maio de 2012, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações. O presidente da Comissão, Edemundo Dias de Oliveira Filho, informou que há previsão de posse e instalação definitiva e início dos trabalhos em 20 dias, em ato comandado pelo governador do Estado.

Ainda nesta mesma matéria[28], são citadas as instituições envolvidas na CEVMJ:

> A Comissão tem a atribuição de examinar e esclarecer, na esfera do Estado de Goiás, as graves violações de direitos humanos praticadas no período da ditadura no País ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. As instituições componentes são: Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; Secretaria de Estado da Segurança Pública; Assembleia Legislativa do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Goiás; Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Goiás; Associação dos Anistiados pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás; Associação Goiana de Imprensa; Universidade Federal de Goiás; Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Universidade Estadual de Goiás; Conselho Estadual de Direitos Humanos; Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, além da própria Sapejus e mais quatro representantes da sociedade civil.

Não foram divulgados os nomes dos representantes das instituições componentes nem tampouco os resultados das investigações dos grupos de trabalho que constituem a comissão. Também não há previsão para entrega do relatório final.

---

[27] Disponível em: http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/173425/governo-cria-a-comissao-da-verdade-em-goias>. Acesso em 20 mar. 2016.

[28] Disponível em: <http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/173425/governo-cria-a-comissao-da-verdade-em-goias>. Acesso em 20 mar. 2016.

1.4 Considerações sobre o meu campo de pesquisa e a memória coletiva da Ditadura Militar de 1964

Foi percorrendo esse trajeto que percebi que é preciso pesquisar e falar sobre estas memórias. Das mulheres. Dos negros. Dos homossexuais. Dos indígenas. Dos camponeses. É preciso falar sobre a maneira que estas memórias são construídas para que este passado doloroso não se torne uma realidade. "Para que não se esqueça; para que nunca mais aconteça" foi a frase que mais li e ouvi ao longo destes dois anos de pesquisa. Diferentemente de outros países latino-americanos que também viveram períodos ditatoriais, o Brasil optou pelo silêncio e a omissão diante das responsabilidades e consequências destes anos de chumbo. Anos de dor, sofrimento, violação de direitos e duras separações. Cada ex-preso político que conheci demonstrou receio em falar comigo no primeiro instante. Me apresentei como estudante de Antropologia Social, falei do meu tema e o que queria saber de cada um. Vinha uma sequência de perguntas sobre minhas ideologias políticas, minha religião, minha família e, sobretudo, o porquê de estudar Ditadura Militar. Creio que este receio seja fruto da experiência e das memórias destas pessoas.

A Antropologia nos mostra que devemos seguir o que o campo nos mostra. E o campo me dizia "vá devagar". Nunca recebi uma resposta sem ter que responder todas as perguntas citadas acima. Mas depois disso, vinha uma fase bastante curiosa: muitas conversas e informações, apresentações de outros ex-presos e doações de livros. Livros que guardo com carinho e respeito. Para essas pessoas, falar sobre a Ditadura Militar é preservar a memória individual e coletiva. É dar continuidade às próprias lutas, iniciadas na década de 1960. É aplicar o "para que não se esqueça; para que nunca mais aconteça".

A cada conversa, a cada aproximação com os ex-presos políticos e familiares de desaparecidos, vi que Geertz (apud CANCLINI, 2009, p. 214) estava certo ao dizer que "o pensamento sócio-político não cresce a partir de uma reflexão incorpórea, mas está sempre ligado à situação de vida do pensador". A relação destas pessoas com os seus ideais não está no passado, ele ainda vive.

Para mim, toda essa experiência antropológica foi gratificante. Conversar com estas pessoas, falar sobre Maria Augusta Thomaz e tornar público este trabalho é a realização de um sonho: de contribuir com a história do meu país. É entregar para aquela menina curiosa

que existe dentro de mim todas as respostas que ela sempre procurou. É deixar para as meninas e mulheres das gerações futuras que elas têm em quem se espelhar. Que elas também podem e devem lutar. É contribuir para a desconstrução de ideias patriarcais e opressoras. "Quem dá voz à história são os homens e mulheres livres que não tem medo de escrevê-la", disse a presidenta Dilma Rousseff na entrega do relatório final da CNV. E neste trabalho reafirmo minha liberdade enquanto mulher para investigar e procurar compreender a memória da luta das mulheres, em especial, de Maria Augusta Thomaz.

2 DITADURA MILITAR: BREVE PARECER HISTÓRICO, ESTRUTURA E APARATO DO GOLPE

Neste capítulo, trago informações sobre a Ditadura Militar de 1964. Aqui também problematizo os termos usados para definir este período e a estrutura criada pelas entidades civis e militares para que o Golpe tivesse êxito. Além disso, falo sobre o contexto histórico e sobre os grupos de resistência à ditadura.

2.1 O início, o fim, o nome: porque é importante problematizar datas e terminologias

Falar sobre a Ditadura Militar de 1964 é tocar em diversos assuntos, desconstruir a certeza de fatos que, com o passar do tempo, se consolidaram como verdades. A começar pela duração da vigência dessa Ditadura. Documentos oficiais apontam que a Ditadura Militar durou 21 anos – entre 1964 e 1985. Mas a chamada reabertura política – que, nas palavras do ex-presidente Ernesto Geisel, seria "lenta, gradual e segura" – começou em 1979, com a Anistia concedida aos exilados, presos políticos e agentes da repressão. Ainda assim, somente em 05 de outubro de 1988 o Brasil teve uma nova Constituição, conhecida como "Constituição Cidadã". Reis (2014) mostra a complexidade em definir o fim desta Ditadura:

> Questionar o consagrado marco de 1985 não é tarefa simples. Envolve não apenas enfrentar uma verdadeira ditadura cronológica, formada por militantes de direita e de esquerda, mas também a força da inércia que se traduz, no pensamento social, pela preguiça intelectual.

Marcar o fim deste período também toca numa questão importante: a punição dos torturadores. Único país da América Latina a anistiar torturadores, o Brasil também foi o último a criar uma comissão para investigar os crimes cometidos pelo Estado neste período.

Fica a pergunta: como marcar o fim de um período ditatorial e arbitrário sem ao menos punir os responsáveis pelas prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados? É a pergunta que os familiares e as vítimas dessa arbitrariedade fazem até os dias atuais.

Para Arantes (2010, p. 209), a Ditadura Militar começou, de fato, em dezembro de 1968 e encerrada em 1979, anos em que foram sancionados respectivamente, o Ato Institucional nº 05 e a Lei da Anistia.

> Pelas novas leis revisionistas, a dita cuja teria sido deflagrada pra valer em dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 05 (AI-5) - retardada ao que parece, por motivo de "efervescência" cultural tolerada - e encerrada precocemente em agosto de 1979, graças a autoabsolvição dos implicados em toda a cadeia de comando da matança.

Os documentos oficiais da Ditadura Militar (leis, atos institucionais, comunicação institucional entre outros) falam em "Revolução Brasileira de 31 de março de 1964". No entanto, a Comissão Nacional da Verdade traz provas de que a Ditadura, além de não ter sido revolucionária, tampouco se iniciou em 31 de março de 1964. A Comissão Nacional da Verdade atesta que a primeira tentativa de golpe ocorreu em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros e o impedimento para que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência.

O que frustrou o golpe em 1961 foi a Campanha da Legalidade, movimento organizado por entidades civis e militares em apoio a João Goulart. Essa manobra dos militares na escolha da data inicial da Ditadura e que permanece na memória nacional é explicada por Pollak (1989, p. 204) no trecho a seguir:

> Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo.

Souza (2007) problematiza a importância da terminologia, pois são eles (os termos) que transmitem ideias e conceitos. Quando se fala em "Revolução Brasileira de 31 de março de 1964", há o intuito de transformar aquele período em ato patriótico, de dar um tom nacionalista para o que aconteceu. Além disso, quando se fala em "Revolução Brasileira de 31 de março de 1964", há uma exaltação àqueles que fizeram parte disso – sobretudo, às Forças Armadas, que, até os dias atuais, promovem cerimônias em suas dependências para celebrar a

"Revolução Brasileira de 31 de março de 1964". Isso transforma os militares em "revolucionários", heróis nacionais. Há quem use o termo "Ditabranda" para se referenciar a alguns governos militares, como são os casos dos ex-presidentes Castello Branco e João Baptista Figueiredo – generais que não pertenciam a grupos mais radicais do Exército brasileiro e, respectivamente, foram o primeiro e o último presidentes militares entre 1964 e 1985. O termo "Ditabranda" é usado para reforçar a ideia de que houve períodos dentro da Ditadura Militar que foram brandos e suaves.

O general chileno Augusto Pinochet foi um dos primeiros a utilizar o termo "Dictablanda". "Esta nunca foi uma ditadura, senhores, é uma dictablanda", disse Pinochet quando foi alvo de críticas sobre a Ditadura no Chile, em 1983.[29] O jornal *Folha de S. Paulo* também já utilizou o termo em muitas matérias sobre a Ditadura Militar brasileira, como justificativa para dizer que a ditadura no Brasil foi branda em comparação com a ditadura em outros países da América Latina.

> Talvez o que chamamos de ditadura tenha sido apenas uma reação um pouco demasiada às ameaças de radicalização que espreitavam nossa democracia. Quem sabe, daqui a algumas décadas conseguiremos realizar o feito notável de fazer uma ditadura simplesmente desaparecer? No interior desta lógica perversa de negação há, ao menos, um ponto verdadeiro. A saber, a ditadura brasileira deve ser analisada em sua especificidade. Ela não foi uma ditadura como as outras. De fato, como gostaríamos de salientar, há uma 'exceção brasileira'. No entanto, ela não está lá onde alguns gostariam que ela estivesse. Pois acreditamos que uma ditadura se mede. Ela se mede não por meio da coragem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente. Neste sentido, podemos dizer com toda a segurança: a ditadura brasileira foi a ditadura mais violenta que o ciclo negro latino-americano conheceu (SAFATLE & TELES, 2010, p.10).

Outro fator característico da ditadura brasileira e das demais do Cone Sul é a prática do desaparecimento forçado. Como já foi dito, há em torno de 434 desaparecidos entre os anos de 1964 e 1985. Arantes (2010, p. 207) lembra que essa prática de desaparecimento forçado adotada pelas ditaduras do Cone Sul causou estranheza em quem observava a ditadura:

> Depois de mandar prender, mandar desaparecer como política de Estado, e tudo que isso exigia: esquadrões, casas e voos da morte. Essa nova figura – o desaparecimento forçado de pessoas - desnorteou os primeiros observadores. A rigor, até hoje. Ainda hoje, no início dos anos 1980, um Paul Virillo perplexo ser

[29] Frase dita por Augusto Pinochet durante uma coletiva de imprensa, ocorrida em 1983. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OVvcqVRPyb4>. Acesso em 09 mai. 2016.

> referia às ditaduras do Cone Sul como o laboratório de um novo tipo de sociedade, a "sociedade do desaparecimento", onde os corpos agora, além do mais- e sabemos que este 'mais' significa –, precisam desaparecer, quem sabe, o efeito paradoxal do estado de hiperexposição em que se passava a viver.

Os desaparecimentos forçados, assim como as torturas, evidenciam também que as ditaduras no Cone Sul utilizavam os corpos para se reafirmarem enquanto sistemas de poder. Na visão de Arantes (2010, p. 208), "o corpo passa a ser algo fundamental para a ação do regime e a câmara de tortura se configura como a exceção política originária na qual a vida exposta ao terrorismo de Estado vem a ser incluída no ordenamento social e político". Importante citar que a sociedade do desaparecimento ainda existe, uma vez que o Estado brasileiro não tirou essas 434 pessoas da condição de desaparecidos políticos. A ausência de punição para os responsáveis por tais práticas também sustenta a existência dessa sociedade. A sociedade do desaparecimento traz também uma importante questão: a relação com a morte. O desaparecimento forçado resulta em tornar anônima a morte de alguém, bem como a história daquele indivíduo. Para Teles (2010, p. 269), o desaparecimento tira o direito à morte do próprio desaparecido, bem como tira também o pertencimento deste indivíduo na sociedade.

> Mata-se a morte, faz-se reinar a morte da morte, infectando com isso a vida, que perde assim todo sentido outro que a força pura. Ao tornarem anônima a morte, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada, informando que nem a morte pertence ao desaparecido e que ele não pertencia a ninguém.

É importante dizer que além desta prática do desaparecimento forçado, a organização do golpe foi além da escolha dos presidentes. Houve todo um aparato legal para manter os militares no poder. Além disso, houve também toda uma estrutura para mascarar a arbitrariedade da Ditadura. A começar pela existência de partidos políticos. Até as eleições de 1966, existiam 13 partidos no Brasil. A derrota dos candidatos a governador em estados importantes para a economia – como Minas Gerais e Guanabara (atual Rio de Janeiro) – fez com que 11 partidos se tornassem ilegais, com a sanção do AI-2 (Ato Institucional nº 2). Diante disso, o Brasil passou a ter um sistema eleitoral bipartidário. Os únicos partidos que permaneceram legais até 1979 foram a ARENA e o MDB.

Criada em 1965, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) é a sigla do partido que apoiava os militares. Com base nos princípios positivistas da Ditadura Militar, a ARENA

tinha parlamentares eleitos em todas as esferas de poder. Já o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era o partido de oposição. Fundado também em 1965, o MDB tinha como líderes Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Após a redemocratização, o MDB se transformou em partido e é hoje o PMDB. A manutenção das aparências é outro fator que difere a ditadura brasileira das demais, graças à capacidade de reduzir a legalidade à dimensão da aparência, conforme mostram Safatle & Teles (2010, p. 11).

> Tínhamos eleições com direito a partido de oposição, editoras que publicavam Marx, Lenin, Celso Furtado, músicas de protesto, governo que assinava tratados internacionais contra a tortura, mas, no fundo, sabíamos que tudo isto estava submetido à decisão arbitrária de um poder soberano que se colocava fora do ordenamento jurídico. Quando era conveniente, as regras eleitorais eram modificadas, os livros apreendidos, as músicas censuradas, alguém desaparecia. Em suma, a lei era suspensa. Uma ditadura que se servia da legalidade para transformar seu poder soberano de suspender a lei, de designar terroristas. Pois neste tipo de situação nunca se sabe quando se está fora da lei, já que o próprio poder faz questão de mostrar que poder embaralhar, a qualquer momento, direito e ausência de direito.

O combate ao comunismo era um dos principais objetivos da chamada, pelos militares e seus apoiadores, "Revolução Brasileira de 31 de março de 1964". No entanto, livros sobre os principais pensadores do comunismo, como Marx e Lenin, eram publicados e vendidos. Além disso, havia um departamento de censura, ligado ao Governo. Esse departamento era responsável por censurar qualquer obra – músicas, poemas, artes plásticas – que tivesse algum conteúdo que ferisse os princípios da Ditadura. Ainda assim, várias músicas com caráter de protesto tocaram nas rádios de todo o país. Contudo, paralelamente a isso, várias pessoas foram perseguidas pela Ditadura. Artistas, intelectuais, estudantes e qualquer cidadão brasileiro estava sujeito às decisões arbitrárias. As leis mudavam conforme os interesses dos militares.

Fausto e Devoto (2004, p. 395) lembram que o Estado militar brasileiro é um representante de um tipo específico do Estado autoritário – o Estado burocrático – que tem como intenção "organizar a dominação de classe em favor de frações superiores de uma burguesia altamente oligopolista e transnacional". Diante disso, o que se viu durante a vigência deste Estado autoritário burocrático foi a repressão aos setores populares organizados politicamente, censura, suspensão de direitos constitucionais e uma série de medidas econômicas aplicadas. Além disso, as ações do Estado autoritário burocrático estavam baseadas no discurso de garantia à segurança nacional, disseminando assim o medo e o terror.

Fico (2004) cita que entre 1960 e 1964, a luta trabalhista ganhou força em todos os estados brasileiros – mesmo período em que João Goulart vai à China buscar relações econômicas e diplomáticas. Para os setores mais conservadores do Brasil, esta visita foi justificativa para disseminar o medo de que o comunismo chegasse ao país. O fortalecimento da luta de classes é algo que contradiz com os interesses econômicos capitalistas, uma verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao Imperialismo. A defesa do interesse econômico capitalista por trás do golpe se tornou evidente quando a Comissão Nacional da Verdade comprovou o investimento que várias empresas nacionais e multinacionais fizeram às Forças Armadas. Mas para garantir a implantação da Ditadura Militar, foi preciso criar todo um aparato legal, de modo a impedir que os opositores não obtivessem êxito.

2.2 Aparato legal da Ditadura Militar

Para manter toda a aparência democrática e revolucionária, a Ditadura criou leis, atos institucionais, medidas provisórias, entre outras ações para se manter na "legalidade". No ano de 1967, o governo militar sancionou o Decreto-Lei nº 314, também conhecido como Lei de Segurança Nacional (LSN). Neste decreto, há uma série de possíveis ameaças à soberania nacional. Foi com base neste decreto que os cidadãos e cidadãs envolvidos em grupos de resistência ao Regime Militar eram qualificados como "subversivos" e marcados como inimigos da nação. No capítulo 2 deste decreto, classificam-se como crimes a incitação pública de greves, a luta pela violência entre classes sociais, a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, a animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis, entre outros:

> Art. 33. Incitar publicamente:
> I - à guerra ou à subversão da ordem político-social;
> II - à desobediência coletiva às leis;
> III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;
> IV - à luta pela violência entre as classes sociais;
> V - à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;
> VI - ao ódio ou à discriminação racial:
> Pena - detenção, de 1 a 3 anos.

Tal decreto nada mais era do que a legalização da Doutrina de Segurança Nacional, doutrina esta que orientou todas as ações das ditaduras da América Latina. Baseada em conceitos positivistas, a Doutrina de Segurança Nacional não dá margem à oposição. Um dos slogans criados para as campanhas institucionais veiculadas durante a Ditadura Militar, "Brasil: ame-o ou deixe-o", traduz bem o ideal pregado pela Doutrina de Segurança Nacional.

> Essa lógica deu numa proposta totalitária, que não comporta o conflito, a divergência, a diversidade. A Doutrina de Segurança Nacional recolheu essa concepção e lhe deu um caráter militar, em que as FFAA de cada país – e as dos EUA no plano internacional – seriam os responsáveis pelo funcionamento harmônico das sociedades. Inserida na lógica da guerra fria, significava que qualquer divergência faria o jogo dos que queriam destruir o corpo social, sua ação deveria ser atribuída a uma inserção de vírus de fora para dentro do organismo social, deverá ser combatida com toda a força e ser extirpada.[30]

Além da LSN, foram sancionados os Atos Institucionais - ou AI's. O Ato Institucional nº 05, sancionado pelo general Artur da Costa e Silva, é considerado o mais rigoroso dos AI's. Para o comissário da Comissão Nacional da Verdade, José Carlos Dias, o AI-5 foi "o golpe dentro do golpe". O AI-5 dava ao Presidente da República autonomia na suspensão e cassação dos direitos políticos, dentre outros aspectos. Importante citar que no texto do Ato Institucional não se fala em governo militar. O termo usado é "Revolução Brasileira de 31 de março de 64" e tal revolução tem como objetivo assegurar a ordem democrática brasileira.

> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964).

A ideia de revolução em nome da soberania nacional esteve presente em todas as ações, comunicações e manifestos dos militares durante a Ditadura Militar. Com isso, os militares tinham ares heroicos e messiânicos, eram aqueles que estavam dispostos a proteger

---

[30] Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/midias/doutrina-de-seguranca-nacional/>. Acesso em 11 mai. 2015. Acesso em 15 abr. 2015.

os brasileiros do horror do terrorismo e do comunismo, garantindo a estabilidade econômica e os avanços industriais iniciados no governo do ex-presidente Juscelino Kubistchek.

2.3 Grupos de resistência à Ditadura Militar: por que resistência e não oposição?

Neste período em que os militares estiveram no poder, houve vários grupos de resistência que se formaram com o intuito de restituir a democracia no Brasil. Muitos desses grupos eram movidos por ideais socialistas e comunistas. Vários grupos se formaram no campo e na cidade, como a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), que contaram com a participação de homens e mulheres que não concordavam com os rumos que o Brasil tomava nas mãos dos militares. Todos sofreram represálias por parte da Ditadura. Documentos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), da Comissão Nacional da Verdade (CNV), do Grupo Tortura Nunca Mais e demais grupos ligados a ex-presos políticos desse período atestam que vários militantes de oposição à Ditadura Militar foram presos, torturados, mortos.

A terminologia é algo importante na construção da memória coletiva. Os termos carregam ideias, conceitos. Em tempos em que vários partidos políticos são classificados como ilegais, o sistema político se torna bipartidário, e vários direitos civis e políticos são suspensos, o termo "oposição" não é suficiente para representar ou citar quem enfrentou um sistema poderoso e totalitário. O MDB era o partido de oposição à ARENA e foi o único partido que permaneceu legal após a sanção do AI-2. A Ditadura Militar soube escolher quem poderia fazer oposição e, assim, manter a sua aparência democrática e revolucionária.

O termo "resistência" traz algo mais emblemático e condizente com o que foi feito pelos movimentos combatidos pela repressão. Afinal, estes grupos posicionaram suas insatisfações e buscaram meios para mudar o sistema de governo vigente. Estes grupos, ainda que menos preparados que as Forças Armadas para combates armados, incomodaram a Ditadura Militar com suas ações e lutas ideológicas. Além disso, o modo como se posicionaram diante das represálias sofridas atesta que estes militantes não só se opuseram, mas também resistiram, colocando em risco a própria segurança e a própria vida. Exemplo disso foi como Dirce Machado, uma das líderes da Revolta Camponesa de Trombas e Formoso, agiu quando foi presa por agentes da repressão.

> Eles me bateram e disseram 'se você não disser onde está o José Porfírio eu mato seu marido e seu irmão'. E me xingaram de vários nomes. Eu respondi: 'não digo porque não sei. E se soubesse também não diria'. Daí eu quis morrer. Reuni todas as minhas forças e dei um tapa no soldado, que cambaleou. Então ele me deu um ''telefone'' e eu desmaiei. Acordei toda molhada de cachaça e vômito.[31]

Resistir a espancamentos, torturas físicas e psicológicas vai além de se opor. Vai além da luta ideológica. Para estes casos, a ideia de resistência está ligada à insubordinação. Esteves (2007) problematiza o termo "resistência" ao estudar a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso. Para o autor, o termo "resistência" vai além da ideia de lutar contra um dominante mais forte e também tem caráter ofensivo e ativo. São conceitos que se aplicam aos grupos que resistiram e também promoveram ataques contra a Ditadura Militar.

O MOLIPO, por exemplo, escreveu um manifesto para distribuir nas comemorações do 1º de maio de 1973. No manifesto, o grupo fala da importância da luta dos trabalhadores, e em um dos trechos afirma que "O Camargo Correa era poderoso, com o dinheiro que ele tirava dos operários ele ajudava a financiar a OBAN, a polícia política onde se tortura e se mata" (*apud* Dias, 2012, p. 162). O manifesto termina com os dizeres "Glória aos que tombaram lutando por seu povo". Outro exemplo foi o sequestro do embaixador estadunidense, uma ação organizada e liderada pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8). Em 04 de setembro de 1969, membros da ALN e do MR-8 sequestraram o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. Os envolvidos no sequestro exigiam a libertação de 15 presos políticos, publicação e leitura do manifesto escrito por eles nas principais rádios, tevês e jornais do país, o que foi prontamente atendido pela repressão. No manifesto, o grupo diz:

> Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso, ela não quer comemorar coisa nenhuma; quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão em que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne? Na Semana da Independência, há duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração.[32]

---

[31] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y49wjnqHkU4>. Acesso em 14 abr. 2015.

[32] Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969>. Acesso em 27 nov. 2015.

Diante destes relatos, é possível ver que a ação destes e demais grupos foi além da oposição. Não foi uma resistência tímida ou somente ideológica. Foi uma resistência ativa e defensiva. Nas ruas, nas prisões, nos porões aonde aconteceram as torturas. O termo *resistência* se aplica melhor ao falar destes grupos, pois é o termo que melhor representa o que eles foram de fato. Foi uma luta pautada pela autonomia dos grupos que discordavam da estrutura do sistema político e econômico da época.

> Ao falarmos de autonomia, entendendo-a em sua relação com o movimento de resistência, podemos afirmar que ela também é processo, luta, ação. É constituída pela defesa de um saber próprio, um saber forjado na experiência de vida e trabalho, dotados de uma noção compartilhada de significados, com seus próprios ritmos e disponibilidades. É, portanto, uma ação realizada em nome de um desejo manifesto e percebido como um direito de tomar decisões (ESTEVES, 2007, p.158).

No depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva", Arthur Machado Scavone[33] elucida a importância do termo "resistência" e a concordância deste termo com a luta contra a Ditadura Militar:

> E isso é uma coisa muito importante que eu vou colocar pra vocês porque eu já vi outros depoimentos aqui que me deixaram estarrecido. A luta armada que nós fizemos – não só a Maria Augusta, mas todos nós, mas a Maria Augusta em particular, era uma luta de resistência. A Ditadura Milita colocava que a gente era um bando de terrorista, armado, querendo matar, explodir bomba. Mas a essência de todo aquele movimento que houve com centenas de jovens que entraram foi um movimento de resistência a barbaridade que se constituiu, ao amordaçamento, a perseguição que o regime fez e cometeu em todos os espaços da vida pública, da vida civil.[34]

Por entender resistência como estratégia para romper barreiras que vão além de ideologias partidárias, por lidar com questões que ultrapassaram as paredes do Congresso Nacional, concluo que os atos praticados por estes grupos não se enquadram no termo "oposição". Por isso, neste trabalho, empregarei o termo "grupos de resistência".

2.3.1 A origem de alguns grupos de resistência

[33] Arthur Machado Scavone foi membro do MOLIPO. Preso em 24 de fevereiro de 1972, foi torturado no DOI-CODI de São Paulo e depois transferido para o Presídio Tiradentes.

[34] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

Apesar de os grupos de resistência terem um objetivo em comum, eles não eram exatamente iguais. As ideologias políticas, as estruturas organizacionais, o modo de enfrentamento e resistência e até mesmo o perfil dos integrantes não eram iguais em todos os grupos. Sindicalistas, camponeses, estudantes, religiosos são alguns dos tipos de grupos que existiram durante a Ditadura Militar de 1964. Para este trabalho, é de extrema importância falar sobre dois grupos: a Ação Libertadora Nacional e o MOLIPO.

2.3.1.1 Ação Libertadora Nacional - ALN

Fundada em 1967, a ALN é fruto de um grupo dissidente do PCB (Partido Comunista Brasileiro). O estopim para o rompimento com o PCB foi a expulsão de Carlos Marighella e a recusa do PCB em partir para a luta armada. Para Marighella e os demais dissidentes, enfrentar a Ditadura Militar só teria êxito se houvesse confronto armado. Visando obter dinheiro para financiar a compra de armas, comida e outros artefatos para garantir o sustento do grupo, a ALN organizava ações de expropriações.[35]

Conhecida pelas estratégias de enfrentamento elaboradas e executadas com maestria, a ALN expropriou bancos, um trem-pagador da Santos-Jundiaí e realizou sequestros de autoridades internacionais em troca da libertação de presos políticos. Uma dessas estratégias foi feita em parceria com o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária): o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. O segundo sequestro – do embaixador alemão Von Holleben – ocorreu em junho de 1970. No primeiro sequestro, a lista tinha 15 presos políticos; na segunda, a lista tinha 40 presos.

A dissolução da ALN começou logo após a morte de seu líder Carlos Marighella, em 04 de novembro de 1969. Marighella foi morto numa emboscada em São Paulo, armada pelos órgãos de repressão. Depois disso, outros membros da ALN assumiram a direção do grupo, todos sem sucesso. Aos poucos, os membros da ALN foram se desligando do grupo, formando outras organizações. Muitos foram presos, torturados, mortos. A ALN foi completamente extinta em 1973.

2.3.1.2 Movimento de Libertação Popular - MOLIPO

[35] O termo "expropriação" é usado pelos grupos de resistência para definir ações similares a assalto.

O Movimento de Libertação Popular foi fundado por membros dissidentes da Ação Libertadora Nacional. Formado por 33 pessoas, entre dissidentes da ALN e de outros grupos, o nome "MOLIPO" foi criado por Lauriberto José Reyes. O foco do MOLIPO era a guerrilha rural, que arrecadaria fundos das ações urbanas. Uma característica dos integrantes do MOLIPO era a admiração pelo modelo de governo de Cuba. Quase todos os seus integrantes passaram por treinamentos em Cuba antes de retornar ao Brasil para dar prosseguimento às suas ações de resistência.

A dissidência da ALN se deu porque seus membros não concordaram com o recuo das ações de luta armada da organização após a morte de Marighella. Denise Rollemberg relata no livro *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz* (DIAS, 2012, p. 116) que esse recuo da ALN foi mal interpretado pelos membros do MOLIPO.

> O que estes militantes não compreendiam é que o isolamento da ALN não era decorrência de uma opção política, mas do próprio isolamento da luta armada, uma vez que a sociedade jamais se identificou com este projeto. Neste sentido, é bem sintomático o fato de que, na medida em que os militantes voltavam, a partir dos fins de 1971, e se inseriam na realidade da luta armada, em um momento em que a repressão estava organizada e a pleno vapor, acabavam reproduzindo, exatamente, a prática da ALN.

O objetivo do MOLIPO era "deflagrar a guerrilha rural e operar nas cidades para levantar fundos e fazer a propaganda da estratégia global da organização política" (DIAS, 2012, p. 128). Ainda segundo Dias (2012), o MOLIPO era um grupo misto formado por estudantes universitários, funcionários públicos, trabalhadores urbanos e autônomos. A faixa etária também era bem mista, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Faixa etária dos membros do MOLIPO

Idade	**Porcentagem**
Até 25 anos	50%
De 26 a 35 anos	30%
Acima de 36 anos	20%

Fonte: DIAS (2012)

Pouco a pouco, os membros do MOLIPO voltaram para o Brasil e, assim, deram início à revolução que eles tinham como meta. Uma das primeiras ações do MOLIPO no Brasil foi uma expropriação de um cartório. Em seguida, expropriação de máquinas de *offset* para impressão de textos informativos sobre a guerrilha, manifestos e possíveis jornais. Expropriaram também um carro de som, uma Kombi com alto falante. Além das expropriações, o MOLIPO foi o articulador do atentado a bomba no Consulado da Bolívia em outubro de 1970. O motivo? Lembrar o fuzilamento de Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana e também fazer o justiçamento pela morte de Carlos Marighella. Um dos agentes que preparam a emboscada para Marighella, João Carlos Tralli, estava presente no Consulado da Bolívia no momento em que a bomba explodiu.

Arthur Scavone lembra que as ações do MOLIPO tinham também o intuito de mostrar para a população o caráter da luta de resistência.

> A preocupação que nós tínhamos era procurar mostrar através do que nós podíamos fazer na época - que eram ações - porque naquela época não tinha espaço pra você se pronunciar, não havia espaço pra você falar nada. Eram ações que tinham esse objetivo. Muito mais do que fazer as ações armadas – que eram necessárias pra conseguir infraestrutura, armas – o objetivo principal era tentar chegar à população com um recado diferente daquele que a Ditadura buscava nos caracterizar. Então, nas ações que o MOLIPO fez – e a Maria Augusta foi uma das importantes mentoras deste processo – elas hoje podem até ser risíveis, mas eram um esforço de caracterizar o que nós pensávamos. Então, tanto quanto colocar propaganda na USP com uma gravação permanente divulgando as barbaridades da Ditadura, como fazer expropriação numa loja de roupas e da fábrica e distribuir em favela, uma ação para denunciar o aumento da tarifa de ônibus, foram esforços e tentativas de sair do isolamento que a resistência armada se encontrava por força de vários erros, por força da violenta repressão que nós vivíamos.[36]

Em outubro de 1971, o MOLIPO organiza a "Semana Marighella", em homenagem ao fundador da ALN. Esta ação visava lembrar os 2 anos da morte de Marighella. Um dos atos foi o hasteamento da bandeira com o rosto de Marighella estampado no mastro do Edifício *A Gazeta*, em plena Avenida Paulista. Foi nesta "Semana Marighella" que o MOLIPO invadiu o prédio da Esso para colocar uma bomba caseira, que resultou num incêndio no prédio.[37] O MOLIPO também foi responsável por organizar protestos contra o aumento da passagem de ônibus em São Paulo.

---

[36] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

[37] Fatos narrados por Dias (2012, p. 141).

As ações do MOLIPO tinham um caráter ousado, destemido. Mas isso custou caro para o grupo, pois, a cada ação, um novo companheiro era preso ou morto em troca de tiros. Quando presos, todos eram torturados. Alguns sobreviveram às torturas, outros não. Além disso, muitos membros do MOLIPO acabavam dando informações sobre o grupo durante as torturas. A constante perseguição dos agentes da repressão obriga os membros sobreviventes a se refugiar no campo e deflagrar a idealizada guerrilha rural, já em 1973. No manifesto em comemoração ao Dia do Trabalho, o MOLIPO convoca a população para se unir aos guerrilheiros.

> O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR organiza a luta da classe operária nas cidades e a luta dos trabalhadores rurais no campo. Da união da classe operária nas cidades e dos camponeses nascerá o Exército de Libertação Popular. Com a luta guerrilheira, nós derrotaremos nossos opressores e construiremos um mundo melhor e mais justo. Quem não tiver mais esperança, venha conosco. Nós queremos os que têm os olhos plantados no futuro, mas que lutam no presente por reivindicações. O futuro pertence à classe operária, a classe que construirá o mundo do presente (DIAS, 2012, p.163).

Em 1973, a luta armada já apresentava sinais de fraqueza diante da artilharia e armamento dos agentes da repressão. Nesse mesmo ano, muitos militantes sofreram perseguições, prisões, torturas e mortes. Muitos grupos já haviam mudado suas estratégias de resistência à Ditadura Militar. O número de desaparecidos políticos em 1973 foi alto. Neste ano, o Brasil era governado pelo general Emílio Garrastazu Médici. Ainda com todas as baixas, em maio de 1973, alguns membros do MOLIPO chegaram ao interior de Goiás. Através das torturas[38], os agentes da repressão descobriram onde eles estavam, invadiram a Fazenda Rio Doce e executaram Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, um dos últimos membros do MOLIPO ainda vivos. Em 1974, o MOLIPO já não existia mais.

2.4 A esquerda e as minorias: como os grupos de resistência se posicionaram diante da diversidade

[38] Segundo Dias (2012), Irineu Luiz de Moraes foi torturado no DOI-CODI de São Paulo e foi sob tortura que Irineu – também conhecido como Índio – entregou o local em que viviam Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado

Quando se fala em grupos de resistência à Ditadura Militar, ainda permanece no imaginário[39] social a imagem de uma luta liderada por estudantes universitários do eixo Rio-São Paulo. É notória e inquestionável a participação dos estudantes universitários na luta contra a Ditadura Militar. No entanto, esta não foi uma luta exclusiva deste grupo. Mas quem são estes estudantes universitários? E se a luta não era somente desses estudantes, quem mais fez parte dos grupos de resistência? Eram homens? Mulheres? Negros? Negras? Indígenas? Homossexuais? Pouco se fala sobre a participação dessas pessoas nas lutas contra a Ditadura Militar.

A participação das mulheres e o modo como a mesma é narrada em narrativas fílmicas e até nos relatos de ex-presos políticos causa inquietude, pois, em ambos os casos, o que se nota é que as mulheres estavam na luta para amparar e apoiar seus filhos, namorados e esposos. É preciso discutir a presença das mulheres em um espaço predominantemente masculino: o espaço político. Os depoimentos das ex-militantes já mostram um outro perfil: de mulheres que lutaram, que pegaram em armas e que estiveram presentes em diversas ações - expropriações, publicação de manifesto, elaboração e execução de ações de luta armada, entre outras.

Strathern (2006, p. 58) cita em *Gênero da Dádiva* que o marxismo classificou o feminismo como burguês e este acusou o marxismo de ser machista. Pinto (2003) elucida ainda que, para muitos grupos de resistência, o feminismo era um sério desvio pequeno-burguês. "Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá [na direção]. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista", disse Vera Silvia Magalhães[40]. O depoimento de Vera Silvia Magalhães mostra que a luta contra o machismo também acontecia nos grupos de resistência.

É possível ver que entre os grupos de resistência havia uma certa dificuldade em lidar com questões ligadas às minorias[41]. Questões que não se enquadravam na luta de classes e/ou trabalhistas eram tratadas como fenômenos de "pequeno-burguês". Para Green (2012, p. 18),

---

[39] Utilizo aqui o conceito de John Dewey (1995, p.11): "uma qualidade que capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos". É por meio de imaginação sociológica que os homens esperam perceber o que está acontecendo no mundo e compreender o que está acontecendo com eles.

[40] Depoimento extraído do artigo *"Quem é o macho que quer me matar?": homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e a luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970*, de James Green (2012).

[41] O conceito de minoria é discutido no item 4.1 o capítulo 2.

a representação do feminismo e do movimento LGBT na mídia contribuiu para a construção deste conceito.

> A maior parte dos brasileiros recebia uma visão caricaturada dos movimentos das mulheres e dos homossexuais dos EUA. Jornalistas descreviam as feministas como hostis aos homens e as exigências para os direitos dos homossexuais como tolas, se não absurdas. Os movimentos feministas e de gays e lésbicas dos EUA e da Europa eram vistos como fenômenos de 'pequenos burgueses' que se preocupavam com questões pessoais, que discordavam da política revolucionária. Alguns esquerdistas argumentavam que tais movimentos "estrangeiros" desviaram a atenção dos problemas sociais, econômicos e políticos de países como o Brasil, que viviam sob regimes militares.

Muitas bandeiras destes grupos estão ligadas ao combate aos males causados pelas questões econômicas e capitalistas. Pautas trabalhistas também estiveram presentes em alguns destes grupos. Em contrapartida, nas pautas de grupos como o MOLIPO, o MR-8 e a ALN não estavam presentes o combate ao machismo, ao racismo. Também não se vê em pauta questões ligadas às problemáticas das comunidades indígenas ou dos homossexuais. As ações do MOLIPO – tanto as ações armadas quanto as ações de propaganda, como manifestos e pichações – estão voltadas para a luta de classes e/ou para a tomada do poder. Os membros do MOLIPO foram até Cuba para fazer treinamento para a guerrilha, que começaria pelo campo e terminaria na zona urbana. Em um de seus manifestos, o MOLIPO convoca os trabalhadores do campo e da cidade para se unir contra a ditadura dos patrões

> Para a manutenção de nossos direitos, nós devemos usar a violência organizada contra os patrões. E a organização de todos nós que derrubará a ditadura dos patrões. A nossa organização para a justa violência dos oprimidos. Nós devemos nos organizar, primeiro, nas fábricas. Discutir com todos os colegas de trabalho. Este panfleto, por exemplo, ou um jornal da imprensa popular. (…). Um povo unido jamais será vencido (DIAS, 2012, p. 151).

É importante salientar que, nesse manifesto, há uma certeza por parte do MOLIPO de que, através da luta de classes, as condições de vida do povo brasileiro mudariam para melhor. Propunham discussões entre os trabalhadores, mas não falam sobre as condições das trabalhadoras com filhos. Não incluíram também a falta de emprego para a população negra ou os assédios dos quais eram (e ainda são) vítimas os trabalhadores homossexuais.

O MR-8 não incluiu em suas pautas o enfrentamento do machismo e outras questões ligadas a grupos marginalizados em nossa sociedade. Seu intuito era instalar o socialismo no

Brasil. Não há registros de ações destes e/ou grupos voltadas para questões de grupos vulneráveis e minorias. Quando sequestraram o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, o MR-8 e a ALN enviaram um manifesto aos meios de comunicação brasileiros e nele constam seus objetivos.

> Grupos revolucionários detiveram hoje o sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justiçamento de carrascos e torturadores. Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural. Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza da vitória para o meio dos explorados. O sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliados aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantêm o regime de opressão e exploração.[42]

Aqui também está presente a luta contra os patrões, excluindo outras particularidades de trabalhadores negros, trabalhadoras e demais trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Importante dizer que muitos grupos de resistência tinham intuito de vencer a Ditadura Militar com os trabalhadores rurais, mas não mencionavam a luta para solucionar problemas ligados à educação, por exemplo. Segundo estudos[43] do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil tinha na década de 1970 cerca de 18 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade, dos quais 33,7% estavam nas zonas rurais. Mas o que justifica esse distanciamento da esquerda brasileira diante das questões destes grupos? James Green (2012) aponta que a causa desta problemática está na origem dos grupos de esquerda das décadas de 1960 e 1970, muitos deles oriundos de grupos católicos conservadores, como a Ação Popular. Para o autor, a teoria marxista não foi suficiente para que estes grupos pudessem lidar com questões de gênero, por exemplo.

---

[42] Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969>. Acesso em 27 nov. 2015.

[43] Dados extraídos do *Mapa do Analfabetismo no Brasil*, de 2003. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>. Acesso em 28 fev. 2016

> Concepções católicas de imoralidade e da natureza pecaminosa da sexualidade do mesmo sexo também foram hegemônicas, no Brasil, até a década de 60. Embora o comparecimento à igreja declinou, lentamente, na década de 60, o catolicismo permaneceu como religião predominante no país. A maioria dos esquerdistas cresceu sob esta tradição. Para muitos revolucionários brasileiros, inclusive, o caminho para a politização foi por meio da esquerda da Igreja Católica. A Ação Popular, a principal força política dentro do movimento estudantil na década de 60, surgiu a partir do catolicismo progressista. Alguns padres, irmãos, irmãs, e membros ativos leigos da Igreja Católica juntaram-se ou apoiavam ativamente as organizações da luta armada. No entanto, a Teologia da Libertação, como foi conhecida, não desenvolveu uma avaliação crítica dos ensinamentos católicos tradicionais sobre a homossexualidade, com uma única exceção. Embora todas as organizações de luta armada tenham aderido a uma variação da ideologia marxista, o que implicou algum tipo de ruptura com a teologia religiosa convencional, não houve, na esquerda, uma abordagem alternativa aos ensinamentos tradicionais da Igreja sobre a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo (GREEN, 2012, p.18).

Ainda segundo Green, a luta contra o imperialismo estadunidense fez com que a esquerda brasileira encarasse o feminismo e a luta LGBT – cada vez mais fortes nos Estados Unidos e que ganhavam notoriedade midiática no Brasil – como um comportamento burguês e não como um problema de seus próprios militantes. O autor aponta cinco possíveis enquadramentos que explicam a relação da esquerda brasileira deste período (Ditadura Militar de 1964) com as questões de gênero:

> O primeiro, ligava a homossexualidade ao comportamento burguês e, portanto, à contrarrevolução. O segundo, concordava com conceitos médicos e psiquiátricos, a partir dos quais a homossexualidade era uma degeneração física e emocional. Outra atitude, embora provavelmente inconsciente, se baseava nos ensinamentos católicos tradicionais que consideravam a homossexualidade uma abominação moral. Sentimentos nacionalistas e anti-imperialistas de longa data que criticavam as influências econômicas, políticas e culturais dos Estados Unidos na América Latina e seu apoio à ditadura eram profundamente incorporados na esquerda brasileira. Esses radicais tendiam a rejeitar as ideias inovadoras do feminismo e do 'poder gay', ao passo que se desenvolviam no final dos anos 60 e início de 1970 e eram retratadas na mídia brasileira (GREEN, 2012, p.14).

No artigo *"Quem é o macho que vai me matar?": homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970*, James Green (2012) cita o caso de um militante homossexual chamado Herbert Daniel, que, ao saber do posicionamento de seu grupo de resistência com relação à homossexualidade, optou por escondê-la para continuar dentro do movimento revolucionário. No relato publicado por Green (2012, p. 16), Daniel fala de sua homossexualidade como um comportamento burguês:

> Meus problemas pequeno-burgueses me preocupavam, como empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha

> uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular – e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente 'pequeno-burguesa', para não dizer 'reacionária', ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria 'esquecer a minha sexualidade'.

O que se vê é um distanciamento entre as pautas dos grupos e a realidade dos trabalhadores e cidadãos. Os esforços destes grupos estavam voltados para a derrubada da Ditadura Militar, excluindo, assim, diferenças e quaisquer outras questões ligadas a grupos vulneráveis e minorias. Sobre a questão de gênero, há um outro ponto a ser citado: a correlação entre gênero e resistência. Enquanto dos homens heterossexuais se esperava resistência e força – sobretudo em sessões de tortura – dos homossexuais e das mulheres se esperava fraqueza e uma possibilidade grande de delações e entrega de informações sobre o grupo. Em um de seus artigos, Green (2012, p. 3) relata o depoimento de Ivan Seixas[44] sobre o caso de um casal homoafetivo (Carlos e Mário) que foi ameaçado de sofrer justiçamento por outros presos políticos dentro da prisão por seu comportamento contrarrevolucionário. O comportamento contrarrevolucionário aqui citado é a homossexualidade assumida diante dos demais presos.

Segundo Ivan Seixas, um dos presos (Mário), ao saber das ameaças de justiçamento, reuniu provas e diante dos presos disse:

> Quem é o machão que vai me matar? Eu quero saber, porque eu conheço a vida de todos vocês. Você abriu isso, isso, e isso. Você falou isso. Você entregou fulano. Tá aqui o meu depoimento.' E jogou os papéis na cara deles. 'Vê se vocês encontram alguém que caiu por minha causa. Vê se eu traí! Vê se eu sou traidor. A minha opção sexual não me impediu de ter um comportamento revolucionário. E vocês, machões foram os que entregaram.

O que é possível ver é que mesmo em se tratando de movimentos de resistência e combate à Ditadura Militar, ainda há questões que não foram contempladas e/ou tratadas como pautas destes grupos. O modo como os movimentos de esquerda tratou as questões de gênero não difere do modo como a direita as tratou, como veremos nos itens a seguir.

2.4.1 A luta das mulheres no outro lado: como as mulheres lutaram pelo início da Ditadura Militar

[44] Depoimento extraído do artigo *"Quem é o macho que vai me matar?": a homossexualidade masculina, a masculinidade revolucionária e a luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970*, de James Green (2012). Segundo Green, o caso ocorreu na prisão de Tiradentes, em São Paulo.

Se, entre os grupos de resistência, há o apagamento das minorias, entre os grupos apoiadores do golpe, a situação não é muito diferente. Se as mulheres estiveram presentes nos grupos de resistência, elas também estiveram nas ruas apoiando o golpe e, posteriormente, a Ditadura Militar. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é o caso mais emblemático desta participação. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em março de 1964. O ato foi uma resposta a um comício em que o ex-presidente João Goulart apresenta seu plano de reforma. Para os setores conservadores, este comício foi a prova de que João Goulart iria implantar o comunismo no Brasil, o que era infundado. Temendo que o comunismo deixasse de ser uma ameaça e se tornasse uma realidade no país, setores religiosos e grupos de mulheres – como a União Cívica Feminina, Fraterna Amizade Rural e Campanha da Mulher pela Democracia – organizaram marchas mostrando seu repúdio à ameaça comunista. Em São Paulo, a Marcha teve a participação de 13 mil mulheres. Ocorreram marchas em outras capitais brasileiras após o golpe e estas receberam o nome de "Marcha da Vitória".

Enquanto membros deste movimento, não foram encontrados registros ou citações de mulheres que tenham participado ou liderado tais marchas. Até mesmo Leonor Barros (esposa do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros) não é citada como líder deste movimento. As mulheres presentes diziam estar nas ruas para defender as próprias famílias e o Brasil, com o apoio das instituições cristãs. Elas não eram indivíduos; eram mães e esposas protegendo e defendendo suas famílias.

Tanto nos grupos de resistência quanto nas marchas, o que se vê é que a presença das mulheres só é aceitável mediante a presença de um homem – o marido, o filho, o pai. A presença de mulheres em espaços políticos só é permitida enquanto ela for mãe, esposa ou filha.

2.5 Por que falar sobre gênero em tempo de Ditadura Militar?

Como já foi dito, a Ditadura Militar de 1964 foi norteada pelos ideais positivistas e patriarcais presentes na Doutrina de Segurança Nacional. Tais valores estiveram presentes nas violações de Direitos Humanos perpetrados pelos agentes da repressão, sobretudo nas sessões de tortura. As torturas eram atos performativos voltados para a disciplina dos corpos, o que

Foucault classifica como biopoder. Segundo Foucault (1999, p. 131), biopoder é um conjunto de "técnicas diversas e numerosas para se obter a sujeição dos corpos e controle da população". Para Foucault, esse controle sobre a vida e a morte – características do biopoder – foi importante para a manutenção e fortalecimento do capitalismo.

> Esse bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento dispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos meios econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto do seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de marjorar as forças, as aptidões, a vida em geral.

Com base nesse conceito, é possível dizer que as torturas foram ferramentas utilizadas pelos agentes da repressão para controlar os corpos dos indivíduos, bem como reafirmar o poder da Ditadura Militar sobre a vida e morte dos presos e presas. "A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida" (FOUCAULT, 1999, p. 130).

Embora usadas contra indivíduos dos gêneros masculino e feminino, as torturas tinham características e objetivos diferentes para homens e mulheres. O que se vê nas torturas aplicadas em indivíduos do gênero masculino é que estas tinham o intuito de reafirmar o poder dos agentes da repressão e tornar o corpo do torturado um corpo subalterno, inferiorizado, feminino.

> Para los hombres, la tortura y la prisión implicaban un acto de "efeminización", em el sentido de transformalos em seres pasivos, impotentes y dependientes. (…) Era una manera de convertir los hombres em seres inferiores y, em esse acto,estabelecer la 'virilidad' militar. Los hombres tenían que 'vivir como mujeres',tomando conciência de sus necesidades corporales: 'ser como una mujer o morir como um hombre (JÉLIN, 2002, p. 103).

Em um sistema patriarcal, há uma supervalorização do masculino e a subalternização do feminino. Partindo do princípio de que as torturas eram atos performativos voltados para a disciplina dos corpos, o que se vê nas torturas sofridas pelas mulheres durante a Ditadura Militar de 1964 é que estas foram punidas por não cumprirem o seu papel enquanto indivíduos do gênero feminino. As torturas envolviam estupros, espancamentos e, em muitos casos, envolviam as famílias destas mulheres – principalmente os filhos. O sentimento

materno era usado como forma de coagir e torturar essas mulheres. O relato de Eleonora Menicucci de Oliveira (BRASIL, 2014, p. 409) atesta esta afirmativa:

> Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade.

A presença dos filhos tinha o intuito de culpabilizar as torturadas pela escolha que fizeram. Culpá-las por terem entrado no espaço político e lutarem como "homens". Elzira Vilela foi torturada com sua filha Carmen em 1973. Na época, Carmen era um bebê de 13 meses. No relato de Elzira (BRASIL, 2014, p. 409), é possível notar a presença da culpa e a preocupação materna com o destino de sua filha.

> Foi tortura o dia inteiro, bateram muito. E eu só pensava na Carminha. Eu estava absolutamente desesperada. [...] Olha, para falar a verdade, eu nem sentia muita dor. Porque o meu foco inteiro era assim, a loucura [...] Ela estava nas mãos dele [...] e essa para mim foi a maior tortura da vida. Eu creio que nunca mais, na vida, eu vou sofrer tanto como naqueles dias eu sofri. Porque você fica o tempo todo se questionando: pô, eu escolhi, é uma opção de vida minha. (...) se tiver que morrer, morro. Agora, e minha filha? E a menina? Ela tinha um ano e um mês, estava começando a andar. Era uma criança linda, linda, japonesinha. (...). Nas mãos deles.

Criméia Almeida, quando foi presa em 1972, estava grávida de 6 meses. Ainda na barriga, seu filho foi também usado para torturá-la psicologicamente. As torturas iniciaram quando sua identidade foi confirmada – Criméia havia sido presa com o nome "Alice". Isolada na prisão, Criméia foi espancada por todos os funcionários da prisão, incluindo o carcereiro. Espancada até perder a consciência, Criméia despertou na sala de tortura cheia de urina e fezes oriunda de seus torturadores. Quando foi encaminhada para a OBAN (Operação Bandeirantes)[45], lá sofreu tortura psicológica – simulação de fuzilamento e passeios de carros

[45] A OBAN era um centro de repressão e tortura criado pelo II Exército em junho de 1969. Um dos seus chefes foi o major Carlos Alberto Brilhante Ustra.

com narrativa de acidente. Encaminhada para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC), em Brasília, Criméia já estava nas últimas semanas de gestação. Ainda no PIC, Criméia entrou em trabalho de parto e durante esse processo, teve atendimento médico negado diversas vezes e foi mantida na cela quando a bolsa amniótica se rompeu. "Eu reclamei e disse que a criança não ia aguentar. O policial respondeu: não tem problema, é um comunista a menos", relatou Criméia na audiência sobre a Guerrilha do Araguaia, em 2014. Os torturadores de Criméia usaram o bebê para torturá-la. João Carlos Grabois também foi vítima de tortura ainda bebê.

> Às vezes, meu filho ficava dois, três dias sem vir pra mamar e eles diziam que tinham levado ele pro Juizado de menores porque eu não colaborava. E depois, ele voltava, voltava vomitando...enfim, quando meu filho completou 1 mês, meu filho pesava 2,700 kg, era bem desnutrido e chorava de fome. Ele ficava sem amamentar. Eu percebi que ele chegava muito molinho e descobri que eles davam calmante pro meu filho. Tive que brigar com o pediatra do Exército.'Olha, nós não somos pacientes, meu filho não é seu paciente, eu não sou sua paciente. Nós estamos aqui na condição de presos e não aceito que deem remédio pro meu filho.[46]

Um dos torturadores de Criméia chegou a dizer que se seu filho fosse branco, homem e saudável, ele seria criado por uma família de militares.

> Inclusive o tenente Morais, ele havia acabado de ter outra filha, a segunda. (…) E ele reclamou dizendo: 'comunista que não faz distinção entre homem e mulher, só tem filho homem. Eu só tenho filha mulher e queria ter filho homem pra seguir a carreira militar.Mas tudo bem, eu vou trocar seu filho pela minha filha'. E eu achava aquilo chocante.[47]

Há ainda os casos de abortos provocados pelas torturas. Nos casos das grávidas torturadas, havia a intenção de torná-las estéreis com a justificativa de combater o comunismo, uma vez que estas não poderiam ter filhos para educar de acordo com os ideais comunistas. Foi o caso de Flora Strozenberg. Torturada por Aparecido Calandra, Flora foi submetida a choques em sua genitália para que a mesma não pudesse ter mais filhos.

---

[46] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BM04VC_fd00&list=PL9n0M0Ixl2jfhJwR89FzargkV66-2p7La&index=6>. Acesso em 12 fev. 2014.

[47] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BM04VC_fd00&list=PL9n0M0Ixl2jfhJwR89FzargkV66-2p7La&index=6>. Acesso em 12 fev. 2014.

> Um dia o Calandra me chama para interrogatório e diz: 'Senta aí'. E era a cadeira do ginecologista. Isso já tinha uns 45 dias, eu já não tinha mais queimadura, eu já não tinha mais. Já estava recuperada, já tinha parado de sangrar. Mas tinha perdido mais de 20kg nesse tempo, não é? (...) A hemorragia era em todos os buracos possíveis. Foi muito sangue, não sei como não tive um choque, entendeu? (...) 'Aí, senta na cadeira do ginecologista'. Nessa hora ele ficou sozinho com mais alguém, que eu não me lembro quem. Todo mundo sem capuz, ele e eu. Aí ele arruma a cadeira do ginecologista. (...) É uma cadeira de ginecologista que eles pegam choque elétrico e botam [na vagina] com as seguintes palavras: 'Isto é para você nunca mais botar comunista no mundo'. Num primeiro momento, me senti muito ameaçada. Senti como uma ameaça não a mim, aos meus filhos havidos e futuros. (...) Aí eu fiquei bem deprimida, né? Mas voltei para a cela (...) e pensei: bom, também pode ser uma boa notícia porque se eu não vou mais botar comunista no mundo ele não tem mais condição de me matar, nem de me torturar de forma externa (BRASIL, 2014, p.412).

O relatório do GT "Ditadura e Gênero" mostra que a gravidez das torturadas era conhecida pelos torturadores e que havia todo um aparato médico para estes casos:

> Há relatos que mostram perícia distinta na tortura de grávidas, com a utilização de técnicas e cuidados específicos quando se pretendia evitar que abortassem ou quando pretendiam efetivar o aborto, ou mesmo quando esterilizar uma mulher era o objetivo. Não importava a vida que estava sendo gestada, tampouco o impacto que tamanha violência causaria à vida futura dos bebês que eventualmente conseguissem sobreviver (BRASIL, 2014, p. 411).

Nesses casos também se vê a biopolítica tomando forma. Foucault (1999, p. 152) define biopolítica como "meio de controle do indivíduo, em que busca solucionar problemas políticos, mediante a intervenção de agentes reguladores da população". A esterilidade, o aborto e a possível morte destas mulheres e bebês confirmam a existência deste tipo de controle. O sistema reprodutivo foi alvo de torturas não só como forma de controle, mas também como forma de punir essas mulheres por suas presenças num espaço que não lhes dizia respeito. A presença dos filhos nas torturas servia para lhes mostrar que o espaço doméstico e privado era o lugar delas. O GT de "Ditadura e Gênero" deixa claro que a violência sexual também era uma tortura, uma grave violação de Direitos Humanos. A violência sexual era uma forma dos agentes exercerem o poder e a dominação total das presas.

> Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo. (..) Nas narrativas das mulheres, por exemplo, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências

> explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus ‘lugares de esposa e mãe’ e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino (BRASIL, 2014, p. 402).

Portanto, fica evidente a violência sexual como instrumento de tortura. Para os homens, a violência sexual era um meio de subalternizar seus corpos. Para as mulheres, a violência sexual era uma punição pelo afastamento do espaço doméstico e o egresso num espaço não compatível com o seu gênero feminino. As investigações do GT de “Ditadura e Gênero” atestam que as torturas não eram empregadas só para a obtenção de informações. Elas tinham um caráter estritamente punitivo, performativo e heteronormativo. Além disso, é notória a tentativa de silenciar as mulheres torturadas através do medo. Medo de que algo acontecesse a um de seus entes queridos (como marido e filhos), medo de que seu corpo fosse violado, mutilado. A maternidade, tal qual a conhecemos – tida como um dom natural do gênero feminino – também foi usada como forma de torturar as mulheres presas, independentemente de elas serem mães ou não. Nos relatos de muitas das mulheres, é possível notar a dificuldade de falar sobre suas participações nas lutas e nos grupos de resistência. O medo as silencia até os dias atuais. E com isso, suas memórias são vítimas dessas tentativas de silenciamento.

3 A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR: PROCESSOS, ENTRAVES E INICIATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DESTE PERÍODO NO BRASIL

O modo como o Brasil transitou da Ditadura Militar para a democracia teve um impacto profundo e negativo na construção da memória deste período. A destruição de documentos, bem como a Lei da Anistia – que ainda está em vigor, anistiando torturados e torturadores – são alguns dos entraves deste processo. A criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012, quase 30 anos após o fim da Ditadura Militar, contribuiu para que a construção e resgate desta memória seguisse um outro caminho: o do esquecimento.

A ausência de políticas públicas voltadas para a preservação, resgate e construção da memória ligada à Ditadura Militar de 1964 contribui para a resistência dos discursos e ideais dos militares, como o combate ao terrorismo em nome da soberania nacional. Faz ainda com que as violações de Direitos Humanos praticadas pelo Estado Brasileiro nesse período sejam entendidas no imaginário social como crimes de guerra, atos heroicos em prol do Brasil. Com isso, o que era para ser encarado como algo horrendo e violento torna-se algo desejado por certos grupos da sociedade civil, sobretudo em tempos em que a segurança pública tem sido tão criticada.

> (…) então, começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente "violência". Pois, nenhuma palavra melhor do que violência descreve esta maneira que tem o passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente. 'Contaminar' porque devemos nos perguntar como a incapacidade de reconhecer e julgar os crimes de Estados cometidos no passado transforma-se em uma espécie de referência inconsciente para ações perpetradas por nossa polícia, pelo aparato judiciário, por setores do Estado (SAFATLE & TELES, 2010, p.10).

Como foi dito anteriormente, a Doutrina de Segurança Nacional traz valores patriarcais e familísticos. É preciso compreender quais são os impactos da permanência desses valores na construção da memória acerca da Ditadura Militar de 1964.

3.1 Conceitos de memória coletiva e social

Para Halbwachs (2004, p. 86), "memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente

aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém". No que diz respeito à Ditadura Militar de 1964, a memória coletiva pertence a um grupo formado por membros dos grupos de resistência, as Forças Armadas e os familiares de mortos e desaparecidos.

Mesmo não sendo um campo dirigido para a constatação de verdades, a memória não deixa de ser um campo de disputas. E no caso da Ditadura Militar de 1964, é uma luta política e social voltada para o combate ao esquecimento das responsabilidades que o Estado Brasileiro ainda não assumiu diante das vítimas das graves violações de Direitos Humanos, evidenciando a rivalidade entre as memórias dos indivíduos. Um dos temas abordados por Jélin (2002, p. 6) em *Los trabajos de la memoria*, é memória enquanto espaço de luta e conflitos:

> Hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma. El espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha contra el olvido, contra el silencio, esconde lo que en realidad es una oposición entre distintas memorias rivales. Es en verdad memoria contra memoria.

A rivalidade entre as memórias ligadas à Ditadura Militar evidencia a necessidade de romper a fronteira existente o silêncio e o não-dito, como elucida Pollak (1989, p. 3). No Brasil, o rompimento desta barreira caminha a passos lentos, uma vez que o país foi o último a instaurar uma comissão de verdade e memória. A lentidão em resgatar tais memórias resulta na manutenção e perpetuação de apenas uma parte do grupo ligado a esta memória – neste caso, as Força Armadas e seus agentes de repressão.

Para Santos (2003, p. 30), a memória também é responsável pela imposição de coerções, exclusões e toda sorte de controle social. Quando há manifestações, homenagens ou qualquer citação que traz à tona a memória do grupo oprimido, há um enfrentamento, uma quebra na estabilidade do grupo que detém o poder, o domínio diante de algum fato. Tudo isso porque a memória não é algo ligado somente a lembranças. "A memória é um fenômeno que não está restrito a fenômenos mentais, sejam eles a lembrança ou a reminiscência. Ele refere-se ao corpo, a lugares e a comemorações como outras dimensões da memória", pontua Casey (*apud* Santos, 2003, p. 138).

O campo da memória também envolve uma questão importante: a sobrevivência com dignidade. Lidar com as memórias da tortura física e psicológica no período pós-ditatorial é

algo delicado: “Os sobreviventes precisam conservar a sua dignidade para sobreviver, como uma espécie de sobrevida moral” (Agamben *apud* PENNA, 2006, p. 176). No que tange à Ditadura Militar de 1964, os sobreviventes são os homens e mulheres que sofreram com as perseguições, prisões, exílios e torturas. A sobrevida moral citada por Agamben está ligada à afirmação do instinto de vida por parte dos sobreviventes como um dever moral.

Tais memórias são a representação do que Agamben (*apud* PENNA, 2006, p. 176) chama de “limite entre o humano e inumano”. O autor também ressalta que cada indivíduo, potencialmente, é humano e inumano:

> Todo homem contém a potencialidade do inumano, a potência humana confina como o inumano, já que o homem suporta até o não-homem. O que significa que o ser humano é pura potência (…) Definir o humano a partir de uma essência é, de uma certa maneira, repetir a lógica (Agamben apud PENNA, 2006, p. 180).

Embora Agamben e Primo Levi tenham estudado as memórias dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, é possível notar que há semelhança entre o nazismo e a Ditadura Militar de 1964. Nehring – que é filha de Norberto Nehring[48], guerrilheiro morto na década de 1970 – aponta que os relatos dos sobreviventes dos campos de concentração e os sobreviventes da Ditadura Militar são parecidos:

> Lembro-me do depoimento de Manuel da Conceição, líder rural nordestino, apresentado junto ao Governo do Estado de São Paulo no pedido de indenização que lhe era devida pelas torturas sofridas. Ele narra, numa passagem sobre sua vida na Paraíba, uma cena em que cercados pela polícia e por jagunços, ele e mais alguns sindicalistas e suas famílias são levados para um lugar ermo. Além dos espancamentos, um dos jagunços arranca um bebê das mãos de uma mulher e atira-o contra uma pedra, esmagando seu crânio. Reconhecemos relato semelhante, por parte daqueles que foram perseguidos pelo nazismo, judeus, ciganos, comunistas, mas ignoramos caladas, das índias raptadas de suas tribos para casarem os degradados europeus, dos escravos africanos e de suas mulheres, de uma miscigenação que não aconteceu apenas na malemolência das redes, mas em lágrimas, a ferro e fogo. As histórias acumuladas ao longo das lutas, das revoltas populares reprimidas, raramente iluminadas nos livros escolares.[49]

3.2 Porque é preciso falar sobre Ditadura Militar: a construção da memória coletiva

[48] Norberto Nehring era professor da USP e economista. Militante da ALN, foi preso pelos agentes do DOPS e torturado. Após 10 dias preso, foi liberado e viajou para Cuba e República Tcheca. Ao voltar para o Brasil, em abril de 1970, foi preso, torturado e morto.

[49] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BM04VC_fd00&list=PL9n0M0Ixl2jfhJwR89FzargkV66-2p7La&index=6>. Acesso em 12 fev. 2014.

Se o inumano e o humano são fatores potenciais, por que falar sobre tais memórias? Por que falar de potências tão fortes nos indivíduos? Para Primo Levi (*apud* PENNA, 2006, p. 142), falar sobre essas memórias contribui para a extração de aprendizados para as gerações futuras.

> Mas se o horror contido nessa gigantesca operação de objetivação do humano é indubitável e sua recusa um ponto pacífico, qual seria então o interesse de rememora-la ou repeti-la no exercício do testemunho? (…) Nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo (…) todas merecem ser analisadas (…) se podem extrair valores fundamentais (ainda que nem sempre positivos) desse mundo particular.

Falar sobre a Ditadura Militar de 1964 é resgatar memórias marcadas por sofrimento. Em conversas com ex-presos políticos, é possível ver que esta é uma memória enferma. Em *A memória, a história e o esquecimento*, Paul Ricouer (2007) define como memória enferma a memória correspondente a uma memória de traumas que tende a ser esquecida para controlar essa situação de dor provocada por um fato.

Nas conversas que tive com alguns ex-presos políticos, é possível notar que essa dor vai além das lembranças ligadas às torturas sofridas. A dor também está ligada à impunidade que protege os agentes da repressão. Muitos desses ex-presos e presas atuam em grupos de combate à tortura, anistiados políticos e grupos ligados a Direitos Humanos. Este foi o meio encontrado por eles para manter e preservar a memória coletiva de seus grupos. Cid Benjamin integrou a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Criméia Almeida integrou a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Estudos da Violência do Estado, grupo formado por familiares de guerrilheiros e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. Esse grupo, aliás, levou o caso da Guerrilha do Araguaia a julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos e esta, por sua vez, condenou o Brasil a reparar as vítimas de torturas, bem como os familiares dos mortos e desaparecidos:

> Em 26 de março de 2009, em conformidade com o disposto nos artigos 51 e 61 da Convenção Americana, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante 'Comissão Interamericana' ou 'Comissão') submeteu à Corte uma demanda contra a República Federativa do Brasil (doravante 'o Estado', 'Brasil' ou "a'União'), que se originou na petição apresentada, em 7 de agosto de 1995, pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pela Human Rights Watch/Americas, em nome de pessoas desaparecidas no contexto da Guerrilha do Araguaia (doravante também denominada "Guerrilha") e seus familiares. 2. Em 6 de março de 2001, a Comissão

> expediu o Relatório de Admissibilidade nº 33/013 e, em 31 de outubro de 2008, aprovou o Relatório de Mérito nº 91/08, nos termos do artigo 50 da Convenção, o qual continha determinadas recomendações ao Estado. 4. Esse relatório foi notificado ao Brasil em 21 de novembro de 2008, sendo-lhe concedido um prazo de dois meses para que informasse sobre as ações executadas com o propósito de implementar as recomendações da Comissão (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 3).

Santos (2003, p. 134) afirma que políticas da memória são importantes na constituição de identidades específicas e representações coletivas dentro de uma nação. Como já foi dito anteriormente, após a eleição de Tancredo Neves e o restabelecimento da democracia no país, deu-se início ao processo de apagamento e esquecimento. Não houve punição aos torturadores e aos torturados, e pouca ou nenhuma assistência aos torturados por parte do Estado. Essa ausência e escassez de políticas voltadas para a memória no Brasil traz consequências maléficas. Uma delas é a tradição do vencedor opressor.

> (...) devemos ter cuidado com o que herdamos do passado, pois os vencedores é que herdam a tradição. Portanto, o passado com suas tradições continua vivo no presente, mesmo na sua ausência, pois vive das consequências de uma derrota; ele traz para o presente o sofrimento e a opressão de muitos.

Em conversa com Marcantônio Dela Corte – presidente da Associação de Anistiados de Goiás (ANIGO) – ele disse algo que vai de encontro à afirmação Santos. Segundo Marcantônio, o que o passado nos trouxe foi a tradição da tortura.

> Bobeira pensar que a PM violenta que a gente tem hoje é fruto da Ditadura Militar. O abuso de poder, a tortura, tudo isso existe desde que o Brasil é Brasil. Os portugueses torturavam os índios, os negros. Na época do Império, torturavam camponeses. Depois, torturaram a gente. Tortura não é algo recente. O que eles fizeram em 64 e o que eles fazem hoje é o mesmo que fazem desde quando desceram das caravelas.

Falar sobre estas memórias é impedir que este passado se torne uma realidade. Benjamin (*apud* Santos, 2003, p. 134), em seus trabalhos sobre memória, evidencia a "possibilidade de redenção dos males do passado porque sua incompletude fazia com que ele fosse reiterado no presente".

No Seminário Internacional de Ciências Sociais organizado pela Universidade Federal de Goiás em novembro de 2015, a diretora do *Museo de Derechos Humanos del Chile*, profa. Dra. Maria Luísa Ortiz Rojas, mostrou o trabalho feito em prol da memória coletiva da

Ditadura Militar chilena. Os locais onde ocorreram prisões, torturas e mortes se tornaram monumentos para lembrar o que foi a Ditadura Militar chilena. Em sua fala, ela pontuou que, de modo geral, não são todos os chilenos que simpatizam com o ex-presidente general Augusto Pinochet, mas há quem diga que a Ditadura Militar trouxe benefícios para o Chile. Os mesmos, no entanto, não falam sobre as violações de Direitos Humanos, pois há uma certeza dos seus malefícios para o país, e se trata de algo que os chilenos não querem que aconteça novamente.

Já aqui no Brasil, este assunto – Ditadura Militar de 1964 – permanece escondido, oculto. O que se vê é a política do esquecimento ganhando força e vez. Há um esforço muito grande por parte dos ex-presos políticos e dos familiares de desaparecidos para tirar a Ditadura Militar do esquecimento e para que seus feitos – torturas, violências sexuais, arbitrariedades, mortes e desaparecimentos – se tornem públicos. Porém, esse esforço por parte de ONGs como o Grupo Tortura Nunca Mais e a ANIGO não é seguido pelo governo brasileiro. Último país da América Latina a investigar as graves violações cometidas durante a Ditadura Militar de 1964, o Brasil também é o único da América a não punir os torturadores. A transição da Ditadura Militar de 1964 para o Estado democrático de Direito foi pautada por uma forçada conciliação entre os torturadores e torturados – a Lei de Anistia anistiou e tornou inimputáveis os agentes da repressão envolvidos em torturas, prisões, mortes e desaparecimentos durante a Ditadura Militar de 1964. Isso reflete a dificuldade do país em lidar com as violações de direitos humanos cometidas não só durante a Ditadura Militar de 1964, mas em outros períodos da história brasileira.

> As ambiguidades da transição política negociada no Brasil e a impunidade decorrente estão intimamente ligadas às dificuldades políticas relacionadas à adesão e aplicação do direito internacional dos direitos humanos no país. Essa situação, porém, dificulta a formação de uma postura de escuta dos sobreviventes, o desfecho de um ciclo e o trabalho de luto dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e da sociedade em geral (TELES, 2010, p. 254).

Tal impasse se reflete no exercício do direito à justiça por parte dos familiares e vítimas da Ditadura Militar de 1964. Com a Lei da Anistia ainda em vigor em tempos atuais, a Comissão Nacional da Verdade e demais comissões que investigaram os crimes cometidos pela Ditadura Militar não puderam punir os torturadores e agentes da repressão identificados durante os trabalhos.

3.3 O que o Estado Brasileiro tem feito em prol do resgate e construção desta memória

Poucos foram os esforços por parte do governo brasileiro em dar voz a quem viveu o lado sombrio da Ditadura Militar. Os torturadores não sofreram nenhum tipo de punição e ainda há familiares em busca dos corpos de desaparecidos. Foi graças à Lei nº 9.140/95, sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que alguns familiares conseguiram certidões de óbito de desaparecidos, bem como entrar com processos de indenização financeira. Essa lei reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. A família de Maria Augusta Thomaz foi uma das que conseguiu o atestado de óbito após a sanção da referida lei. É importante citar aqui o quão incômodo é o termo "desaparecimento" para os familiares. Norton Guimarães, irmão do líder estudantil Honestino Guimarães – preso, torturado, morto e desaparecido em 1973 – diz que "o termo desaparecimento encobre 4 crimes cometidos pelo Estado Brasileiro: sequestro, tortura, execução extrajudicial e ocultação de corpo"[50].

Para Teles (2010, p. 269), o desaparecimento forçado impõe aos familiares uma tortura sem fim, uma vez que desaparecem também informações sobre o desaparecido assim como a presença do mesmo.

> A não existência de um momento único de dor e de obrigações morais sobre o morto, associada ao desconhecimento das formas da morte, constitui uma nova figura: a da privação da morte. A categoria desaparecido representa esta tripla condição: a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura.

Além da demora em amparar legalmente estes familiares e ex-presos políticos, ainda há a permanência dos monumentos, ruas, colégios públicos e outras construções com nomes de ex-presidentes militares e referências à Ditadura Militar de 1964. Em Goiás, não houve nenhuma substituição de nomes de monumentos e/ou ruas. Exemplo disso é a Avenida Castelo Branco, uma das principais da capital goiana, que homenageia o ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Em Goiânia, há também um colégio da rede estadual de ensino que leva o nome de Castelo Branco.

---

[50] Trecho extraído do site: <http://honestinoguimaraes.com.br/documentos/>. Acesso em 25 out. 2015.

Diferentemente da capital goiana, em Brasília houve uma ação diferente. Todos os prédios e monumentos que levavam nomes de pessoas ligadas à repressão de 1964 foram substituídos por nomes de desaparecidos políticos. A última destas substituições na capital federal ocorreu em junho de 2015. A ponte Presidente Costa e Silva teve seu nome trocado: agora é Ponte Honestino Guimarães.

Outra substituição importante ocorreu no estado do Maranhão. Foram identificadas 10 escolas da rede estadual de ensino com nomes de ex-presidentes militares do período da Ditadura Militar de 1964. Após a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o governador Flávio Dino assinou um decreto determinando a alteração dos nomes destas escolas.

> Todo o processo de mudança ocorreu com base no Decreto nº 30.618 de 02 de janeiro de 2015, que veda a secretários de Estado, a dirigentes de entidades da Administração indireta e a quaisquer agentes que exerçam cargos de direção, chefia, e assessoramento no âmbito do Poder Executivo, atribuir ou propor a atribuição de nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente ou sob gestão do Estado do Maranhão ou das pessoas jurídicas da Administração Estadual indireta. No decreto, a vedação é estendida também a nomes de pessoas, ainda que falecidas, que tenham constado no Relatório Final da Comissão da Verdade de que trata a Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, como responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura militar.[51]

Vale mencionar que a escolha dos nomes foi feita em parceria com a comunidade escolar de cada município maranhense. Abaixo, a lista das escolas e seus novos nomes:

Quadro 2 – Escolas com nomes modificados no estado do Maranhão

Município	**Nome antigo**	**Nome novo**
São Luís	U.I. Marechal Castelo Branco	Unidade Integrada Jackson Lago
Imperatriz	Centro de Ensino Castelo Branco	C.E. Vinícius de Moraes
Caxias	U. E. Marechal Castelo Branco	U. E. Professora Suely Reis
Governador Newton Bello	C. E. Marechal Castelo Branco	C. E. Antônio Macêdo de Almeida

[51]Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/03/escolas-do-ma-que-homenageavam-ditadores-tem-nomes-substituidos.html>. Acesso em 31 mar. 2016.

Timbiras	C. E. Emílio Garrastazu Médici	C. E. Paulo Freire
Timbiras	C. E. Emílio Garrastazu Médici	C. E. Paulo Freire
Loreto	C. E. Presidente Médice	C. E. Paulo Freire
Fortaleza dos Nogueiras	Centro de Ensino Castelo Branco	C. E. Vera Lúcia dos Santos Carvalho
Timon	C. E. Marechal Arthur da Costa e Silva	C. E. Maria da Conceição Teófilo Silva
Gonçalves Dias	C. E. Presidente Castelo Branco	C. E. Sulamita Lúcio do Nascimento

Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/03/escolas-do-ma-que-homenageavam-ditadores-tem-nomes-substituidos.html>. Acesso em 31 mar. 2016.

A cidade de Taquari, localizada a 101 quilômetros de distância de Porto Alegre (RS), também deu início a mudanças. A prefeitura ordenou a retirada do busto do ex-presidente Costa e Silva (nascido em Taquari) localizado na praça central da cidade. A decisão foi tomada pela prefeitura após a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que apontou a participação de Costa e Silva na organização do golpe. O intuito é dar a essa praça o nome de Praça da Democracia.

> Após a retirada, a prefeitura divulgou uma nota oficial na qual reiterou as razões para a remoção do busto. "A administração municipal de Taquari entendeu que não havia razão para manter uma homenagem no maior ponto turístico da cidade, espaço de demonstrações culturais, justamente a quem promoveu um período nebuloso na história do país.[52]

[52] Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/apos-retirar-busto-de-costa-e-silva-cidade-quer-mudar-nome-de-praca.html>. Acesso em 27 out. 2015.

Figura 1- Retirada do busto de Costa e Silva

Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/apos-retirar-busto-de-costa-e-silva-cidade-quer-mudar-nome-de-praca.html>. Acesso em 27 out. 2015.

Importante ressaltar aqui que há uma problemática acerca desta memória no Brasil: a subalternização das memórias de grupos vulneráveis e minorias que fizeram parte dos grupos de resistência à Ditadura Militar. Necessário dizer que embora haja diferenças conceituais entre grupos vulneráveis e minorias, ambos são discriminados e marginalizados em nossa sociedade, conforme mostra Moreno (2009, p. 152) no trecho a seguir:

> A despeito da confusão entre os conceitos de minorias e grupos vulneráveis (as primeiras caracterizadas por ocupar uma posição de minoria no país onde vivem, no sentido literal da palavra, enquanto os segundos podem se constituir de grande contingente numérico destituído de poder, mas que guarda certa cidadania e os demais elementos que poderiam transformá-los em minorias, como as mulheres, as crianças e os idosos), deixar-se-á aqui de ater-se à diferença existente, posto que, na prática, ambos sofrem sobremaneira de discriminação e intolerância por parte da sociedade. Via de regra, quando se fala em minorias e grupos vulneráveis, logo se pensa em crianças, mulheres, idosos, aidéticos, homossexuais, pessoas com deficiência.

Como foi dito no capítulo 02, quando se fala em grupos de resistência à Ditadura Militar, fala-se em grupos estudantis formados por homens, brancos, universitários pertencentes ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo. É um conceito vivo no imaginário social. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade apontam que tal conceito não é verdadeiro. Houve mulheres na luta armada, assim como houve mulheres lutando em outras frentes.

3.4 Memória e gênero: as influências de conceitos paternalistas na narrativa das mulheres

Mesmo entre os grupos de resistência à Ditadura Militar, a presença das mulheres não tinha aceitação de todos e suas habilidades eram sempre questionadas: "La aceptácion de las mujeres quedaba siempre en duda y cuando demostraban su habilidad en operativos armados, eran vistas como pseudo-hombres" (Jélin, 2002, p. 104). E por que pseudo-homens? Porque a presença de mulheres em espaços políticos não é algo "natural ao gênero".

Judith Butler problematiza o que é ser mulher em *Problemas de gênero*. A autora desnaturaliza e desbiologiza o que é ser homem e ser mulher, ao afirmar que "assim como as superfícies corporais são impostas como o natural, elas podem tornar-se o lugar de uma performance dissonante e desnaturalizada, que revela o status performativo do próprio natural" (BUTLER, 2003, p. 210). Para ela, os gêneros são constructos sociais e, com base nisso, a cada gênero é definido um papel, uma função na sociedade. Um se difere do outro a partir de suas funções dentro da sociedade.

Butler também problematiza o que define um indivíduo como homem ou mulher e como esse mesmo indivíduo é representado. Para ela, essa identidade universal e comum não abarca todos os sujeitos denominados "mulheres". Uma identidade universal de mulher leva a uma definição universal de patriarcado. Diante disso, fica a pergunta de Butler (2003, p. 21): "existe uma região do especificamente feminino, diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e consequentemente presumida das mulheres?".

Na concepção binarista de gênero, o espaço que resta às mulheres é o doméstico, o cuidar do outro. E isso não foi diferente nos grupos de resistência. Tampouco está longe das narrativas das ex-militantes. Em algumas audiências públicas da Comissão Nacional da

Verdade que pude acompanhar, todas as depoentes citaram em algum momento a preocupação com os filhos, os maridos, os pais.

> En el caso de las memorias de la represión, además, muchas mujeres narran sus recuerdos en la clave más tradicional de rol de mujer, la de 'vivir para los outros'. Esto está ligado a la definición de una identidad centrada en atender y cuidar a outros cercano,generalmente en el marco de relaciones familiares.La ambiguedad de la posición de sujeto activo/acompañante o cuidadora pasiva puede entonces mainfestarse en un corrimiento de su própria identidad, queriendo 'narrar al outro' (JELIN, 2002, p.108).

Na audiência realizada em 15 de março de 2014 sobre o caso da Revolta Camponesa de Trombas e Formoso, conheci a história de Dirce Machado. Uma das líderes do movimento camponês, Dirce falou de toda a sua experiência na luta armada, de como enfrentou os militares quando estes a prenderam e de como as mulheres tiveram participação ativa neste importante movimento de resistência do campesinato brasileiro. Não foram todas as mulheres que falaram com a mesma naturalidade de Dirce.

Figura 2 - Dirce Machado

Fonte: Portal da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://cnv.gov.br/fotos.html>. Acesso em 14 abr. 2015.

Diferentemente de Dirce Machado, Carminha Castro Marinho precisou ser incentivada por outras mulheres a falar sobre os seus feitos. A esposa de Nelson Marinho (um dos

camponeses que participaram da luta de Trombas e Formoso) enfrentou os grileiros e a polícia quando eles invadiram sua casa atrás de seu marido. Para falar sobre isso, foi preciso que outras pessoas a encorajassem. A filha de Dirce Machado foi uma das que incentivou Carminha a falar sobre a sua experiência com armas.

> Tia (...) eu sei que pra senhora é difícil falar sobre isso pois foi um momento muito sofrido, mas é tão importante. Porque a senhora é a história viva, o seu relato...a senhora não tá falando de algo que aconteceu com outras pessoas; a senhora tá falando de algo que a senhora viveu e que a senhora teve que ser muito mulher pra enfrentar, pra vestir calças (como diz a minha mãe) e pegar nas armas e defender a sua terra, o seu marido, os seus filhos. Porque chegou ao ponto que seu marido não tinha forças pra reagir. [53]

A Ditadura Militar de 1964 foi pautada por valores patriarcais; valores estes que também estiveram presentes nos grupos de resistência, uma vez que, nesses grupos, a certeza de que as mulheres não deveriam estar nas mesmas frentes de luta que os homens era consolidada. No trecho a seguir, Colling (2004, p. 7) atesta o quão ousado foi para as mulheres lutar contra a Ditadura Militar:

> A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comandam. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas organizações de esquerda, clandestinas para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão.

A consolidação do papel do feminino na sociedade não se faz presente somente nas falas das mulheres. Os meios de comunicação também perpetuam conceitos binários e patriarcais que subalternizam as memórias das mulheres e demais minorias presentes no espaço público e político. Para Jélin (2002, p. 9), "los medios masivos de comunicación estructuran y organizan esa presencia del pasado en todos los ámbitos de la vida contemporánea". No caso brasileiro, o que se vê é que os meios de comunicação de massa falam pouco sobre a Ditadura Militar e, quando falam, reforçam estereótipos machistas, sexistas e dão continuidade à memória oficial do período.

Em uma matéria sobre a exumação do corpo de Iara Iavelberg exibida no Jornal Nacional em meados de 1997, Iara não é membro do MR-8; antes disso, ela é companheira de

[53] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y49wjnqHkU4>. Acesso em 14 abr. 2015.

Carlos Lamarca. A notícia cita que "Iara Iavelberg morreu aos 27 anos em um cerco das Forças de Segurança em Salvador. Era companheira de Carlos Lamarca". O filme *Em busca de Iara* (2013), dirigido por Mariana Pamplona (sobrinha de Iara) mostra uma Iara vaidosa, sorridente, adepta do Amor Livre e apaixonada por Carlos Lamarca, mas não a mostra enquanto militante. Após assistir ao filme, surgiram algumas perguntas: de que grupo de resistência ela fez parte? Qual era a função exercida por ela neste grupo? Quais foram as ações em que ela esteve presente? O filme não traz tais informações. O noticiário tampouco informa quem era Iara Iavelberg na militância; só a mostra como a companheira de Carlos Lamarca.

O filme *Zuzu Angel* (2006), dirigido por Sérgio Rezende, é focado na relação entre mãe e filho. A narrativa fílmica mostra Zuzu Angel em busca de seu filho Stuart Edgar Angel Jones – membro do MR-8, preso, torturado, morto e desaparecido em 1971, no Rio de Janeiro. Pouco se fala da militância de Stuart Angel, e menos ainda se fala da militância de Zuzu Angel. Ela não era ligada a nenhum grupo de resistência e só teve ciência da situação política do Brasil quando soube da prisão e morte de Stuart. Zuzu Angel usou a moda e seu prestígio não só para denunciar a morte de Stuart, mas para mostrar que o país vivia sob uma ditadura. A morte de Stuart foi investigada pela Comissão Nacional da Verdade e constatou-se que Stuart foi enterrado clandestinamente na cabeceira da pista da Base Aérea de Santa Cruz.

Tanto Iara Iavelberg quanto Zuzu Angel são mantidas nos espaços domésticos, como se a luta política travada por ambas fosse somente algo para cuidar de alguém – o companheiro e o filho, respectivamente. São representadas como esposa e mãe para justificar sua presença num espaço masculinizado. Não há narrativas fílmicas sobre a vida de Maria Augusta Thomaz, mas assim como Iara Iavelberg e Zuzu Angel, Maria Augusta também tem sua presença na luta justificada pelos seus companheiros.

Os documentos oficiais também não são redigidos de forma diferente. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), ligada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, traz uma breve biografia dos desaparecidos e desaparecidas. No livro *Direito à memória e à verdade* (2007), consta a história de Maria Augusta junto com a história de Márcio Beck Machado. Enquanto a vida de Maria Augusta é narrada de acordo com os acontecimentos de seus companheiros, a vida de Márcio Beck não segue a mesma linha; a biografia de Márcio é dele, não há citações de suas namoradas e

companheiras. No parágrafo que fala sobre a entrada de Maria Augusta para a clandestinidade, o fato é justificado pela morte de um namorado dela, José Wilson Lessa Sabag.

> Maria Augusta tinha sido estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, em São Paulo, sendo indiciada em inquérito por sua participação no 30º Congresso da UNE em Ibiúna (SP), em 1968. Após a morte de seu namorado José Wilson Lessa Sabag, em setembro de 1969, teve de passar à clandestinidade e foi identificada como participante do seqüestro de um avião da Varig, em 4 de novembro daquele ano, desviado para Cuba durante a rota Buenos Aires-Santiago, conforme já mencionado neste livro-relatório. Em Cuba, depois de receber treinamento militar, alinhou-se no grupo dissidente da ALN que ficou conhecido como Grupo dos 28, depois MOLIPO, sendo uma das primeiras integrantes desse grupo a retornar ao Brasil, no início de 1971 (BRASIL, 2007, p. 344).

Na biografia de Márcio, não há citações de seus relacionamentos amorosos. Na biografia de José Wilson Lessa Sabag, há uma breve citação de Maria Augusta Thomaz; o relacionamento amoroso de Maria Augusta e José Wilson é mencionado como algo não comprovado.

> Em outubro de 1968, José Wilson havia sido preso no 3º Congresso da UNE em Ibiúna, permanecendo detido por cerca de dois meses e, quando libertado, não se sentiu seguro para retornar às aulas da PUC e ao emprego no Banco do Estado de São Paulo. Chegou a produzir algumas filmagens sobre o Movimento Estudantil de 1967 e 1968. Documentos dos órgãos de segurança registram-no como "namorado" de Maria Augusta Thomaz, que seria morta em maio de 1973, no interior de Goiás, como militante do Molipo (BRASIL, 2007, p. 100).

Nem mesmo o trecho que narra as condições em que José Wilson morreu trazem informações sobre a presença de Maria Augusta Thomaz.

> A versão oficial dos fatos registra que, no dia 03/09/1969, após perseguição policial iniciada em um estabelecimento comercial na avenida Ipiranga, José Wilson e Antenor Meyer tentaram se refugiar no apartamento de um amigo naquela região, à rua Epitácio Pessoa. O soldado João Guilherme de Brito, ao tentar prender José Wilson, teria sido atingido por disparo de arma de fogo, vindo a falecer. Enquanto José Wilson trancou-se no banheiro do apartamento, Antenor Meyer, ao tentar fugir, caiu do 4º andar, sendo preso em seguida, com fraturas e ruptura da bexiga. Ainda de acordo com os registros policiais, como José Wilson se recusasse a sair do banheiro, foi acionada a tropa de choque da Força Pública e o DOPS. Agentes policiais atiraram bombas de gás lacrimogêneo e José Wilson teria saído, 'travando-se tiroteio que culminou com sua morte' (BRASIL, 2007, p. 101).

Márcio e José Wilson têm seus feitos narrados sem justificativas, sem estarem atrelados aos fatos de Maria Augusta Thomaz. O mesmo, no entanto, não ocorre com a biografia de Maria Augusta Thomaz. Com isso, sua memória segue o mesmo caminho da memória de outras mulheres: a permanência no espaço doméstico, subalternizando seus feitos na luta armada e nos grupos de resistência que fez parte (ALN e MOLIPO).

4 MARIA AUGUSTA THOMAZ E SUAS MEMÓRIAS

Neste capítulo, falo da vida de Maria Augusta Thomaz. Os dados aqui presentes foram extraídos do livro *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz* (2012), escrito por Renato Dias, e também de depoimentos prestados à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva", à Comissão Nacional da Verdade, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a veículos de comunicação que noticiaram sua morte e desaparecimento. Divido esta biografia em três etapas: antes da resistência, durante a resistência e após a resistência. Esta estrutura é importante para compreender o processo de construção da memória de Maria Augusta Thomaz e, sobretudo, para saber sua história de vida.

4.1 Maria Augusta Thomaz antes da resistência

Nascida na cidade de Leme – que fica a 189,2 quilômetros de distância da capital paulista –, no interior do estado de São Paulo, Maria Augusta Thomaz é filha de Aniz Thomaz e Olga Michael Thomaz. Primogênita do casal, Maria Augusta nasceu em 14 de novembro de 1947.

Além de Maria Augusta, Aniz e Olga tiveram outros quatro filhos: Max Aniz, Maria Ângela, Marco Antônio e José Carlos. Olga Michael era professora e Aniz Thomaz era odontólogo – profissão que demonstrava não gostar. Após ter problemas com alcoolismo, Aniz abandonou a carreira de odontólogo e se tornou professor na rede pública de Leme, por incentivo de Olga Michael. Apesar disso, a família de Maria Augusta não enfrentou dificuldades financeiras. Maria Augusta e os irmãos estudaram em escolas particulares, além de todos terem tidos outras regalias e mimos[54].

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva"[55], Max Aniz Thomaz (irmão de Maria Augusta) contou que, desde criança, Maria Augusta apresentava sua personalidade contestadora e desafiadora. Ele, que é seis anos mais novo que Maria Augusta, narrou também que sua irmã era muito generosa e que, desde jovem, acreditava que sua ida para São Paulo (capital) seria fundamental para alcançar seus objetivos pessoais.

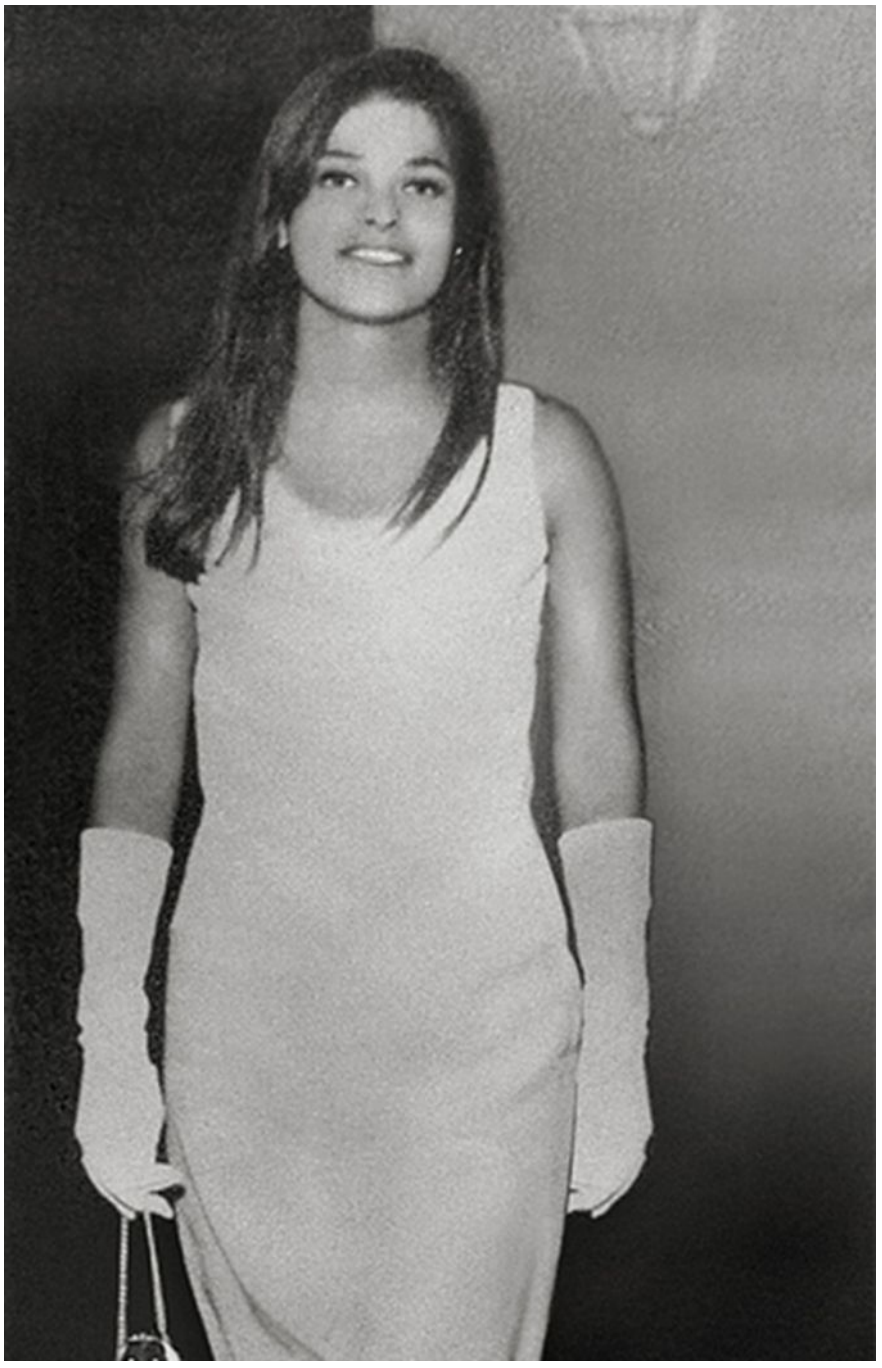
---

[54] Texto baseado na biografia narrada por Dias (2012) em *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz*.

[55] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

Uma pessoa muito diferenciada, na minha visão. Sempre foi uma pessoa com muita personalidade. Não tinha medo, ela era uma pessoa que desafiava as coisas. Mas era muito generosa. Pessoa extremamente generosa e marcante, uma personalidade muito marcante. Teve uma vida normal, uma infância boa no interior. Mas a gente reparava que ela começou a questionar algumas coisas políticas que se passava. Leme era uma cidade muito provinciana. E ela achava que tinha que sair de Leme pra buscar novos horizontes, buscar os objetivos dela.

Figura 3 - Maria Augusta Thomaz em Leme (SP)



Fonte: DIAS (2012)

Quando o golpe se concretizou e a Ditadura Militar começou em 1964, Maria Augusta tinha 16 anos e era estudante normalista. Maria Augusta sempre teve interesse e gosto pelos estudos, sendo uma aluna dedicada e tirando notas altas. Assim como boa parte das meninas de sua geração, Maria Augusta era fã da Jovem Guarda. No livro *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz* (2012), o irmão Max Aniz conta que a irmã não demonstrava interesse pelas questões políticas. Em contrapartida, já mostrava o espírito transgressor.

Nessa mesma época, ficou noiva contra a vontade de seu pai, que acabou forçando o rompimento do casal. Maria Augusta começou então a se relacionar com um homem mais velho, surdo-mudo, para afrontar seu pai. Como a família era tradicionalmente católica, tal atitude de Maria Augusta resultou em desespero por parte de seus pais, que recorreram ao padre da cidade para convencê-la a terminar o relacionamento com Rui Hildebrand, o surdo-mudo. Consta no livro de Dias (2012), que Maria Augusta lia livros escondidos de seu pai – obras que, segundo o autor, eram obras classificadas como proibidas (mas não há citação de que obras se tratam).

Prestou vestibular na PUC-SP para cursar Psicologia. Tentou duas vezes e em nenhuma delas foi aprovada. Porém, na segunda tentativa, em 1967, sua pontuação lhe garantiu aprovação para cursar Filosofia no Instituto *Sedes Sapientiae*, ligado à PUC-SP. Maria Augusta decidiu estudar Filosofia, decisão esta que mudaria os rumos de sua vida para sempre. E por que falar sobre a sua vida antes da resistência? Para que seja possível conhecê-la como ela foi. Como Maria Augusta Thomaz. Maria Augusta, a estudante. A menina que morava no interior de São Paulo e que, antes de sua entrada para os grupos de resistência, já mostrava que queria mesmo era contestar e questionar a estrutura de poder. Saber quem era Maria Augusta Thomaz é importante para conhecê-la e entendê-la durante a resistência.

4.2 Maria Augusta Thomaz e a resistência

Em 1968, o AI-5 (Ato Institucional nº 05) já estava em vigor, mas foi somente após o seu ingresso na universidade que Maria Augusta teve conhecimento da situação política e econômica do Brasil. Este despertar teve início com o assassinato do estudante Edson Luis de Lima Souto. Edson tinha 17 anos, era estudante secundarista no Rio de Janeiro e foi morto por militares que invadiram o Restaurante Calabouço, em março de 1968. A morte de Edson

revoltou muitos estudantes, que fizeram de seu velório e enterro um verdadeiro ato político, com a presença de 50 mil pessoas, que lotaram a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e fizeram passeata até o Cemitério São João Batista.

A morte de Edson Luis se tornou a bandeira de diversos atos políticos promovidos pelos movimentos estudantis em todo o país. Além disso, as reformas e medidas adotadas pela Ditadura Militar ligadas ao ensino superior no Brasil – que em 1968, tinha 278 mil estudantes – não agradou o movimento estudantil.

Figura SEQ Figura * ARABIC 4 - Maria Augusta após a prisão em Ibiúna (SP)

Fonte: DIAS (2012)

Os atos políticos ocorreram na PUC-SP e Maria Augusta pôde ver os cartazes com palavras de ordem. Foi em um desses atos que Maria Augusta conheceu José Wilson Lessa Sabag e José Dirceu de Oliveira e Silva, que se tornariam seus companheiros de luta tempos depois. A partir deste evento, Maria Augusta conhece melhor o movimento estudantil e tem ciência de que a morte de Edson Luis não foi apenas a morte de mais um estudante: era a representação de como o governo daquela época tratava estudantes. A partir daí, Maria Augusta passa a fazer parte de protestos organizados pelos estudantes da PUC-SP.

Em outubro de 1968, Maria Augusta Thomaz participa do 30º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), realizado em Ibiúna (SP). No relatório da Comissão Nacional da Verdade, consta que Maria Augusta foi indiciada e presa por sua participação nesse congresso. Dias (2012) conta que a família de Maria Augusta encaminhou para Ibiúna um advogado para defender Maria Augusta e tirá-la da cadeia, ajuda que só foi aceita com a condição de que seus companheiros também fossem soltos.

Segundo Max Aniz Thomaz, foi após a prisão em Ibiúna que a família soube do envolvimento de Maria Augusta com o movimento estudantil. A família não queria que Maria Augusta voltasse para a capital, mas foram convencidos por um conhecido a deixar que ela voltasse para a capital paulista.

> Tudo era normal, tudo era certo, quando nós soubemos que ela tinha sido presa no Congresso de Ibiúna, em 1968, se eu não tiver enganado. Foi um congresso enorme. Eu me lembro que eu fui com a minha mãe buscá-la no Presídio Tiradentes. Ela veio conosco pra Leme e nós tínhamos um conhecido que era o Sélvio de Mota Lima, que era o secretário de segurança do Estado de São Paulo. Ela queria voltar pra São Paulo de todo jeito e a família ficou 'não, não vai voltar'. Porque imagina, foi presa, aquelas coisas de cidade do interior e ela queria voltar de toda forma. E até esse conhecido nosso falou 'não, deixa ela voltar. Eu acho que não tem nenhum problema. Não tem nada que impeça a volta dela'. E ela voltou. E a partir desse momento, do retorno dela, o contato dela passou a ficar um pouco mais raro. Eu acho que a partir disso, ela se aprofunda mais nesse movimento e a gente deixa de ter notícias dela cada vez mais.[56]

Em 1968, Maria Augusta era membro da Ação Libertadora Nacional (ALN) e já estava na clandestinidade sob os codinomes “Sofia” e “Márcia”. O codinome “Sofia” veio naturalmente, pois quem a conheceu alega que sua aparência lembrava a atriz Sofia Loren. Foi usando o codinome “Márcia” que Arthur Scavone falou de Maria Augusta Thomaz para a

[56] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva". Scavone também foi membro do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e conviveu com Maria Augusta Thomaz antes da sua ida para a Fazenda Rio Doce. Foi como membro da ALN que Maria Augusta participou de expropriações de salões de beleza, supermercados e bancos.

Em 1969, a ALN sofre várias baixas. Dividida em grupos táticos de luta armada, a ALN participa de ações com outros grupos de resistência, como o MR-8 e a VAR-Palmares. Uma delas é o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, que tinha como objetivo libertar 15 presos políticos – entre eles, José Dirceu. Após o sequestro, vários membros desses grupos e da ALN são presos, torturados e mortos. Em 04 de novembro, Maringhella é morto pela repressão e a ALN tem muitos dissidentes. Alguns destes dissidentes (dentre eles Maria Augusta Thomaz e Ana Corbisier) resolvem seguir na luta armada, mas na guerrilha rural. Assim foi criado o Movimento de Libertação Popular, o MOLIPO. Como membro do MOLIPO, Maria Augusta participou de expropriações de cartórios, postos de gasolinas e bancos. Foi como membro do MOLIPO que Maria Augusta participou do atentado à Embaixada da Bolívia, já na década de 1970. O MOLIPO foi responsável pelo sequestro de um avião no Aeroporto de Cumbica para desviá-lo para Cuba. O intuito era levar os membros do MOLIPO para fazer treinamento de guerrilha no país.

Max Aniz lembra que, após o sequestro do avião, Leme foi invadida por militares da base aérea da cidade vizinha, Pirassununga, visando à prisão de Maria Augusta. Os militares invadiram a casa onde Max e sua família viviam e, conforme ele conta, aqueles confundiram sua irmã mais nova com Maria Augusta e seus pais, Olga e Aniz, foram levados para Pirassununga para prestar depoimento.

> Foi após um sequestro de um boeing da Varig, em Buenos Aires, que os militares invadiram Leme. Leme é vizinha de Pirassununga, uma cidade que é base aérea. A cidade foi, literalmente, invadida. Me lembro que tinha tanque, tinham homens que sobrevoavam, cavalaria. Leme foi invadida, buscando encontrar a minha irmã em Leme. Ela tem uma irmã mais nova que é muito parecida com ela e que acharam que fosse ela (Maria Augusta). A operação foi muito agressiva. Entraram na minha casa com metralhadora e foi bastante difícil. Meus pais foram levados para a base aérea de Pirassununga pra serem interrogados. E ali foi colocado pra minha mãe e pro meu pai que Maria Augusta era suspeita de ter sequestrado um avião da Varig. E a partir disso, nós não tivemos mais contato. Eu me lembro que na última vez que eu a vi, eu acho que ela já sabia que não voltaria mais, ela pediu as nossas fotografias. Eu me lembro bem disso. Foi em 1969. A partir daí, foi um desconhecimento muito grande. Desde essa época, ela nunca mais nos contactou.[57]

[57] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

Maria Augusta Thomaz e os demais membros do Molipo voltam para o país após o sequestro do avião e do treinamento. Contrariando as recomendações e regras dos treinamentos em Cuba – que colocavam as mulheres em treinamentos voltados para auxiliar os guerrilheiros – Maria Augusta opta pelo treinamento de guerrilha para aprender a pegar em armas e lutar em possíveis confrontos contra a repressão. Ela foi a única mulher presente neste tipo de treinamento naquele período. Arthur Scavone relatou à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" que a ida de Maria Augusta Thomaz para o treinamento em Cuba não foi aprovada pelos demais membros do MOLIPO.

> Ela participou do treinamento em Cuba e é importante dizer isso: contra a vontade dos companheiros. Ela me contou isso em detalhes. Os companheiros não queriam porque Cuba tem um viés machista muito forte. E ela me contou que quando chegaram em Cuba, o treinamento era ir pra uma região distante, uma região de mata e fazer o treinamento ali de sobrevivência na mata, de isolamento na mata, pra descobrir que tipo de alimentação você pode fazer natural, selvagem. Porque o objetivo da guerrilha no Brasil era se deslocar da cidade e sobreviver no campo. E quando se discutiu quem ia, havia uma decisão de que não iam mulheres. Porque? Porque mulheres menstruam, tem problemas, tem dificuldades, são mais delicadas. A Maria Augusta não aceitou isso. E ela foi junto com os demais companheiros pro treinamento. E ela falava com muito orgulho disso. Havia uma graduação, havia uma avaliação dos companheiros que faziam treinamento. E a Maria Augusta ficou em segundo na avaliação que foi feita entre homens. Eu não sei se tinham mais mulheres. Eu sei que tinha ela no treinamento.[58]

Ainda neste depoimento, Scavone descreveu a personalidade de Maria Augusta Thomaz e o seu envolvimento com as problemáticas da guerrilha no Brasil:

> Ela era uma mulher de muita fibra, como tantas companheiras, de muita decisão. Ela, dentro da nossa estrutura de trabalho não só era muito criativa, como também era extremamente humana, com uma preocupação enorme com a situação que nós estávamos vivendo (a Ditadura). Uma preocupação enorme também com a situação que nós estávamos vivendo porque a gente sabia que a guerrilha na cidade tinha um tempo de vida. Um guerrilheiro tinha um tempo de vida de um ano. Isso era a média que a gente já tinha constatado. Ela tinha uma grande preocupação com isso.[59]

Ao voltar para o Brasil, seguindo os ideais do MOLIPO, Maria Augusta e Márcio Beck resolveram ir para o campo e conhecer a rotina do camponês. Para eles e os demais membros do MOLIPO, ter informações sobre a vida do camponês seria fundamental para o

---

[58] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.
[59] Idem.

êxito da guerrilha rural. Uma das crenças de parte da esquerda da época era a de que a revolução socialista nasceria a partir do campo, a partir da conscientização dos camponeses.

Muitos militantes acabavam presos pela repressão, porque, ao sair do país, não acompanhavam as mudanças. Saíam de um cenário conhecido, treinavam em um local diferente de sua terra natal e voltavam treinados para combater em um cenário político novo. Além disso, é sabido que a Ditadura contava com um forte esquema de espionagem, o Serviço Nacional de Informação. Ao voltar de Cuba, Maria Augusta não sabia, mas boa parte dos seus companheiros de MOLIPO já estavam mortos e desaparecidos. A Comissão Nacional da Verdade confirmou que os membros eram vigiados pela repressão desde 1972.

> O Molipo foi alvo de intensa vigilância pelas forças de segurança desde a época em que seus militantes treinavam em Cuba. O regresso ao Brasil representava verdadeira sentença de morte aos integrantes do grupo, como ocorreu com Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado. Documento de 1972 localizado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo assunto é 'Organização e atividades do Molipo – Movimento de Libertação Popular', trata da origem, estrutura, ações realizadas e integrantes do Molipo. Nele é possível confirmar o monitoramento da organização e de seus integrantes: os que regressaram, vindos de Cuba e com curso de guerrilha: Aylton Adalberto Mortati; Antônio Benetazzo; Arno Preiss; Boanerges de Souza Massa; Flávio de Carvalho Molina; Francisco José de Oliveira; João Carlos Cavalcanti Reis; José Dirceu de Oliveira e Silva; José Roberto Arantes de Almeida; Lauriberto José Reis; Márcio Beck Machado; Maria Augusta Thomaz; Natanel de Moura Giraldi; Ruy Carlos Vieira Berbert os sem curso de guerrilha: Sérgio Capozzi; Jane Vanini Capozzi; Otávio Ângelo; Carlos Eduardo Pires Fleury; Jeová Assis Gomes e aqueles que ainda estavam em Cuba, prestes a retornar e todos com curso de guerrilhas: Ana de Cerqueira César Corbisier Mateus; Ana Maria Soares Palmeira; Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão; Itobi Alves Correa Júnior; João Leonardo da Silva Rocha; José Zeferino da Silva; José Ferreira da Silva (BRASIL, 2014, p. 1230-1231).

Arthur Machado Scavone relatou à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" como era Maria Augusta. Assim como seu irmão Max, Scavone falou de uma Maria Augusta determinada a lutar pelos ideais em que acreditava, dona de uma personalidade contestadora e generosa. Arthur Scavone encerrou seu depoimento com as seguintes palavras: "essa é uma parte da história da Maria Augusta pra mostrar o quanto ela era corajosa, dedicada ao que ela pensava, o quanto ela era generosa e o quanto ela fazia isso pelas ideias que ela acreditava".[60]

4.3 Maria Augusta na Rio Doce

[60] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

Maria Augusta chegou à Fazenda Rio Doce no começo de maio de 1973, juntamente com Márcio Beck Machado. Lá, se apresentaram a Sebastião Cabral (proprietário da fazenda) como Neusa e Raimundo, nomes que permanecem vivos na memória dos herdeiros da Rio Doce. Pouco falavam de suas origens, diziam que eram do interior de São Paulo e que queriam ter um lugar para cultivar hortaliças e criar galinhas.

Nas conversas que tive com os moradores da fazenda Rio Doce, Maria Augusta é sempre lembrada como Neusa ou Dona Neusa. Dona Margarida, filha de Sebastião Cabral, relatou que viu a "Neusa" poucas vezes. "Vi a Neusa umas duas, três vezes. Ela era muito bonita, educada, conversava com todo mundo e era brincalhona com as crianças, principalmente com o meu filho mais velho". Seu Eurípedes contou que ela e a sua falecida esposa conversavam bastante: "Dona Neusa falava mais com a Maria Helena. Mas, era coisa de casa mesmo. Sobre cozinhar, casamento, essas coisas de mulher, sabe Doutora?"[61]. Todos confirmaram que Maria Augusta não falou sobre política nos 17 dias em que esteve na Rio Doce e, por isso, os acontecimentos que vieram depois foram tão assustadores.

4.4 A morte e o desaparecimento

Em uma ação organizada por agentes da repressão dos estados de Goiás, São Paulo e Distrito Federal, na madrugada de 17 de maio de 1973, Maria Augusta foi executada enquanto dormia. Os corpos dela e de Márcio Beck foram sepultados clandestinamente. Seu Eurípedes lembra que, na madrugada, ouviu um dos agentes gritar: "Neusa e Raimundo, acordem pra morrer".

Como foi dito anteriormente, a principal característica da Ditadura de 1964 é a manutenção da aparência de sua legalidade. E isso esteve presente até mesmo nos documentos expedidos sobre os militantes mortos. A Comissão Nacional da Verdade encontrou documentos sob o título "Atividades subversivas – Molipo – localização de subversivos nos municípios goianos de Rio Verde e Jataí". Neste documento, os agentes mencionam troca de tiros com Maria Augusta e Márcio Beck, numa tentativa de criar provas de que não houve nenhuma execução e de que as mortes ocorreram em situação de confronto armado.

[61] Nos dias em que estive na Fazenda Rio Doce, Eurípedes me tratou como "doutora", pois os donos da Rio Doce me apresentaram a ele como delegada. Tal fato é explicado no capítulo 4.

> No dia 16 de maio 73, agentes de segurança de São Paulo e Brasília travaram tiroteio com os terroristas Márcio Beck Machado, codinome "Luiz" ou "Raimundo" e Maria Augusta Tomaz (sic), codinome "Márcia" ou "Neusa", na fazenda Rio Doce, município de Rio Verde (GO), quando foram mortos os aludidos subversivos (BRASIL, 2014, p. 1231).

O sepultamento foi feito por Sebastião Cabral, Seu Eurípedes e demais funcionários da Rio Doce, que foram obrigados pelos agentes da repressão a fazer o enterro dos corpos. Dona Margarida lembrou que

> A polícia falou pro meu pai que era pra enterrar a Neusa e o Raimundo a 2 quilômetros de distância da estrada. Meu pai falou que não queria enterrar os dois na porta da fazenda. E o policial exigiu essa distância de 2 quilômetros e se fosse na porta da fazenda, era pra enterrar lá" (Fala de Margarida Aglair Cabral, 2015)

A CNV atesta que um médico legista esteve presente para fazer a autópsia de Maria Augusta e Márcio. Permaneceram enterrados na Fazenda Rio Doce até 1980, quando a "Operação Limpeza" foi feita e os restos mortais foram levados para um local desconhecido até os dias atuais.

4.5 A "Operação Limpeza"

Sete anos já haviam se passado. Maria Augusta estava morta, mas seus familiares não tinham contato com ela desde 1969. Para a família Thomaz, o paradeiro de Maria Augusta era uma incógnita que durava onze anos. Max Aniz relatou em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" as dificuldades vividas pela família Thomaz desde a última visita de Maria Augusta até a ida à Fazenda Rio Doce, local em que ela foi executada.

> Foi um período muito difícil. Minha mãe veio a falecer em 1971, com a ausência dela. Então, sofreu muito. Meus avós faleceram logo, um pouquinho antes da minha mãe. Foi um trauma muito grande pra família, a família não tava preparada pra isso, porque não era uma família atuante politicamente falando. Mas, a Maria Augusta era muito diferente. Ela era atuante, ela sempre foi de questionar. O fato é que depois desse episódio (a busca por Maria Augusta pelos militares), a gente ficou marcado como família de comunista, de terrorista. Aí, você passa por todo um processo de descrédito e tudo mais. As relações ficam bastante difíceis. Pra família foi muito traumático. Até porque, no meio nosso, todos gostavam muito dela. Então, a ausência dela foi muito sentida.[62]

[62] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

Além destas dificuldades, Max Aniz Thomaz relatou à Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" que sua família buscou por Maria Augusta Thomaz antes mesmo de conhecer o Comitê Brasileiro de Anistia.

> Mas a gente não desistia de saber dela e procurá-la. Mas é que era muito difícil saber. Eu fui a São Paulo, em 1972, pra estudar e trabalhar. Eu me lembro que eu sempre notava que tinham algumas pessoas que me seguiam. Me seguiam, não que me abordassem. Eu lembro que eu descia na rodoviária e sempre tinha as mesmas pessoas. Eu sempre via as mesmas pessoas, que tomavam o mesmo ônibus. Isso era em 1972, uma época que ela tinha voltado (de Cuba). Mesmo eu sabendo agora da vida dela, ela tava em São Paulo nesse período, mas nunca se aproximou, nunca tivemos nenhum contato. Mas posso dizer que foi bastante difícil.[63]

Diante das dificuldades em obter informações sobre Maria Augusta, a família procurou o advogado Luis Eduardo Greenhalgh, que na época era muito procurado por presos políticos e familiares de desaparecidos políticos. Foi ele quem propôs à família de Maria Augusta a ida para a Rio Doce, pois para a família era difícil aceitar que Maria Augusta estava morta.

Max Aniz Thomaz conta que foi o mesmo conhecido que havia sugerido a ida de Maria Augusta a São Paulo que contou à família que soube do seu assassinato, em 1979.

> Nós viemos a saber por esse coronel, isso um tempo depois, em 1979, que a Maria Augusta tinha sido assassinada num sítio. Mas, só isso. Não soubemos mais nada. E efetivamente em 1980, eu participava do CBA, eu fiquei sabendo. Acho que foi o Zé Dirceu que veio com a notícia. E nós fomos com o Luis Eduardo mais o Carlos Fon, nós fomos tentar descobrir onde ficava a fazenda, na tentativa de tentar localizar a cova. Mas, me parece que dias antes, não sei como ficaram sabendo, órgãos da repressão que na época existiam, foram e resgataram os ossos. A gente encontrou pedaços de dentes e ossos que ficaram, mas a cova tava revirada e eles abstraíram as ossadas.[64]

O jornalista Antônio Carlos Fon, do jornal *Diário da Manhã*, que soube do caso e já o investigava há algum tempo, foi com Luis Eduardo Greenhalgh e os familiares de Maria Augusta para a Fazenda Rio Doce. Foram recebidos por Sebastião Cabral e seus familiares. Em virtude das torturas psicológicas sofridas ao longo destes sete anos e temendo represálias, Sebastião Cabral comunicou aos agentes da repressão de Rio Verde que Antônio Carlos Fon, Luis Eduardo Greenhalgh e familiares de Maria Augusta estiveram na Rio Doce.

---

[63] Idem.

[64] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

> Após a comunicação de Sebastião Cabral, agentes do governo compareceram à fazenda e exigiram que o proprietário e sua esposa revelassem o local da cova clandestina. Às pressas, e com a ajuda de médico-legista não identificado, subtraíram as ossadas em uma "operação limpeza". A remoção dos despojos mortais foi objeto de investigação policial, requerida por intermédio do advogado Luiz Eduardo Greenhalg. O inquérito policial no 754/80, instaurado pela Polícia Civil de Goiás, documentou que durante a "operação limpeza", que fica comprovada nos autos da investigação, os agentes encarregados da remoção deixaram para trás pedaços de dentes, falanges e botões de roupas (BRASIL, 2014, p. 1226).

Documentos da agência goiana do Serviço Nacional de Investigação (SNI) encontrados pela Comissão Nacional da Verdade apontam que havia uma certa preocupação por parte da repressão em manter o desconhecimento do caso, caso ele viesse a público. A "operação limpeza" foi executada para impedir o conhecimento público da morte de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck. A Comissão Nacional da Verdade traz em seu relatório a identificação da autoria das graves violações aos direitos humanos cometidas no caso de Maria Augusta Thomaz:[65]

Quadro 3 – Militares do Exército Brasileiro chefes de órgãos de repressão em 1973

Presidente da República	Emílio Garrastazu Médici (general de Exército)
Ministro do Exército	Orlando Beckmann Geisel (general de Exército)
Chefe do CIE	Milton Tavares de Souza (general de Brigada)
Comandante do II Exército	Humberto de Souza Mello (general de Exército)
Chefe do Estado-Maior do II Exército	Gentil Marcondes Filho (general de Brigada)
Comandante do DOI/CODI do II Exército	Carlos Alberto Brilhante Ustra (major do Exército)
Chefe da Seção de Análise e Informações do DOI/CODI do II Exército	André Leite Pereira Filho (capitão do Exército)

Fonte: BRASIL (2014)

[65]As informações foram extraídas do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 10 dez. 2014 no site da Comissão Nacional da Verdade: <http://cnv.gov.br/>. Foram organizadas em quadros para facilitar a leitura.

Quadro 4 - Chefes de Estado e militares da Polícia do Estado de Goiás em 1973

Governador do Estado	Leonino Di Ramos Caiado
Secretário de Segurança Pública	Euwaldo Vaz
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás	José Ernesto Jucá (coronel do Exército)
Comandante do 2. Batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás	Sebastião de Oliveira e Souza (coronel PM)

Fonte: BRASIL (2014)

Em 1980, Luis Eduardo Greenhalgh era presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e, graças ao trabalho desenvolvido por esse comitê, conseguiu identificar os agentes envolvidos na morte de Maria Augusta e na "Operação Limpeza".

4.5.1 Agentes responsáveis pela morte de Maria Augusta Thomaz em 1973[66]

Quadro 5 - Agentes da repressão envolvidos na morte de Maria Augusta Thomaz

Nome	**Cargo**	**Atuação**
João Pinheiro	Coronel da PM e Delegado de Polícia em Jataí	Esteve na Fazenda Rio Doce, interrogou Eurípedes no Departamento de Polícia Judiciária de Goiânia
Epaminondas Nascimento	Capitão da PM e Delegado de Rio Verde	
José Xavier do Bonfim	Delegado de Polícia Federal	Torturador responsável pela tortura psicológica de Sebastião Cabral e Eurípedes João da Silva
Marcus Fleury	Delegado	Participou da chacina de Irineu de Moraes, o "Índio", preso político que acompanhou a caravana dos agentes responsáveis pela

[66] Informações extraídas do livro *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz* (DIAS, 2012), que contém um posfácio de autoria de Luis Eduardo Greenhalgh.

		morte de Maria Augusta, desde o DOI-Codi II Exército até a Fazenda Rio Doce.

Fonte: DIAS (2012)

4.5.2 Agentes responsáveis pela "Operação Limpeza"

Quadro 6 – Agentes da repressão envolvidos na "Operação Limpeza"

Nome	**Cargo**
João Antônio Dias Filho	Tenente-coronel do Exército e Comandante do 42º Batalhão de Infantaria Motorizada
Bernadino Boch	Delegado e Superintendente da Polícia Federal
Eurípedes Ferreira Rios	Delegado e Diretor do DOPS
Humberto de Bastos Curado	Coronel do Exército e Secretário de Segurança do estado de Goiás. Ex-subcomandante do Batalhão de Caçadores
Aníbal Coutinho	Coronel do Exército e Comandante da Polícia Militar de Goiás
Fernando Plaza Mallea	Delegado Adjunto do Departamento de Polícia Judiciária de Goiás.

Fonte: BRASIL (2014)

4.6 O atestado de óbito e as homenagens póstumas

Como já foi dito, os restos mortais de Maria Augusta Thomaz permanecem desaparecidos até os dias atuais. A Comissão Nacional da Verdade conseguiu identificar os agentes envolvidos na morte de Maria Augusta e no desaparecimento forçado de seus restos mortais, mas não foi possível encontrar novas pistas sobre o paradeiro de suas ossadas. O atestado de óbito de Maria Augusta Thomaz foi emitido com base na Lei nº 9.140, sancionada por Fernando Henrique Cardoso em 04 de dezembro de 1995, cujo artigo 1º diz:

> Art. 1º. São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Além disso, a história de Maria Augusta Thomaz está no dossiê organizado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos – o dossiê "Direito à Memória e à Verdade" –, órgão ligado à Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. Como foi dito anteriormente, nesse dossiê, a biografia de Maria Augusta se mistura com a biografia de seus companheiros, como se Maria Augusta Thomaz fosse apenas uma companheira, namorada e não uma combatente nos grupos de resistência. Apagam seus feitos e suas memórias.

O atestado de óbito veio após a morte de Aniz e Olga Michael. Dos irmãos de Maria Augusta Thomaz, apenas Max Aniz está vivo. Na cerimônia de entrega do relatório final da CNV, ocorrida em dezembro de 2014, Max não estava presente. Os membros da CNV envolvidos no caso de Maria Augusta Thomaz optaram por não o envolver nas investigações para preservá-lo de possíveis frustrações. Os muitos anos sem notícias de Maria Augusta e a busca por informações sobre sua morte trouxeram muitas dores e mágoas para todos da família. O advogado Luis Eduardo Greenhalgh lembra que quando procurou a família Thomaz, em 1980, para falar sobre o desaparecimento de Maria Augusta e as circunstâncias de sua morte, Aniz e Max contestaram as informações trazidas por Greenhalgh e disseram: "ela não está morta, até porque morrer, para quem se ama, não é morrer"[67].

Em 22 setembro de 2009, a PUC-SP e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) homenagearam os alunos daquela instituição que lutaram contra a Ditadura Militar, com a inauguração de um memorial no hall de entrada do TUCA, o teatro da universidade. Dos cinco estudantes universitários homenageados nesse memorial, há apenas uma mulher: Maria Augusta Thomaz. O painel é de autoria da artista plástica Cristina Pozzobon. A data da inauguração desse memorial tem caráter simbólico e faz parte da memória da PUC. Foi nesta mesma data, em 1977, que a PUC-SP foi invadida pelos agentes da repressão.

Na Vila Leopoldina, capital paulista, há uma rua com o nome de Maria Augusta Thomaz (Ver Anexo B). Maria Augusta Thomaz também dá nome a uma rua no bairro Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro (Ver Anexo A). Leme, a cidade natal de Maria Augusta Thomaz, também a homenageou com a Avenida Maria Augusta Thomaz (Ver Anexo C). É nesta avenida que está localizada a Secretaria Municipal de Educação.

---

[67] Frase extraída do livro *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz* (DIAS, 2012, p. 208).

Em Goiânia, na rua 236 do Setor Leste Universitário (Ver Anexo D), há uma pichação com os dizeres: “Maria Augusta Thomaz, morta pela Ditadura Militar”. Em Goiás, o caso de Maria Augusta Thomaz não é lembrado pelo poder público. A pichação no muro do Leste Universitário talvez nos sirva de alento para acreditar que a memória de Maria Augusta Thomaz não tenha se perdido com o tempo.

Figura 5 - Pichação em memória de Maria Augusta em Goiânia (GO)

Fonte: Acervo Pessoal. Crédito da imagem: Carlos Eduardo Henning.

O livro *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz* (2012), escrito pelo jornalista goiano Renato Dias, era muito aguardado pelos moradores de Leme – terra natal de Maria Augusta. Segundo Max Aniz Thomaz, os moradores de Leme admiram os feitos de Maria Augusta Thomaz.

> O pessoal de Leme tem procurado muito por esse livro. Esse livro não tá nas livrarias. Mas tem uma procura muito grande lá. Eu tô há muito tempo afastado de Leme, mas quem participou da vida da Maria Augusta ainda está lá. Inclusive, lá ela tem nome de rua. Ela tem um memorial. Ela tem uma série de coisas que homenagearam ela. Ela é considerada uma heroína pra cidade. O pessoal tem um orgulho dela muito grande. Ela tem muitos amigos lá ainda.[68]

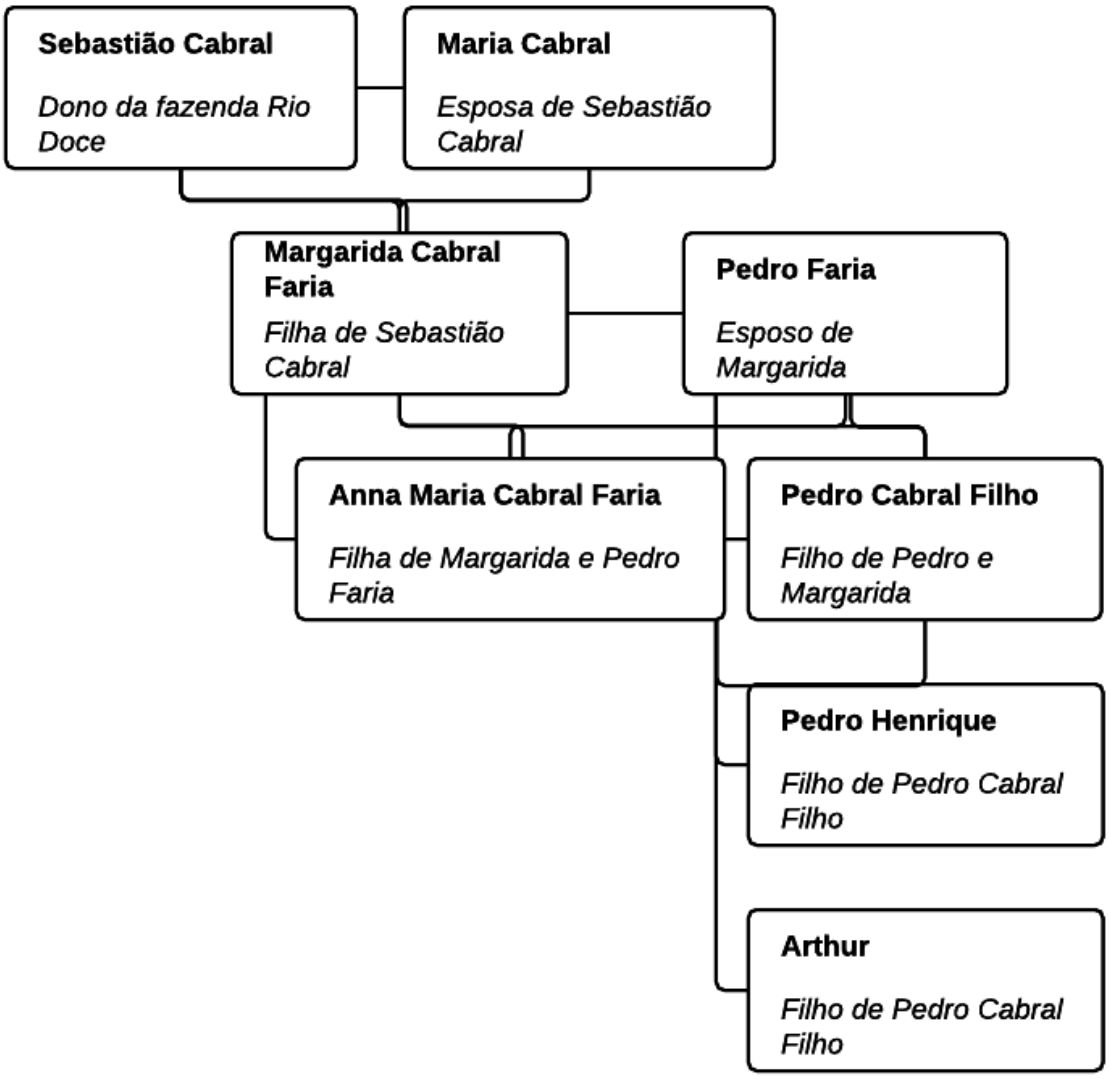
A rua mencionada por Max Aniz em seu depoimento para a Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" é a Avenida Maria Augusta Thomaz, localizada no bairro Barra Funda, em Leme (Ver Anexo C).

[68] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

5 CONHECENDO A FAZENDA RIO DOCE

A Fazenda Rio Doce está localizada entre os municípios de Rio Verde e Jataí, no estado de Goiás. Uma das maiores fazendas da região, com aproximadamente 1300 alqueires, a Rio Doce ganhou este nome por ser próxima ao Rio Doce, que rega as plantações, sacia a sede dos animais e garante o consumo de água de quem fica por lá. A Rio Doce, porém, é conhecida na região pelas mortes de Neusa e Raimundo. As mortes que aconteceram em 1973 marcaram a história da Rio Doce e da família que administra a fazenda, a família Cabral. As informações deste capítulo são fruto das pesquisas que fiz nos 3 dias em que estive na Fazenda.

Figura 6 - Organograma da família Cabral



Neusa e Raimundo são os codinomes de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, respectivamente. Em minha estadia na Rio Doce, a primeira coisa que percebi foi que os nomes "Neusa" e "Raimundo" são muito lembrados pelos funcionários da Rio Doce. Seu Eurípedes, por exemplo, quando começou a narrar a história, disse: "eu falo Dona Neusa porque foi assim que conheci ela. Dona Neusa e Seu Raimundo". Seu Eurípedes é o funcionário mais antigo da Rio Doce e a única testemunha viva da morte de Maria Augusta e Márcio. Antes de prosseguir com o relato, é preciso dizer que Seu Eurípedes é alcoólatra e, para garantir que ele não estaria embriagado ao falar comigo, os donos da Rio Doce disseram

a ele que uma delegada de Goiânia iria até a Rio Doce para falar com ele sobre a Neusa e o Raimundo. Durante toda a conversa, fui tratada como “Doutora”, “a Delegada”.

Figura 7 - Atual sede da Fazenda Rio Doce

Fonte: Arquivo Pessoal

Seu Eurípedes mora na Rio Doce, é aposentado e, apesar do alcoolismo, falou com detalhes sobre “Dona Neusa e Seu Raimundo”. Ele contou que eles permaneceram na Rio Doce por 17 dias. A casa em que ele vivia com sua esposa Maria Helena (já falecida) era ao lado da casa em que viviam Maria Augusta e Márcio:

> O Seu Raimundo era meio surdo, não conversava muito com a gente. A Dona Neusa falava mais com a minha falecida esposa. Nunca maltratou ninguém e nunca falou sobre política com a gente nem com ninguém daqui da fazenda. Ela era bonita e chegou aqui dizendo que queria plantar umas hortas e criar galinhas. Falou com Sebastião e ele deixou os dois viverem aqui.

Sebastião Cabral era o dono da fazenda, pai de duas filhas (Margarida e Sebastiana) e casado com Maria Cabral. Foi ele quem permitiu a entrada de Neusa e Raimundo na Rio Doce. Dona Margarida contou que ele e sua mãe foram as pessoas que mais conviveram com Maria Augusta e Márcio nos 17 dias em que eles moraram na fazenda.

Dona Margarida recorda que Neusa gostava muito de crianças e que brincava muito com seu filho mais velho, Silomar, que na época tinha 3 anos e era o xodó de seu pai. “Ela chegou a pedir pro meu pai pra deixar o Silomar posar (dormir) na casa deles. Mas meu pai era muito ciumento com os netos e não deixou. Ela pediu isso na noite em que aconteceu aquilo tudo”.

Dona Margarida contou também que no dia em que foram mortos, logo pela manhã, Neusa e Raimundo foram para uma festa que aconteceu na casa de uma tia, numa fazenda próxima a Rio Doce. “Eles foram com o meu pai e a minha mãe. Ela voltou feliz porque tinha ganhado um galo da minha tia”. Seu Pedro, esposo de Dona Margarida, contou que Maria Augusta e Márcio não falavam de suas origens. “A única coisa que a gente sabia deles é que eles eram de São Paulo. Mas eles não falavam se era da capital ou de qual cidade de São Paulo eles eram. Umas duas vezes, veio um homem mais velho aqui e a Neusa disse que era o pai dela. Mas, depois, a gente soube que não era”.

Outra coisa contada por Seu Pedro é que uns dias antes da execução de Maria Augusta e Márcio, um andarilho chegou à casa deles pedindo abrigo. “Eu acho que esse homem era policial disfarçado. Porque a fazenda era muito grande e quando eles [a repressão] vieram aqui, vieram com muita certeza. Veio sabendo exatamente aonde eles estavam”.

5.1 A noite de 17 de maio de 1973

Seu Eurípedes lembra que era por volta de uma da manhã quando ouviu alguém gritar na casa de Neusa e Raimundo: “Neusa e Raimundo, acordem pra morrer”. O que veio em seguida foi uma chuva de tiros, não só nos corpos, mas na casa toda. Foram tantos tiros que uma parede da casa – que era feita de pau a pique – caiu. Logo após a execução, ele foi até a sede da fazenda avisar a Sebastião Cabral o que tinha ouvido na casa da “Dona Neusa”. Ele e sua esposa Maria Helena já tinham sua filha mais velha (Rosilda) que, na época, era um bebê recém-nascido. “Quando eu voltei, eles me pegaram, mandaram eu e a Maria Helena ajoelhar com a neném e perguntaram o que a gente fazia na Rio Doce. Disse que a gente trabalhava pro Sebastião”.

Dona Margarida conta que não viu os corpos de Maria Augusta e Márcio. Seus pais sempre relataram a ela que foram tantos tiros que o sangue deles se espalhou na casa toda.

Seu Eurípedes relata que ele e Sebastião Cabral foram obrigados pela repressão a enterrar os corpos:

> Eles viraram pro Sebastião e disse que tinham ido lá matar duas cobras pra ele. Um deles disse que era da Polícia Federal. Mas ninguém tava com farda. Ninguém se apresentou. Depois de tudo, eles ainda mataram minhas galinhas e cozinharam na casa da Dona Neusa. Comeram lá mesmo. Povo frio, doutora.

Com o passar do tempo, a fazenda sofreu muitas alterações. A sede está em outro local, assim como os locais onde eram as moradias de Seu Eurípedes e de Neusa e Raimundo. As imagens a seguir mostram como estes locais estão atualmente.

Figura 8 - Local onde era a casa de Seu Eurípedes

Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 9 - Local onde era a casa de Maria Augusta e Márcio Beck

Fonte: Arquivo Pessoal

Dona Margarida conta que sua mãe ficou tão chocada com a situação dos corpos que providenciou lençóis para enrolar antes de enterrá-los. A orientação que Sebastião Cabral recebeu dos agentes da repressão foi a de enterrar Maria Augusta e Márcio numa cova comum de 4 metros de profundidade, a 2 quilômetros de distância da rodovia que passa perto da fazenda.

Quando começaram a levar os corpos para o local do enterro, Dona Maria (mãe de Dona Margarida) acendeu duas velas em cima da porteira que ficava próxima à casa da Neusa e do Raimundo:

> Minha mãe acendeu as velas e começou a rezar. Aí, o policial veio e brigou com a minha mãe. Disse que eles não mereciam reza porque não tinham alma e se tivesse, eles iriam direito pro inferno. Minha mãe disse que ia rezar assim mesmo. Ela rezou com medo, mas seguiu a reza.

Os agentes da repressão – que, segundo conta Seu Eurípedes, eram uns 15 homens – deixaram a Rio Doce no final da tarde e deram instruções para que, se alguém fosse atrás de Maria Augusta ou de Márcio, eles deveriam ser avisados. Importante dizer que eles nunca se identificaram. Só um deles disse que era da Polícia Federal, mas não tinha nada identificando

a ligação deste soldado à PF. Não foram mencionados nomes, patentes ou outros órgãos da repressão – DOPS, DOI-CODI, Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Polícia Civil.

Figura 10 - Local onde Maria Augusta e Márcio Beck foram enterrados em 1973

Fonte: Arquivo Pessoal

Seu Eurípedes conta que Maria Augusta foi baleada da cintura para cima e Márcio teve o corpo todo baleado. "A Dona Neusa tava destruída da cintura pra cima. O Seu Raimundo tava com botina e o corpo todo cheio de bala. Ele tava no chão. Ela, na cama deles".

5.2 O que veio depois

Até os dias que precederam sua morte em 1995, Sebastião Cabral teve que prestar contas sobre o caso. A neta, Anna Maria Cabral Faria, relata que o avô foi acusado pela repressão e indiciado por ocultação de cadáver:

> Eles chamaram meu avô pra depor em Goiânia muitas vezes. Quando ele foi acusado, ele buscou todos os advogados daqui da região e nenhum quis pegar o caso dele. Depois de muito procurar, teve um que resolveu defender meu avô. Mas, cobrou uma fortuna dele. Ele, como tava desesperado e com medo, acabou pagando. Foi tanto dinheiro que o advogado conseguiu construir um prédio de 10 andares - na época, era o maior de Rio Verde.

Além disso, a família Cabral relata que a polícia foi à Rio Doce muitas vezes e sempre amedrontava os funcionários e os familiares de Sebastião Cabral. “A gente nem gostava de vir aqui na fazenda porque só vinha esse assunto. A polícia chamava meu avô e seu Eurípedes para depor com muita frequência”. Além da perda de paz e sossego, a história das mortes dentro da fazenda fez com que a família Cabral enfrentasse dificuldades financeiras:

> Ninguém queria comprar leite daqui, nem ovo nem nada. Teve funcionário que foi embora, com medo. Tinha lugares da fazenda que a polícia não deixava meu avô ir, lugar que tinha gado. O gado foi morrendo porque meu avô não podia ir lá alimentar eles.

Figura 11 - Fazenda Rio Doce

Fonte: Arquivo Pessoal

Seu Pedro conta que antes das mortes de Neusa e Raimundo, a Rio Doce tinha aproximadamente 2000 alqueires:

> A gente foi ficando sem dinheiro e meu sogro teve que vender as terras por um preço muito baixo. Foram mais 630 alqueires vendidos a preço de banana. Teve terra que foi arrendada, mas por um preço muito baixo, muito injusto. Mas, meu sogro tinha que aceitar. Porque ou era isso ou ficar com fome.

Outro fato relatado por Seu Pedro é que os agentes da repressão sabiam de negociações de Sebastião Cabral quando o interrogaram na Rio Doce, em maio de 1973:

> Eles perguntaram pro meu sogro sobre umas negociações de gado que ele tava fazendo, coisa que só eu e ele sabia. Eles chegaram aqui sabendo muita coisa sobre a gente. A gente foi espionado, eles sabiam da movimentação bancária do meu sogro. Meu sogro ficou com muito medo.

Seu Pedro calcula que os prejuízos financeiros de Sebastião Cabral foram de aproximadamente 40 milhões de reais.

Dona Margarida contou que o pai de Maria Augusta Thomaz, Aniz Thomaz, foi até a Rio Doce em 1980 – sete anos após a sua morte:

> Foi aí que a gente descobriu que o homem que a Neusa falava que era o pai dela não era. Meu pai e o pai dela conversaram muito nesse dia. Mas, depois disso, ele nunca mais apareceu aqui. Meu pai e ele não mantiveram contato. A família do Raimundo nunca veio aqui.

Seu Pedro e Dona Margarida contam que uma vez ouviram gritos na Rio Doce:

> Parecia que eles estavam torturando gente aqui dentro. A gente ficou com medo e não foi ver. Mas, ninguém nunca comentou nada no outro dia. A gente acha que eles fizeram isso pra assustar todo mundo, sabe? Fazendo de conta.

Quando o jornalista Antônio Carlos Fon, do jornal *Diário da Manhã*, foi até a Rio Doce para saber sobre o caso, Sebastião Cabral procurou a delegacia de Rio Verde para avisar os agentes, pois foi aterrorizado pela repressão durante os sete primeiros anos após a morte de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado. Anos antes, Sebastião encontrou uma carteira de identidade de um dos agentes da repressão que estiveram no local. Com medo, ele a mandou de volta pelos correios.

Dona Margarida disse também que hoje surge um policial à paisana para saber se alguém foi até a Rio Doce atrás da Neusa e do Raimundo. Contou ainda que nos 10 primeiros anos, as idas da polícia eram constantes: “Sempre vinham sem identificação e perguntavam a mesma coisa. Se alguém tinha vindo aqui saber da Neusa e do Raimundo”.

5.3 O caso, segundo os descendentes de Sebastião Cabral

Durante os dias em que estive na Rio Doce, conheci dois netos de Sebastião Cabral (Anna Maria e Pedro Filho) e dois bisnetos (Arthur e Pedro Henrique). Anna Maria se recorda que, quando criança, perguntava muito sobre o caso para o seu avô:

> Eu ficava curiosa porque meu irmão mais velho passava medo em mim falando que via a alma da Neusa e do Raimundo perto da sede. Meu avô sempre respondia tudo que eu perguntava. Uma coisa que ele sempre falou foi que mesmo que eles fossem bandidos, os dois não mereciam uma morte dessa. Ele falava que os dois eram pessoas boas e que nunca suspeitou deles. Ele falava também que se eles eram mesmo bandidos, tinham que ter sido presos e condenados. Mas, na época, a gente nem tinha ideia do que era a Ditadura.

Para Pedro Filho, Neusa e Raimundo prejudicaram muito o seu avô. Para ele, Maria Augusta e Márcio eram bandidos que abusaram da boa vontade de Sebastião:

> O maior prejudicado nessa história foi meu avô. Esse povo chegou aqui na fazenda com má intenção, eram bandidos. Meu avô perdeu dinheiro, perdeu sossego por conta desses bandidos. E eu acredito que eram bandidos mesmo, porque se não fosse, a polícia não ia vir aqui atrás deles. Eles deviam coisas pra justiça sim. Só que meu avô é que pagou o pato.

Santos (2003, p. 173) explica o que essa fala de Pedro Filho mostra. As memórias que ele tem sobre a morte de Maria Augusta Thomaz estão ligadas ao que ele testemunhou: as perseguições vividas pelo seu avô e as dificuldades financeiras enfrentadas pela família.

> O passado só existe quando nós nos lembramos dele e, segundo, que o nosso lembrar não parte de uma estrutura cujas regras estejam disponíveis à interpretação, pois ao recordarmos somos determinados por impressões que não restringem ao que acontece no presente. O passado que é lembrado, portanto, não pertence nem ao passado nem ao presente.

Os bisnetos de Sebastião Cabral – Arthur, de 17 anos, e Pedro Henrique, de 19 anos – não comentam muito sobre o assunto. Pedro Henrique disse que procurou sobre o assunto na internet, mas afirma não ter encontrado muita coisa. Mas para ele "socialismo não é uma coisa muito boa (...) Vê a Dilma, que é comunista. Olha o que ela tá fazendo com nosso país. Esse trem de comunismo não é certo". Arthur não permaneceu na sala enquanto falávamos sobre o caso. Durante todo o tempo em que estive na Rio Doce, ele não quis falar sobre o assunto, tampouco demonstrou curiosidade em saber mais sobre Neusa e Raimundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória de Maria Augusta Thomaz tem peculiaridades interessantes e bastante intrigantes. Em todos os documentos oficiais emitidos por órgãos ligados ao Governo Federal, o nome de Maria Augusta está citado junto ao de Márcio Beck Machado. O seu relacionamento com José Wilson Lessa Sabag também é narrado distintamente; na biografia dele, Maria Augusta é citada como uma possível namorada. Na biografia dela, José é um namorado legítimo. Em ambos os casos, é possível notar uma tentativa de mantê-la subalterna a seus companheiros e tirá-la do protagonismo da luta. Entre seus companheiros de luta e resistência também houve essa tentativa de subalternizá-la por ser mulher. De mantê-la no espaço privado em razão de o espaço político e de luta ser um espaço predominantemente masculino.

Apesar disso, sua memória é vítima de tentativas de subalternização à memória de Márcio Beck Machado. Embora em alguns espaços e locais – e até mesmo por alguns entrevistados durante esta pesquisa – ela seja citada como companheira do Márcio, em outros isso já não acontece. Em Leme, sua terra natal, Maria Augusta não foi esquecida. Lá, ela é a lemense que lutou contra a Ditadura Militar e, por isso, foi homenageada com memoriais e demais homenagens póstumas. A avenida principal de Leme tem o seu nome. Na PUC-SP, há um memorial lembrando os ex-alunos da instituição que lutaram pela democracia. Maria Augusta Thomaz é uma das homenageadas.

Sua personalidade contestadora e sua vontade de romper as barreiras impostas às mulheres não foram esquecidas e apagadas com o tempo. Maria Augusta foi uma mulher que abraçou a causa da luta armada, tanto na ALN quanto no MOLIPO. Se entregou por inteira em prol do ideal revolucionário, do combate ao capitalismo e pelo fim da Ditadura Militar. Mesmo com essas narrativas que sempre a remetem como a "moça que morreu em Goiás" ou "a namorada do Márcio", sua memória não é subalternizada.

O que foi possível notar também é que pouco se fala de Maria Augusta antes do MOLIPO, antes de seus romances. Quem era a Maria Augusta antes da luta armada? O que a motivou fazer parte da resistência contra a Ditadura Militar? Estas foram as perguntas que fiz enquanto lia sobre ela. E as respostas vieram nos depoimentos de Max Aniz Thomaz, Arthur Scavone e outras fontes de pesquisa. Ela era uma mulher que desde criança contestava o

patriarcado – basta ver como era o relacionamento com seu pai e, posteriormente, com os membros do MOLIPO. Maria Augusta era uma mulher destemida.

Mesmo que sua memória não tenha passado por essa subalternização, é impossível não notar que há esta tentativa de subalternizar não só a memória dela, como também as das demais mulheres que cito neste trabalho. Lamentável é constatar que essa subalternização da memória da luta dessas e de outras mulheres esteja atreladas aos binarismos de gênero e a heteronormatividade; lamentável ver que isso partiu tanto da Ditadura Militar quanto dos membros dos grupos de resistência.

Sempre lembrada por sua beleza – nas palavras de Dona Margarida, "a Neusa parecia atriz de cinema! Muito bonita" – Maria Augusta pegou em armas, enfrentou homens, transportou bombas caseiras, redigiu manifestos, se manteve fiel aos ideais dos grupos de resistência aos quais era ligada. Ao demonstrar interesse em treinar em Cuba, sua condição biológica e social foi justificativa para que os membros do MOLIPO tentassem impedi-la de participar do treinamento de guerrilha. Mesmo que ainda lembrem dela como "a mulher bonita que morreu em Rio Verde" ou "a namorada do Márcio", ela era muito mais que uma mulher bonita de 26 anos executada enquanto dormia. Ela foi muito mais que uma filha rebelde ou a namorada de alguém. O mesmo se aplica às demais mulheres aqui citadas. A exclusão das mulheres em confrontos e demais ações de enfrentamento foram justificadas pela menstruação, pela sensibilidade e pela fragilidade que a heteronormatividade impõe ao gênero feminino.

A heteronormatividade esteve presente também nas torturas sofridas pelas mulheres. A maternidade também foi usada pelos agentes da repressão como instrumento de tortura em muitos casos. A gravidez, o parto e o puerpério foram usados pela repressão para torturar física e psicologicamente muitas mulheres. Os relacionamentos amorosos também foram usados desta forma. Não quero aqui dizer que somente a luta nos espaços públicos é digna de reconhecimento, pelo contrário. Reconheço aqui a luta de muitas mulheres que lutaram nos espaços domésticos e foram importantes na luta de resistência. As mulheres de Trombas e Formoso são exemplo disso. Muitas pegaram em armas e muitas também lutaram cuidando dos filhos, assim como também cuidaram de companheiros e companheiras feridas. Aqui, problematizo o porquê destas narrativas que insistem em colocar as mulheres somente em tais espaços. O que justifica a construção de narrativas que tornam a luta de resistência como algo restrito a brancos, homens, heterossexuais, oriundos dos estados do Rio de Janeiro e São

Paulo. E foi assim que constatei que esta subalternização está presente também nas lutas de resistência dos camponeses, dos negros e negras, dos homossexuais. Pesquisar sobre a construção da memória de Maria Augusta Thomaz me levou não só a ela como também a muitas outras memórias.

Na banca de qualificação, o professor Luis Felipe Kojima Hirano me perguntou o que a minha pesquisa traria de novo a respeito da vida de Maria Augusta Thomaz. Neste trabalho, busquei entender o que faz com que suas memórias sejam narradas a partir das suas relações amorosas e das condições de sua morte. Aqui, falei de Maria Augusta Thomaz enquanto mulher e militante. Pouco falei de seus romances e em cada página busquei retirá-la deste espaço oculto e subalterno em que ainda insistem em mantê-la, quase 43 anos depois de sua morte. Quando fui à Fazenda Rio Doce, ouvi muitas vezes que a "Neusa era muito bonita e simpática, já o Raimundo era surdo e carrancudo". A antipatia com Márcio foi minha aliada. Enquanto conversei com Dona Margarida, Seu Pedro, Anna Maria e Seu Eurípedes, não fiz perguntas relacionadas a Márcio/Raimundo. Não foi difícil falar somente sobre Maria Augusta/Neusa. O mesmo não posso dizer de outras fontes. E isso foi muito incômodo.

Outro fato importante foi ver como a história de Maria Augusta foi contada e entendida por cada geração da família Cabral. Dona Margarida e Seu Pedro – que conheceram Maria Augusta – demonstraram bastante curiosidade em saber mais sobre a mulher que foi morta e desaparecida ali na Rio Doce. Os filhos Anna Maria e Pedro Filho já tiveram reações diferentes. Anna me confidenciou que sempre teve curiosidade em saber sobre o caso e perguntava para o seu avô Sebastião Cabral sempre que podia. Para o Pedro Filho, o que mais lhe marcou foi a dificuldade financeira e a perseguição que seu avô sofreu após a morte de Maria Augusta. Na conversa que tive com ele, muitas vezes ele usou termos como "bandida" e, em um determinado momento, disse que "ela não era boa bisca porque se fosse a polícia não ia vir aqui e fazer essas coisas com meu avô". Os netos Pedro Henrique (19) e Arthur (17) não demonstraram muita empatia, sobretudo Arthur. Para Pedro Henrique, o conceito de que comunismo é um sistema ruim, partindo do princípio de que o governo da presidenta Dilma Rousseff segue essa ideologia política. Arthur não comentou nada sobre o assunto e, em alguns momentos, até saiu do local.

Me questiono como teria sido a minha conversa com os herdeiros de Sebastião Cabral se o Estado Brasileiro não tivesse sido tão omisso diante de suas responsabilidades do passado. Tudo que eles disseram são pautados pela vivência que a família teve diante do caso.

E após a redemocratização, a família Cabral não foi reparada de nenhuma forma. A chegada de Maria Augusta à Fazenda Rio Doce e os problemas financeiros e emocionais vividos por Sebastião Cabral estão intensamente correlacionados na memória individual dos herdeiros da família Cabral. Para Pedro Filho, é certo que, se Maria Augusta não tivesse ido pra lá, a vida de seu avô e demais familiares seria diferente.

O fato de Maria Augusta ter morrido precocemente não implica no modo como sua memória é construída. Afinal, as memórias de outras mulheres também foram subalternizadas. Nos filmes, noticiários, depoimentos de ex-presos políticos, livros citam os grupos de resistência como grupos formados por homens, brancos, universitários oriundos dos estados de São Paulo e/ou Rio de Janeiro. As mulheres, os negros, homossexuais, camponeses e outras minorias são drasticamente excluídos da memória coletiva destes grupos. Iara Iavelberg, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Vera Sílvia Magalhães são algumas das mulheres citadas como companheiras de um homem ou como mais uma integrante do grupo.

Memória está intimamente ligada à preservação da vida, à perpetuação de um ideal. E a falha justiça de transição no Brasil mata cada dia mais. A política do esquecimento e do apagamento se fortalecem com o passar do tempo, distanciando gerações e tornando cada vez mais morosa e difícil as investigações sobre a Ditadura Militar. Manter viva esta memória é um ato apartidário. É conscientizar as gerações futuras dos perigos de se viver num país governado por quem não respeita os direitos humanos. É garantir que tais violações não se repitam.

O Brasil falhou nesta transição para a democracia. Apagou todos os vestígios do passado doloroso, desde a destruição de documentos até a demolição de locais que foram pontos de tortura e morte. Com isso, silenciou aqueles que foram censurados por décadas e manteve a memória da "Revolução Brasileira de 31 de março de 1964". Basta ver os protestos organizados em todo o país em prol do impeachment de Dilma Rousseff: sempre há cartazes e falas de manifestantes com referências a tal revolução. Há quem defenda a volta da Ditadura Militar, inclusive parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Há quem defenda a pena de morte para criminosos hediondos. Há no Brasil uma série de falhas no que diz respeito à educação de Direitos Humanos.

Com isso, muitos preconceitos se fortalecem no imaginário social, sobretudo os conceitos acerca do binarismo de gênero. Prova disso é que, em 2016, o Brasil é governado por uma mulher que tem seu modelo de gestão desqualificado pelo fato de ser de uma mulher.

A misoginia, o sexismo e o machismo se fazem presentes sempre que uma mulher age de modo divergente ao que se espera do gênero feminino.

Comecei este trabalho buscando informações sobre a memória de uma única mulher. E ela me levou a muitas outras. Muitas que não foram contadas ou que foram esquecidas, muitas que eu mesma não conhecia. As mulheres aqui presentes, sobretudo Maria Augusta Thomaz, não foram as mulheres batalhadoras e destemidas por causa de seus companheiros. Maria Augusta Thomaz não foi a militante que foi graças a seus romances. Eles não foram responsáveis pela mulher que ela foi. Termino este trabalho afirmando que Maria Augusta Thomaz foi uma mulher livre para amar e ser amada, livre para a luta, livre e nada mais. Livre de julgamentos, livre de conceitos patriarcais. Uma Maria Augusta presente em todas as etapas da história do MOLIPO. Uma Maria Augusta que esteve presente no espaço político por sua livre vontade. Se o espaço é de luta, todxs devem estar presentes! E Maria Augusta não fugiu à luta.

Maria Augusta Thomaz, presente!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÓS RETIRAR busto de Costa e Silva, cidade quer mudar nome de praça. *G1*, Rio Grande do Sul, 29 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/apos-retirar-busto-de-costa-e-silva-cidade-quer-mudar-nome-de-praca.html>. Acesso em 27 out. 2015.

ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In: SAFATLE, Vladmir; TELES, Edson. *O que resta da Ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 205-236.

AZEVEDO, Reinaldo. Relatório da Comissão Nacional da Verdade resolveu esconder 121 cadáveres; trata-se de mistificação, revanchismo e farsa. *Veja*, 10 dez. 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/relatorio-da-comissao-nacional-da-verdade-resolveu-esconder-121-cadaveres-trata-se-de-mistificacao-revanchismo-e-farsa/>. Acesso em 09 mar. 2016.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 3 v.

BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 mai. 2015

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 03 nov. 2015

BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm>. Acesso em 04 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade:* Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Portal Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em 25 nov. 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Diferentes, desiguais, desconectados*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. *História em Revista*. Pelotas, v. 10, dez. 2004. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/hr/hr_10/historia_em_revista_10_ana_colling.html>. Acesso em 13 set. 2013.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. Casos de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RADlMJjFck&nohtml5=False>. Acesso em 06 abr. 2016.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Audiência com agentes da repressão: Calandra, o Capitão Ubirajara. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BjIQz7TefA0>. Acesso em 10 abr. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Audiência Pública Trombas e Formoso: Carmina Castro Marinho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y49wjnqHkU4>. Acesso em 14 abr. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Audiência pública – Guerrilha do Araguaia: Criméia Schmidt. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BM04VC_fd00&list=PL9n0M0Ixl2jfhJwR89FzargkV66-2p7La&index=6>. Acesso em 12 fev. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada Pública de Depoimentos de Agentes da Repressão: Coronel Ustra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pWsv4EndpfY>. Acesso em 19 mar. 2015.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em 12 fev. 2014.

DEPOIMENTO na íntegra de Lúcia Murat para Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. *Portal do PCB*, 03 jun. 2013. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6090:depoimento-na-integra-de-lucia-murat-para-comissao-da-verdade-do-rio-de-janeiro&catid=64:ditadura>. Acesso em 13 jan. 2014.

DIAS, Renato. *As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz*. Goiânia: RD Comunicações, 2012.

DEWEY, John. *Democracia y educacion: una introducción a la filosofia de la educación*. Trad. Lorenzo Luzuriaga. Madri: Ed. Morata, 1995.

DOUTRINA de Segurança Nacional**.** *Documento Revelados*, 23 abr. 2014. Disponível em: **<**http://www.documentosrevelados.com.br/midias/doutrina-de-seguranca-nacional/>. Acesso em 11 mai. 2015.

EM BUSCA de Iara. Direção: Direção: Flavio Frederico. Produção: Produção: Kinoscópio Cinematográfica. Brasil, 2013. DVD (91 min.).

ESCOLAS do MA que homenageavam ditadores têm nomes substituídos. *G1 Maranhão*, 31 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/03/escolas-do-ma-que-homenageavam-ditadores-tem-nomes-substituidos.html>. Acesso em 31 mar. 2016.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas Trincheiras: Luta pela Terra dos Possieros de Formoso e Trombas (19848-1964) – Uma Resistência Ampliada*. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social/Contemporânea) – Faculdade de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, jul. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003>. Acesso em 25 nov. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOVERNO cria a Comissão da Verdade em Goiás. *Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado de Goiás*, 21 fev. 2014. Disponível em:

http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/173425/governo-cria-a-comissao-da-verdade-em-goias>. Acesso em 20 mar. 2016.

GOOGLE. *Google Maps*. 2016. Avenida Maria Augusta Thomaz, Bairro Barra Funda, Leme (SP). Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Av.+Maria+Augusta+Thomaz+-+Barra+Funda,+Leme+-+SP/@-22.1787491,-47.3877258,17z/data=!4m2!3m1!1s0x94c80b941cf622bf:0x4c51af4503c3b66d?hl=pt-BR>. Acesso em 22 fev. 2016.

GOOGLE. *Google Maps*. 2015. Rua 236, Setor Universitário, Goiânia (GO). Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-16.6720361,-49.2383824,3a,75y,328.36h,76.4t/data=!3m6!1e1!3m4!1sowSa0vyWEY10yoOrTgpwyQ!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em 18 jan. 2015.

GOOGLE. *Google Maps*. 2016. Rua Maria Augusta Thomaz, Bairro Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <ttps://www.google.com.br/maps/place/R.+Maria+Augusta+Thomaz+-+Campo+Grande,+Rio+de+Janeiro+-+RJ,+23040-015/@-22.9190843,-43.5559687,17z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x9be6aef944b875:0x5562c92d4a8b9415>. Acesso em 05 jan. 2016.

GOOGLE. *Google Maps*. 2016. Rua Maria Augusta Thomaz, Vila Leopoldina, São Paulo (SP). Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/R.+Maria+Augusta+Thomaz+-+Vila+Leopoldina,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP/@-23.5332546,-46.7222257,17z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x94cef89b3d9a2c17:0x5803c7031bc183dc>. Acesso em 05 jan. 2016.

GREEN, James N. "Quem é o macho que vai me matar?": homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e a luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. *Revista Anistia Política e Justica de Transição*. Brasília (Ministério da Justiça), n. 8, p. 58-93, jul/dez. 2012. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf>. Acesso em 01 mar. 2016.

GUIMARÃES, Norton. Depoimento sobre o desaparecimento de Honestino Guimarães. Disponível em: <http://honestinoguimaraes.com.br/>. Acesso em 03 nov. 2015.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HÉRCULES 56. Direção e Roteiro: Sílvio Darin. Produção: Produção: Suzana Amado. Brasil, 2006 (94 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xxPNQfNpkOo>. Acesso em 18 nov. 2014

HOMENAGEM de Bolsonaro à ditadura causa tumulto na Câmara e sessão é suspensa. IG São Paulo, 01 abr. 2014. Disponível em:<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-04-01/faixa-parabenizando-militares-por-golpe-provoca-confusao-em-sessao-da-camara.html>. Acesso em 09 mar. 2016.

HUGGINS, Martha K. Heranças do autoritarismo: reformulação da memória de torturadores e assassinos brasileiros. *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2004. p. 173-205.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria.* Madri: Siglo veintiuno de España, 2002.

LAMARÃO, Sérgio. A marcha da família com Deus e pela liberdade. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – FGV*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus>. Acesso em 14 dez. 2015.

MAJOR Curió diz que agora entende motivação de guerrilheiros; Genoino critica ex-militar. UOL Notícias Internacional, 26 abr. 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/04/26/coronel-curio-diz-ter-perdoado-suas-vitimas-genoino-critica-ex-militar.htm>. Acesso em 20 mar. 2014.

MARETTI, Eduardo. Estudante de Direito pelo Prouni tenta refundar Arena de 1964. *Rede Brasil Atual*, 08 set. 2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2013/09/jovem-e-de-direita-3418.html>. Acesso em 09 mar 2016.

MARTINS, Franklin. Manifesto do sequestro do embaixador americano. Rio (1969). *Franklin Martins Conexão Política*, 12 mai. 2016. Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969>. Acesso em 27 nov. 2015.

MELITO, Leandro. Há 45 anos, a morte do estudante Edson Luis mobilizou o país. *EBC*, 28 mar. 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/03/ha-45-anos-a-morte-do-estudante-edson-luis-mobilizou-o-pais>. Acesso em 11 dez. 2015.

MELLO, Igor. Comissão Nacional da Verdade pericia antigas instalações do DOI-CODI. *O Globo*, 23 set. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-nacional-da-verdade-pericia-antigas-instalacoes-do-doi-codi-14022620>. Acesso em 11 abr. 2015.

MINISTRO Vannuchi inaugura hoje (22) memorial em homenagem aos estudantes da PUC /SP mortos durante a ditadura militar. *Secretaria de Direitos Humanos Presidência da República*, 22 set. 2009. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/importacao/noticias/ultimas_noticias/2009/09/MySQLNoticia.2009-09-22.2702>. Acesso em 04 jan. 2016.

MOREIRA, Deborah. As quatro mortes da estudante paulista que virou guerrilheira. Portal Vermelho, 28 jul. 2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/189694-1>. Acesso em 08 jun. 2015.

MORENO, Jamile Coelho. Conceito de minorias e discriminação. *Revista USCS – Direito*. São Caetano do Sul, n. 17, p. 141-156, jul./dez. 2009

O QUE é isso, companheiro? Direção: Bruno Barreto. Produção: Lucy Barreto e Luiz Carlos Barreto. Roteiro: Leopoldo Serran. Brasil, 1997. DVD (105 min.).

ORTNER, Sherry. *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUINALHA, Renan. A Comissão Nacional da Verdade em uma Transição sem Justiça. *Cult*, n. 197, p. 12-17, 2014.

PENNA, João Camillo Penna. Sobre viver no lugar de quem falamos (Giorgio Agamben e Primo Levi). In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006. p. 127-184.

PERILLO cria Comissão da Verdade em Goiás. *Goiás 247*, 03 dez. 2013. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/goias247/122774/Perillo-cria-Comiss%C3%A3o-da-Verdade-em-Goi%C3%A1s.htm>. Acesso em 18 mar. 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. l, 1989, p. 3-15.

QUE BOM te ver viva. Direção e Roteiro: Lúcia Murat. Produção: Kátia Cop e Maria Helena Nascimento. Brasil, 1989. DVD (100 min.).

REIS, Daniel Aarão. A ditadura cronológica. *Folha de S. Paulo*, 26 mar. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/.../158176-a-ditadura-cronologica.shtml>. Acesso em 01 jan. 2016.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SAFATLE, Vladmir; TELES, Edson. *O que resta da Ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

SANTOS, Maria Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SINDICATO dos Jornalistas de Goiás instala sua Comissão da Verdade. *Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás*, 20 dez. 2012. Disponível em: <http://www.jornalistasgo.org.br/modules/news/article.php?storyid=62>. Acesso em 15 abr. 2015.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. *Um estudo das narrativas cinematográficas sobre as ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983*). 2007. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPAC). Universidade de Brasília, Brasília.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva*: Problemas com as Mulheres e Problemas com a Sociedade na Melanésia. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento:* o segredo dos porões da Ditadura. São Paulo: L&PM Pocket, 2012.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por "verdade e justiça". In: SAFATLE, Vladmir; TELES, Edson. *O que resta da Ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 253-298.

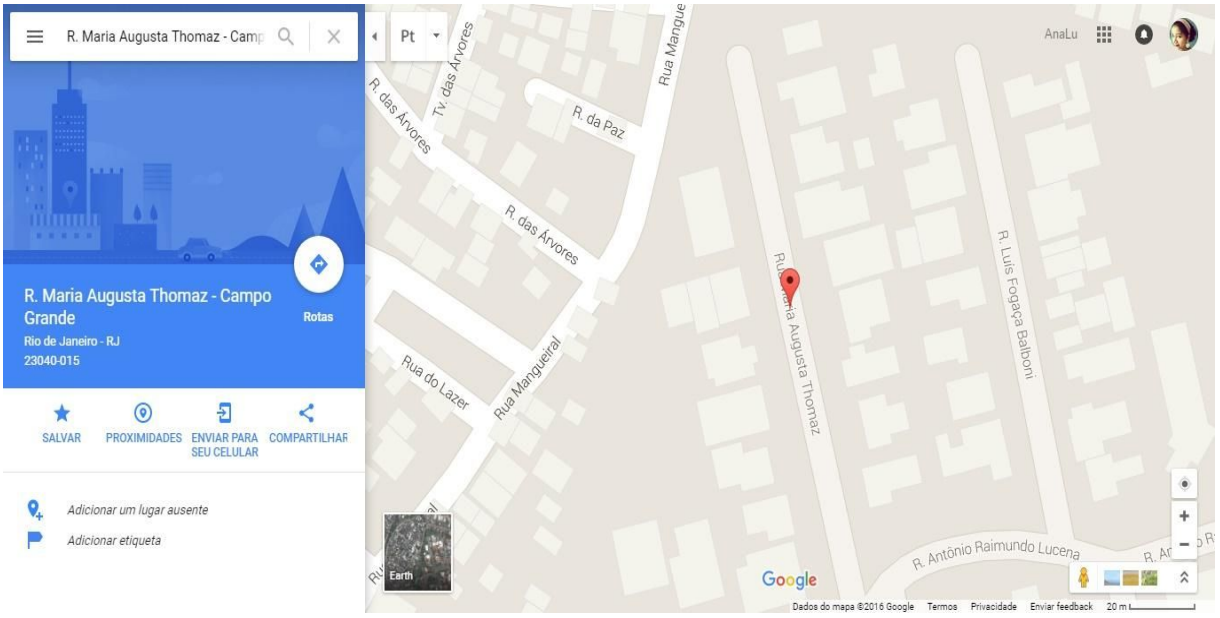
VERA Sílvia Magalhães – A História de uma guerrilheira. Direção, Edição e Texto: Ivan Santos. Produção: André Laquintinie. Brasil, 2004 (61 min.). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/MEMORIA-POLITICA/163006-VERA-SILVIA-MAGALHAES---A-HISTORIA-DE-UMA-GUERRILHEIRA.html>. Acesso em 04 set 2014.

VIOLÊNCIA da repressão em Trombas e Formoso atingiu filhos de camponeses. Comissão Nacional da Verdade, 16 mar. 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/448-violencia-da-repressao-em-trombas-e-formoso-atingiu-filhos-de-camponeses>. Acesso em 14 abr. 2015.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. O que a falácia da ditabranda nos revela. *Carta Maior*, 31 mar. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-a-falacia-da-ditabranda-revela%0D%0A/4/16796>. Acesso em 11 abr. 2015.

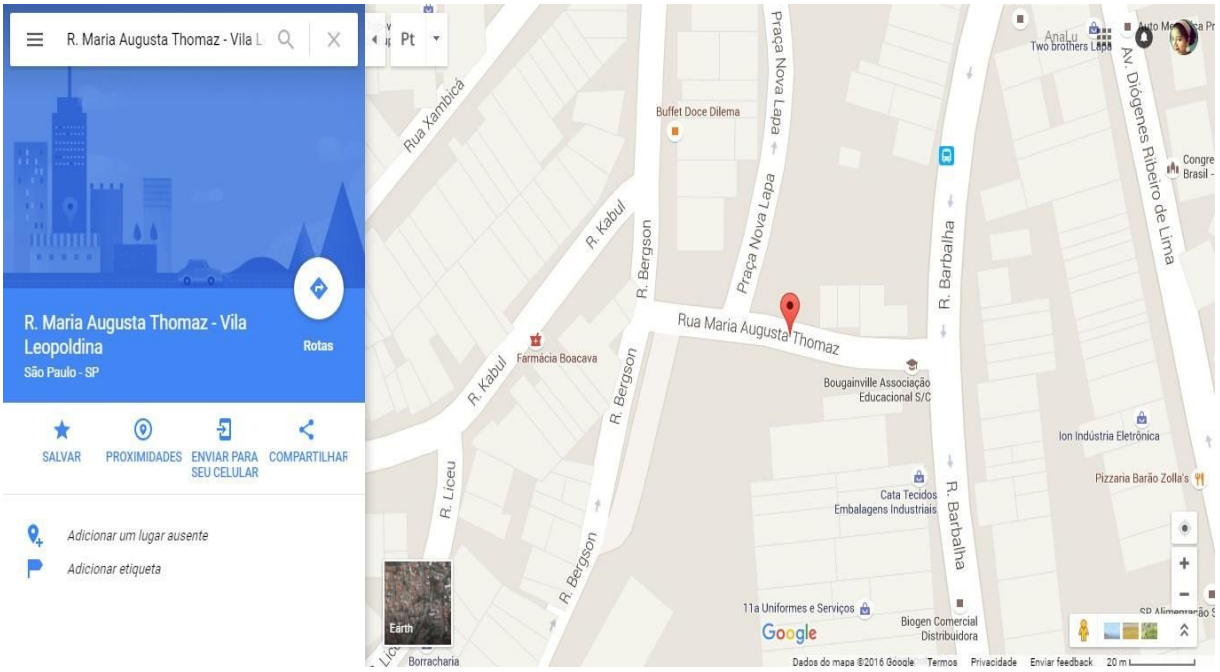
ZUZU Angel. Direção: Sérgio Resende. 2006. Produção: Joaquim Vaz de Carvalho. Roteiro: Marcos Bernstein, Sérgio Rezende. Brasil, 2006. DVD (103 min.).

ANEXO A – Mapa da Rua Maria Augusta Thomaz no Bairro Campo Grande no Rio De Janeiro (RJ)



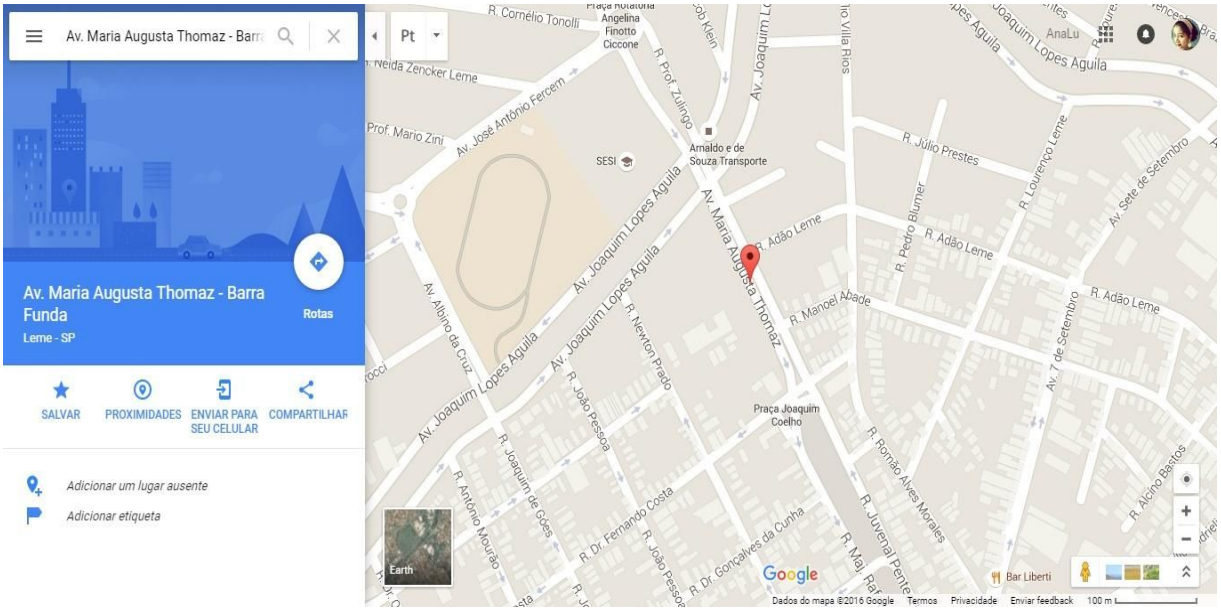
Fonte: *Google Maps*

ANEXO B – Mapa da Rua Maria Augusta Thomaz na Vila Leopoldina em São Paulo (SP)



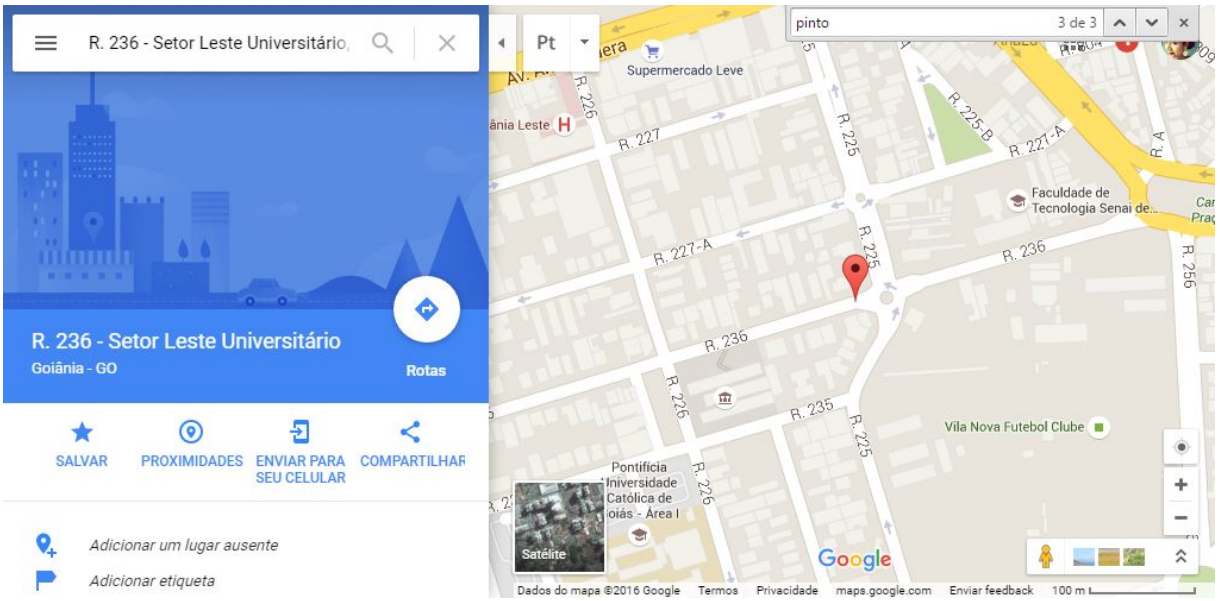
Fonte: *Google Maps*

ANEXO C – Mapa da Avenida Maria Augusta Thomaz no Bairro Barra Funda em Leme (SP)



Fonte: *Google Maps*

ANEXO D – Rua 236, Setor Universitário, Goiânia (GO)



Fonte: *Google Maps*